

Orientação

Às mãos calejadas de meus pais, que me inspiram e motivam a seguir em busca de meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Aos governos Lula e Dilma que elevaram os investimentos em educação pública e ampliaram oportunidades de desenvolvimento ao povo brasileiro;

Ao Fernando Haddad, Ministro da Educação de 2005 a 2012, pela valorização da educação e criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

Ao Instituto Federal Farroupilha por promover a qualificação de seu quadro de pessoal;

Ao Instituto Politécnico do Porto pela qualidade de ensino;

À professora Paula Romão pela atenção, paciência e orientação;

Aos professores do curso pelo empenho e partilha de conhecimento e de experiências;

A minha família pelo apoio e ensinamentos;

À professora e colega Neila Pedrotti Drabach pela atenção e colaboração;

Aos meus *amigxs* e colegas pelo apoio permanente.

Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores

[...]
Os amores na mente
As flores no chão
A certeza na frente
A história na mão
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando
Uma nova lição

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer
[...]

(Geraldo Vandré)

RESUMO

Este estudo propõe-se a pesquisar as dinâmicas e as práticas político-administrativas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar, por meio da análise dos mecanismos de operacionalização da gestão democrática e identificação das concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão. No âmbito educacional, a gestão democrática foi incorporada como princípio basilar dos processos educativos na Constituição Federal de 1988. O objetivo geral deste trabalho é analisar os mecanismos de operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar as concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão. A relevância desse estudo está em analisar a operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar os mecanismos de sua promoção, bem como em verificar a existência de problemas e resistências relacionados com a efetiva participação dos agentes e das formas democráticas para a realização de uma educação verdadeiramente emancipadora. A metodologia utilizada foi a pesquisa mista, que se utiliza da abordagem quantitativa e qualitativa de forma complementar. A partir dos resultados obtidos, por meio da pesquisa documental e da pesquisa inquérito por questionário, pode-se concluir que a prática se distancia do discurso institucionalizado, pois, mesmo que haja instrumentos formais que assegurem a participação com vista à gestão democrática, as dinâmicas político-administrativas no âmbito institucional tendem a ocorrer por meio da participação passiva dos agentes, que pode ser evidenciada pela análise dos dados documentais e das respostas ao questionário.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de Organização Educacional; Gestão Democrática; Participação.

ABSTRACT

This study aims to research the dynamics and political-administrative practices in the Federal Institute of Education, Science and Technology Farroupilha - IFFar, through the analysis of the mechanisms of operationalization of democratic management and identification of the conceptions of the educational community on the dynamics of processes and instances of decision making. In the educational field, democratic management was incorporated as a basic principle of educational processes in the Federal Constitution of 1988. The general objective of this work is to analyze the mechanisms of operationalization of democratic management in IFFar and to identify the conceptions of the educational community about the dynamics of processes and decision-making bodies. The relevance of this study is to analyze the operationalization of democratic management in the IFFar and to identify the mechanisms of its promotion, as well as to verify the existence of problems and resistances related to the effective participation of the agents and the democratic forms for the accomplishment of a truly education emancipating. The methodology used was the mixed research, which uses the quantitative and qualitative approach in a complementary way. From the results obtained, through the documentary research and the research questionnaire survey, it can be concluded that the practice distances itself from the institutionalized discourse, since even if there are formal instruments that ensure participation with a view to democratic management, political-administrative dynamics at the institutional level tend to occur through the passive participation of agents, which can be evidenced by the analysis of documentary data and the responses to the questionnaire.

KEYWORDS: Educational Organization Management; Democratic management; Participation.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	xiii
LISTA DE FIGURAS	xv
LISTA DE GRÁFICOS	xvii
INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	7
1.1. Considerações sobre política, poder e democracia	8
1.2. Considerações sobre a história política do Brasil	13
1.3. Contextualização da Educação no Brasil	22
1.3.1. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	33
1.3.2. Gestão Educacional	44
2. CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO	53
3. CAPÍTULO III – QUADRO METODOLÓGICO	61
3.1. Problema e Objetivos	61
3.2. Metodologia	65
3.3. Local de estudo e participantes	72
3.4. Confiabilidade e validade	76
4. CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	79
4.1. Apresentação dos resultados da pesquisa documental	79
4.2. Apresentação dos resultados da pesquisa inquérito por questionário	89
4.3. Discussão dos resultados	103
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	109
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
6.1. NORMATIVOS LEGAIS E OUTROS DOCUMENTOS	119
ANEXOS	123
APÊNDICES	122

LISTA DE ABREVIATURAS

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CODIR – Colégio de Dirigentes

CONSUP – Conselho Superior

EaD - Educação a distância

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

IFFar - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC - Projeto de Criação de Curso

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNE - Plano Nacional de Educação

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	36
Figura 2: Mapa de abrangência do IF Farroupilha	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Presença por Segmento	80
Gráfico 2: Presença por Unidade Institucional	81
Gráfico 3: Representação por Unidade e Segmento	81
Gráfico 4: Manifestação por Segmento	82
Gráfico 5: Manifestação por Unidade	83
Gráfico 6: Manifestação por Segmento e Unidade	83
Gráfico 7: Intervenções por Segmento	84
Gráfico 8: Intervenções por Unidade Institucional	85
Gráfico 9: Intervenção por Unidade e Segmento	85
Gráfico 10: Tipos de Manifestação	86
Gráfico 11: Tipos de Manifestação por Segmento	87
Gráfico 12: Proposições por Unidade Institucional	88
Gráfico 13: Ordem do Dia	88
Gráfico 14: Respondentes por Grupo	90
Gráfico 15: Proposições 1 e 2	92
Gráfico 16: Proposições 3, 4 e 5	93
Gráfico 17: Proposições 6, 7 e 8	94
Gráfico 18: Proposições 9, 10 e 11	94
Gráfico 19: Proposição 12	95
Gráfico 20: Proposições 13 e 14	96
Gráfico 21: Proposições 15 e 16	96
Gráfico 22: Proposições 17, 18 e 19	97
Gráfico 23: Proposições 20 e 21	98
Gráfico 24: Proposições 22, 23 e 24	98
Gráfico 25: Proposições 25, 26, 27 e 28	99
Gráfico 26: Proposições 29 e 30	100
Gráfico 27: Respostas às questões abertas	101

“Escribir es un gran desahogo y en gran medida es una catarsis. Una liberación que a través de la palabra encuentra un modo de salirse de adentro, de sacarse esos cristalitos rotos que a uno le están lastimando el alma.”

(Eduardo Galeano)

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo pesquisar as dinâmicas e práticas político-administrativas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar, por meio da análise dos mecanismos de operacionalização da gestão democrática e identificação das concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

O IFFar é uma instituição em constituição e estruturação organizacional, devido a sua juventude e gradativa expansão. Neste ano, 2018, a instituição completa 10 anos e, ao longo desse período, experimentou uma intensa expansão em termos de abrangência de atuação, bem como ampliou sua comunidade educacional, devido a uma conjuntura político-econômica favorável.

O interesse pela temática surgiu da percepção de que olhar diretamente a realidade e refletir sobre sua dinâmica, com vista a compreendê-la em termos significativos, por meio de subsídios teóricos, a fim da comunidade educacional empoderar-se e desempenhar de forma mais consciente seu papel enquanto sujeito político.

O objetivo geral deste trabalho consiste na análise dos mecanismos de operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar as concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

Este estudo é pertinente devido a pouca experiência dos brasileiros com o fazer democrático e ao Brasil não possuir uma tradição democrática consolidada, considerando sua histórica tradição autoritária e de centralização do poder. Nesse contexto, pode-se observar que, ainda que haja instrumentos formais que assegurem a gestão democrática, não raro a prática se distancia do discurso institucionalizado sob a perspectiva democrática.

Neste ano o Brasil completa 30 anos de redemocratização, após 20 anos de um Regime Militar repressor e autoritário. Porém, considerando os diversos acontecimentos políticos recentes e as manifestações de uma parcela da população - descrente da democracia e defendendo narrativas autoritárias e, inclusive, a volta ao Regime Militar - percebe-se que a democracia ainda é frágil.

Desde a redemocratização do Brasil, os princípios democráticos e os mecanismos de participação têm sido fomentados, embora não sem resistências, nas diversas instâncias da sociedade, com vista a superar a cultura autoritária presente historicamente nas relações e nos processos de tomada de decisão.

No âmbito educacional, a gestão democrática foi incorporada como princípio basilar dos processos educativos, conforme art. 206 da Constituição Federal de 1988. Com a previsão constitucional, os princípios democráticos passaram a compor formalmente o processo de gestão tanto das organizações educacionais como dos sistemas de ensino e a temática de gestão democrática da educação passou a estar muito presente nas pesquisas relativas ao âmbito educacional.

Nessa conjuntura, a perspectiva democrática também colaborou para uma evolução na gestão educacional, por meio de uma mudança paradigmática que, conforme Lück (2015), resulta de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos da organização e busca superar o enfoque limitado da administração educacional.

Em 1996, a Lei nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, foi sancionada e em seu art. 3º, VIII, a gestão democrática

consta como um dos princípios educacionais; o art. 14 estabelece que as instituições de ensino definirão as normas para efetivação da gestão democrática e o art. 56 prevê a existência de órgãos colegiados, com garantia de participação dos segmentos da comunidade institucional.

Nesta pesquisa, a gestão democrática é compreendida como a participação consciente, comprometida e coletiva dos agentes integrantes da comunidade educacional - discentes, servidores administrativos, servidores docentes, gestores, pais e mães de estudantes, bem como da sociedade civil local. A gestão democrática pressupõe partilha do poder de decisão e transparência nos processos decisórios.

Diante do exposto, a relevância da presente pesquisa está em analisar a operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar os mecanismos de sua promoção, bem como em verificar a existência de problemas e resistências relacionados à efetiva participação dos agentes e das formas democráticas para a realização de uma educação verdadeiramente emancipadora.

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, mas a participação consciente e comprometida no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Entretanto, deve-se observar que a gestão democrática depende, em parte, da descentralização e da autonomia da organização educacional com relação ao sistema de ensino. Cabe observar que o IFFar, como uma autarquia, possui autonomia assegurada, conforme dispõe o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.892/2008, em vigência com a redação dada pela Lei nº 12.677/2012.

Na perspectiva democrática a organização escolar assume um lugar privilegiado de promoção de uma nova cultura, onde os sujeitos desenvolvem autonomia para atuar com legitimidade na dimensão política. O exercício do poder coletivo na escola se presta a sensibilizar e instrumentalizar o corpo discente para exercer a gestão cidadã no plano político na sociedade e se perceber como sujeito ativo e responsável pela gestão da coisa pública.

Assim, justifica-se a pertinência do estudo para compreender quais são os mecanismos de operacionalização da gestão democrática, bem como para identificar as concepções da comunidade da organização educacional sobre a operacionalização das instâncias de decisão na instituição, se percebem os processos decisórios como pautados na participação consciente e comprometida dos agentes ou na participação passiva e legitimadora de formulações pré-definidas.

A premissa de pesquisa sugere que a prática se distancia do discurso institucionalizado, pois, ainda que haja instrumentos formais que assegurem a participação com vista à gestão democrática, as dinâmicas político-administrativas no âmbito institucional tendem a ocorrer por meio da participação passiva dos agentes, devido à histórica tradição autoritária e de centralização do poder no Brasil e a pouca experiência dos brasileiros com o fazer democrático, embora os agentes percebam-se como atuantes nos processos decisórios.

O objetivo primário é analisar os mecanismos de operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar as concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão. Os objetivos secundários são: I - Mapear as instâncias e os agentes decisores; II – Conhecer os sentidos e as formas da participação no processo de gestão; III - Identificar os condicionantes e determinantes da participação; IV – Caracterizar as formas de participação; V – Verificar as dimensões da participação; VI – Compreender a dimensão política e a dinâmica de poder da instituição; VII – Constatar limitações gerais da participação e condições para sua superação.

A organização textual da dissertação apresenta-se dividida em quatro capítulos que contemplam: revisão de literatura; referencial teórico; metodologia; e apresentação e análise dos dados.

O Capítulo I apresenta a revisão de literatura e se divide em três tópicos. O primeiro apresenta considerações relativas à política, poder e democracia; o segundo sobre a história política do Brasil; e o terceiro sobre aspectos da

história da educação brasileira. O tópico sobre educação se divide em dois subtópicos: Educação Profissional e Tecnológica, que se subdivide em Instituto Federal Farroupilha; e Gestão Educacional, subdividido em Gestão Democrática e Legislação.

O Capítulo II trata sobre o enquadramento teórico da pesquisa e se subsidiou nos escritos de Libâneo (2015), Lück (2013a e 2013b) e Paro (2016), e complementarmente em Gutierrez & Catani (2013). Estes autores, ao tratarem sobre a gestão democrática em organizações educativas, destacaram a importância da participação como condição para a prática democrática e observaram que a participação está relacionada ao princípio da autonomia, tanto dos sujeitos quanto da organização no sistema.

O Capítulo III apresenta o enquadramento metodológico da pesquisa. A metodologia utilizada foi a pesquisa mista, que se utiliza da abordagem quantitativa e qualitativa de forma complementar. Utilizou-se o método de abordagem dialético e os métodos de procedimentos: histórico e estatístico. A técnica de pesquisa foi a documentação indireta, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, após uma coleta de dados primários em sítios institucionais na internet para orientar a pesquisa por meio da verificação do estado da arte da temática e abordagem proposta. Também foi utilizada a técnica de pesquisa de observação direta extensiva, por meio da aplicação de questionário aos membros do Conselho Superior – CONSUP do IFFar.

Esta técnica de recolha de dados foi escolhida devido à economia de tempo e viagens, e por possibilitar grande número de dados, com maior número de pessoas simultaneamente, numa área geográfica mais ampla, com maior liberdade nas respostas devido ao anonimato. Os participantes da pesquisa não tiveram despesas e nem foram remunerados por sua participação.

O universo da pesquisa foi delimitado aos membros do CONSUP (o tamanho da amostra corresponde a 55 pessoas), devido à impossibilidade de aplicação de questionário a toda comunidade educacional por questões logísticas e temporais, a amostra foi limitada aos membros do CONSUP, que em sua constituição possui representantes dos diferentes segmentos da

comunidade escolar, do tipo probabilística estratificada, cujos resultados obtidos podem representar, com certo grau de certeza, toda a população.

A pesquisa foi realizada num período de três meses, sendo: o primeiro relativo à coleta de dados primários para verificação do estado da arte, à pesquisa bibliográfica e documental para construção do quadro teórico e caracterização do contexto, e para elaboração do questionário, no segundo foi realizada a aplicação do questionário e a análise e sistematização dos dados coletados; e o terceiro para redação final da dissertação.

A metodologia de análise de dados utilizada para os dados coletados por meio das pesquisas bibliográfica e documental foi a análise de conteúdo para análise e sistematização desses dados. Os dados coletados por meio do questionário foram tabulados e analisados por meio de procedimentos estatísticos.

O Capítulo IV refere-se à apresentação e análise dos dados e está dividido em três tópicos. O primeiro apresenta dados relativos aos resultados da pesquisa documental realizada sobre as Atas das Reuniões Ordinárias do CONSUP, considerando o período de agosto de 2017 a agosto de 2018. O segundo apresenta os dados relativos à pesquisa realizada por meio de inquérito por questionário, que foi aplicado aos membros do CONSUP. O terceiro apresenta a análise dos resultados.

A partir dos resultados obtidos por meio da pesquisa documental e da pesquisa inquérito por questionário, pode-se concluir que a prática se distancia do discurso institucionalizado, pois, mesmo que haja instrumentos formais que assegurem a participação com vista à gestão democrática, as dinâmicas político-administrativas no âmbito institucional tendem a ocorrer por meio da participação passiva dos agentes, que pode ser evidenciada pela análise dos dados documentais e das respostas ao questionário.

“A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.”

(Freire, 2018, p. 127)

1. **CAPITULO I – REVISÃO DE LITERATURA**

Este capítulo apresenta uma breve contextualização e revisão de literatura sobre educação e política no Brasil, a partir da compreensão que esses dois aspectos se fundem nos diferentes momentos históricos do país. A revisão de literatura é importante, pois nenhuma pesquisa parte do zero.

uma procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, torna-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não ‘descoberta’ de ideias já expressas [...] a citação das principais conclusões a que outros autores já chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições, ou reafirmar comportamentos e atitudes. (Marconi & Lakatos, 2017, pp. 245 - 246)

Devido às condições históricas do Brasil, educação e política por muito tempo foram restritas às elites, ou seja, “uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada” (Bobbio, 2010, p. 385), bem como a educação brasileira sempre esteve vinculada aos interesses da ideologia dominante.

A compreensão da dinâmica da sociedade como produto histórico dos homens nos permite perceber as assimetrias nas relações de poder e as diversas formas de busca de manutenção do *status quo* das elites dominantes. Conforme Gentili (2010), os países ex-colônias, como o Brasil, são acompanhados pela herança política do Colonialismo - um Estado administrativo autoritário. Em sentido amplo, o Colonialismo pode ser

entendido como “prática institucional e política da colonização [...] dominação institucionalizada de um Estado sobre povos pertencentes a civilizações diversas e longínquas” (Gentili, 2010, p. 181).

De acordo com Weffort (2018), a ampliação da massa votante no Brasil está relacionada à evolução da alfabetização e destaca o movimento de educação popular de Paulo Freire que, por meio da pedagogia da liberdade, possibilitou a alfabetização e conscientização das massas sem direito a voto e marginalizadas da existência legal da cidadania política, ou seja, uma educação preocupada com a promoção da responsabilidade social e política, pois a “democracia é, como o saber, uma conquista de todos. Toda a separação entre os que sabem e os que não sabem, do mesmo modo que a separação entre as elites e o povo, é apenas fruto de circunstâncias históricas que podem e devem ser transformadas” (Weffort, 2018, p 20).

O capítulo se divide em três tópicos. O primeiro apresenta considerações relativas à política, poder e democracia; o segundo sobre história política do Brasil; e o terceiro sobre aspectos da história da educação brasileira. O tópico sobre educação se divide em dois subtópicos: Educação Profissional e Tecnológica, que se subdivide em Instituto Federal Farroupilha; e Gestão Educacional, subdividido em Gestão Democrática e Legislação.

1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICA, PODER E DEMOCRACIA

Conforme Maar (1994), a origem da política remonta à origem da história, devido ao dinamismo relativo à constante transformação da realidade como fruto da atividade humana em sociedade, por meio do voto ou da força das armas há uma diversidade de formas de ação “desenvolvidas historicamente visando resolver conflitos de interesses, configurando assim a atividade política em sua questão fundamental: sua relação com o poder” (Maar, 1994, p. 9).

De acordo com Bobbio (2010), o significado clássico de política deriva de *polis*, ou seja, é relativo à cidade, às coisas públicas e ao âmbito social. Também cita a influência de Aristóteles para a expansão do termo e de sua vinculação com a esfera de atividades humanas associadas às coisas de Estado.

Conforme Silva (2017), o termo política foi cunhado na atividade social grega e era percebida por Aristóteles como a ciência que estuda o bem humano, onde a virtude e a prática política andavam juntas, ou seja, “a política era uma atividade ética que tinha a função pedagógica de transformar os homens em cidadãos” (Silva, 2017, p. 336).

No contexto da modernidade, segundo Silva (2017), a política passou a ser meio/estratégia para conquistar, manter e ampliar o poder, como se pode observar nos escritos de Maquiavel. E, posteriormente, com Marx a política passou a ser pensada por meio das relações das classes sociais e suas contradições. Desta forma, Silva (2017) mostra que o sentido da política muda com o tempo e com os interesses dos grupos sociais.

A política carrega, desde suas primeiras formulações, tanto o sentido nobre da luta pelo bem comum, do trabalho por organizar a comunidade, quanto o sentido negativo de lutas mesquinhas, conspirações, corrupção, forças subterrâneas, conchavos. Um sentido apela para o ideal, o outro, para a prática real. (Silva, 2017, p. 337)

Entretanto, para Cortella (2018) a política é a presença ativa de cada pessoa na vida comunitária. Portanto, o caminho mais humanizante é fazer política, não somente recebê-la. Bobbio (2010) destaca que o conceito de Política está estreitamente ligado ao de poder e Silva (2017) também aponta que a política não pode ser entendida apartada da ideia de poder e observa que poder não pode ser confundido com o Estado, pois ele está disperso por toda a sociedade, assim como a política.

De acordo com Foucault (2008) o poder em si não existe, mas sim as práticas ou relações de poder, ou seja, é algo que se exerce e que funciona

como uma máquina social, não é um objeto ou uma coisa, mas uma relação, que se dissemina por toda a estrutura social.

Bobbio (2010) define poder como uma relação onde um impõe ao outro a sua própria vontade, e propõe três formas de poder, conforme a tipologia moderna, sendo: econômico, ideológico e político. Silva (2017) recorre a Weber para definir poder, que o considera uma relação assimétrica entre atores e que não denota, necessariamente, uma situação de conflito.

De acordo com Stoppino (2010) a noção de autoridade também está conectada com a noção de poder e observa que há usos em que autoridade e poder são tratados como sinônimos. Entretanto, pontua que para outros a autoridade é vista como fonte de poder. Junto à noção de autoridade também há a de obediência, que pode estar fundamentada na legitimidade do poder (autoridade legítima) ou pela violência (autoridade coercitiva).

O fenômeno do autoritarismo, ou a transformação da autoridade em autoritarismo, ocorre na medida em que o detentor de poder vê a legitimidade de sua autoridade não reconhecida ou contestada pelos subordinados, momento em que pode recorrer à força. Assim, “a crença na legitimidade é, pois, o elemento integrador na relação de poder que se verifica no âmbito do Estado” (Levi, 2010, p. 675).

Segundo Weber (2011), as relações de poder e dominação podem ser compreendidas por meio de três razões internas, que são fundamentos da legitimidade, onde a autoridade se impõe por meio do poder tradicional, do poder carismático, e ou do poder legal. Nessa conjuntura, a obediência ocorre condicionada pelo medo (vingança) ou pela esperança (recompensa).

Stoppino (2010) considera que tanto Autoritário quanto Autoritarismo são termos utilizados em três contextos específicos: na estrutura dos sistemas políticos, nas disposições psicológicas a respeito do poder, e nas ideologias políticas. Também observa que o autoritarismo se orienta pelo princípio da hierarquia, concentração de poder, restrição à participação do povo, e emprego de meios coercitivos.

do ponto de vista dos valores democráticos. O Autoritarismo é uma manifestação degenerativa da autoridade. Ela é uma imposição da obediência e prescinde em grande parte do consenso dos súditos, oprimindo sua liberdade. Por outro lado, do ponto de vista de uma orientação autoritária, é o igualitarismo democrático que não está em condições de produzir a “verdadeira” autoridade. (Stoppino, 2010, pp. 94 – 95)

Nesse contexto, o autoritarismo se apresenta como oposto à democracia, porém “nada exclui que crenças democráticas sejam impostas através de métodos autoritários” (Stoppino, 2010, p. 95). De acordo com Cortella (2018) a democracia não é ausência de ordens e de regras, mas a construção coletiva de regras e ausência de opressão.

Conforme Galvão & Meffe (2010) a democracia não é uma prática política que sempre existiu na história. Entretanto, ao longo de sua existência, ela passou por uma série de transformações e assim continuará. Bobbio (2010) observa que as reflexões sobre a democracia são tão antigas quanto sobre a política e que qualquer debate contemporâneo sobre esses conceitos não pode prescindir de uma referência à tradição.

De acordo com Bobbio (2010) na teoria da democracia há a confluência de três tradições históricas do pensamento político: teoria clássica (governo do povo), teoria medieval (representativo – soberania popular), e teoria moderna (forma republicana). Conforme Silva (2017), a democracia é uma forma de governo que se caracteriza pela participação popular na escolha dos governantes. Porém, observa que este não é um conceito estático, considerando que na *polis* grega a democracia era exercida de forma direta pelos cidadãos (homens gregos livres) que, por meio do diálogo, em praça pública, decidiam os assuntos de interesse público.

É importante observar que, assim como a democracia, o conceito de cidadão e cidadania também passou por transformações ao longo do tempo e que, de acordo com Chauí (2004), a democratização do direito ao voto, o sufrágio universal, somente se consagrou após a Segunda Guerra Mundial e por meio de lutas sociais e populares. Todavia, conforme observa Cerquier-

Manzini (2010), ser cidadão não deve ser confundido com o direito de votar, pois o exercício da cidadania requer prática reivindicativa.

Exerça sua cidadania não apenas usufruindo dos direitos garantidos a você pelos outros. Exerça sua cidadania garantindo direitos já conquistados para você e para os outros. Exerça sua cidadania conquistando novos direitos para você e para os outros, pois muitos, por estarem jogados na miséria, não têm nem o direito à luta por seus direitos. (Xavier *et al*, 1994, p. 17)

Segundo Galvão & Meffe (2010) o modelo grego de democracia, especificamente o ateniense, serviu de modelo para os Estados Modernos, cujas bases foram consolidadas pelos seguintes pensadores: Maquiavel, Locke, Hobbes, Rousseau, e Montesquieu. De acordo com Silva (2017) a democracia moderna nasceu em oposição ao Absolutismo e não recriou o espaço público da democracia grega, ou seja, constituiu-se apenas em um caráter formal, que se configura num espaço administrativo e burocrático.

Conforme Silva (2017) esse modelo de democracia continua em vigência, onde “a participação de todos os cidadãos foi substituída pela eleição de representantes da maioria, políticos profissionais que tomam decisões sobre a vida de todos os representados” (Silva, 2017, p. 89). Entretanto, de acordo com Silva (2017), o contexto de democracia representativa reduz o fazer democrático a um mero ritual de votar, e adverte que as instituições democráticas são frágeis e que a apatia política nas sociedades contemporâneas a põe em risco.

Portanto, para haver uma condição democrática, tão importante quanto votar ou deixar votar é a forma como isso acontece. Contudo, embora haja contradições dentro do sistema democrático, este é “o melhor sistema político já criado” (Galvão & Meffe, 2010, p. 22), pois pode ser melhorado.

Numa perspectiva educacional, Silva (2017) considera que é função dos profissionais do ensino a proposição de caminhos à sociedade sobre suas questões, bem como para a compreensão de que as relações de poder permeiam a sociedade buscando, assim, contornar o desgaste na imagem da

política, devido à atuação de políticos profissionais na história recente do Brasil.

No âmbito institucional, os canais de participação política são espaços para reflexão sobre processos democráticos. Porém, o processo de gestão democrática, precisa estar alicerçado no diálogo que promova a interação dos sujeitos envolvidos, no qual o gestor tem a responsabilidade de estabelecer uma dinâmica de condições que possibilitem a participação nas dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras da instituição.

1.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL

Este ano é muito importante para o Brasil e muito simbólico também, pois além de haver eleições para os principais cargos da República (presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal, senador, deputado federal, estadual e distrital), a Constituição Cidadã, forma como é conhecida a Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988, completa 30 anos.

A Constituição Federal de 1988 é simbólica porque representa o processo de redemocratização do país, após 21 anos de regime militar, bem como representa avanços significativos por meio da garantia de direitos fundamentais. As eleições diretas também são simbólicas, pois representam a conquista do povo brasileiro frente ao autoritarismo a que esteve submetido. Entretanto, como o mundo tem observado, o processo eleitoral de 2018 no Brasil tem revelado faces obscuras de nossa política e a democracia, ainda tão jovem e fragilizada, está em risco.

Considerando que “não chega a ser cidadão quem não consegue se orientar no mundo em que vive, a partir do conhecimento da vivência das gerações passadas” (Fausto, 2010, p. 13), portanto, para entender o presente é preciso voltar ao passado e compreender o processo de formação da

sociedade brasileira, bem como para pesquisar e analisar a gestão democrática no âmbito educacional é preciso compreender o caminho percorrido para a conquista da democracia no país, ou seja, os movimentos sócio-políticos.

O Brasil, ao longo de sua história, esteve submetido a regimes autoritários e somente foi experimentar o regime democrático no século XX, e em períodos fragmentados devido à instabilidade política, o que pode ser observado, por meio das sucessivas Constituições adotadas, sete em menos de 200 anos, e dessas somente três possuem caráter democrático – a terceira, a quinta e a sétima. De acordo com o momento histórico e as forças políticas, elas apresentam avanços ou retrocessos no âmbito dos direitos civis:

- A primeira Constituição data de 1824, Brasil Império, e se caracterizava por fortalecer o poder pessoal do imperador, sendo o direito ao voto restrito aos homens livres e proprietários.

- A segunda é de 1891, Brasil República, ela instituiu a forma republicana de governo, estabeleceu a independência dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), e aumentou o direito ao voto (universal para homens alfabetizados e maiores de 21 anos).

- A terceira data de 1934, Segunda República, ela institui o voto obrigatório, permitiu que mulheres votassem e criou leis trabalhistas.

- A quarta Constituição é de 1937, Estado Novo, e marcou uma ruptura institucional. Ela institui a pena de morte, acabou com a liberdade partidária e de imprensa, anulou a independência dos Poderes, restringiu os poderes do Congresso Nacional, e instituiu a eleição indireta para presidente.

- A quinta data de 1946, ela retomou a Democracia, acabou com a pena de morte, instituiu o direito de greve, e possibilitou a desapropriação por interesse social.

- Em 1967, Regime Militar, após nova ruptura institucional, foi instituída a sexta Constituição. Nela foi adotada a eleição indireta para presidente da República, foi emendada por 17 atos institucionais, e o AI 5 deu ao regime poderes absolutos e fechou o Congresso Nacional.

- E em 1988, como fruto da redemocratização, foi promulgada a sétima Constituição, com participação popular, ela ampliou liberdades civis e garantias individuais, retomou as eleições diretas, acabou com a censura à Imprensa, deu direito dos analfabetos ao voto, estabeleceu mais direitos trabalhistas, e reformou o sistema tributário.

Diante do sucessivo estabelecimento de novas constituições, sete em menos de 200 anos, fica evidente a instabilidade política e a pouca experiência democrática do povo brasileiro. Cabe observar que o período atual, ainda que fragilizado, é o mais longo da experiência democrática do país. Antes, o Brasil havia tido apenas dois períodos, sendo: um de 3 anos e outro de 21 anos.

Os Estados Unidos, por exemplo, gozam de uma democracia contínua a mais de 200 anos e com a mesma constituição. O Brasil, em menos de 200 anos, já trocou sete vezes de constituição e a atual já registra mais de cem alterações, ou seja, uma média de 3 a 4 alterações por ano. Isso, porém, não quer dizer que a Constituição não possa ser alterada, mas a frequência de alterações é um indício de fragilidade institucional.

Assim, o Brasil, em mais de 500 anos de história, considerando a periodização estabelecida por Boris Fausto, em História Concisa do Brasil (2006) e História do Brasil (2010), bem como outras referências da historiografia brasileira - iniciando no período Colonial, Monárquico, Primeira República, Estado Getulista, Período Democrático, Regime Militar, e Redemocratização - o Brasil possui somente 54 anos de experiência democrática e ainda de forma fragmentada, ou seja, na maior parte de sua história predominaram as formas autoritárias.

Para Chauí (2004) a sociedade brasileira é caracterizada pela verticalização, ou seja, pela estrutura hierárquica de “cultura senhorial”, numa analogia à sociedade colonial escravista que dominou o país por mais de 300 anos. Também observa que as relações assimétricas são transformadas em desigualdade, reforçando as relações de mando e obediência, onde as

relações entre os “iguais” é de compadrio e cumplicidade, enquanto com os “desiguais” é de clientela, tutela e cooptação.

O autoritarismo social, que enquanto “cultura senhorial”, naturaliza as desigualdades e exclusões socioeconômicas, vem exprimir-se no modo de funcionamento da política. Quando se observa a história econômica do país, periodizada segundo a ascensão e o declínio dos ciclos econômicos e, portanto, segundo a subida e a queda de poderes regionais, e quando se observa a história política do país, em que o poderio regional é continuamente contrastado com o poder central, que ameaça as regiões para assegurar a suposta racionalidade e necessidade de centralização, tem-se uma pista para compreender por que os partidos políticos são associações de famílias rivais ou *clubs privés* das oligarquias regionais. (Chauí, 2004, p. 93)

Os ciclos econômicos mencionados por Chauí (2004) auxiliam no entendimento do modo de funcionamento da política brasileira, bem como na compreensão da história da formação econômica e na ocupação e formação territorial, devido à alternância econômica por meio da expansão de uma determinada atividade produtiva durante um período de tempo e da sucessão dos poderes regionais.

De acordo com Furtado (2007), inicialmente os portugueses não pensavam em povoar a nova colônia e consideravam que “a colonização do Brasil constituiu para Portugal um problema de difícil solução” (Prado Junior, 2012, p. 13) porque isso demandaria muitos gastos e o objetivo era a extração máxima e imediata de lucros, assim como os espanhóis lograram por meio do ouro acumulado pelas civilizações pré-colombianas.

O primeiro ciclo econômico foi o do pau-brasil, no período pré-colonial, onde se utilizava a mão-de-obra nativa e se explorou basicamente o litoral nordestino. No período colonial houve o ciclo da cana-de-açúcar, na região do nordeste, onde foi introduzida a mão-de-obra escrava africana. A pecuária extensiva também foi fomentada nesse período e auxiliou no processo de expansão e ocupação do interior do território.

No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado, pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores. O açúcar não só abafou as indústrias democráticas do pau-brasil e de peles, como esterilizou a terra, em uma grande extensão em volta aos engenhos de cana, para os esforços de policultura e de pecuária. Exigiu uma enorme massa de escravos. A criação de gado, com possibilidade de vida democrática, deslocou-se para os sertões (Freyre, 2006, p. 32).

Mais tarde, ainda no período colonial, houve o ciclo da mineração, na região sudeste. No período imperial, de 1822 a 1889, o destaque econômico foi para o ciclo do café, também na região sudeste, com a introdução de mão-de-obra de imigrantes europeus, embora a estrutura econômica brasileira ainda se baseasse na mão de obra escrava. O ciclo da borracha, explorado na região norte, iniciou no final do período colonial e se estendeu ao período republicano. Utilizou-se, inicialmente, de mão-de-obra indígena e, posteriormente, com o aumento da demanda, de migrantes nordestinos.

Em meados do século XX, iniciou-se o processo de industrialização no país, fator que influenciou a dinâmica de ocupação do território por meio da migração de nordestinos para o sudeste e do êxodo rural. Atualmente, o Brasil se destaca economicamente em diferentes áreas de produção, porém se pode destacar a soja como um novo ciclo, iniciado na segunda metade do século XX, com registro de “grandes deslocamentos do Nordeste e de Minas Gerais rumo ao Centro-Sul e a ocupação da fronteira agrícola” (Fausto, 2006, p. 294).

De acordo com Cândido (1967), há três livros chaves para a análise social do Brasil, são eles: Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freire; Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda; e Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Júnior. Antônio Cândido também cita o livro A Evolução Política do Brasil, de Caio Prado Júnior, e considera que esses três autores trazem “denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos patriarcais e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal” (Cândido, 1967, p. 11).

Diante do exposto, buscaram-se subsídios nos autores supramencionados e também se observou as contribuições trazidas por Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*; Raymundo Faoro, em *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*; Boris Fausto, em *A História do Brasil*; e Jessé de Souza, em *A Elite do Atraso – da escravidão à Lava Jato*. Esses autores fazem leituras e trazem contribuições a partir do seu campo de análise e da vivência de diferentes momentos históricos do país.

Em *Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, publicado em 1933, Gilberto Freyre trata sobre a composição racial da sociedade brasileira, abrangendo o Período Colonial, num contexto de intensa miscigenação, por meio das inter-relações entre brancos (portugueses), negros e índios.

A casa-grande é elemento simbólico do centro de poder, onde o senhor de engenho, homem branco patriarcal, possui liderança política, autoridade moral e privilégios – ele é o dono das terras, dos homens e das mulheres, em suma, é sujeito ativo e autoritário na dinâmica política. O sistema patriarcal e a relação entre casa-grande e a senzala revelam a gênese da hierarquia sócio racial da sociedade brasileira.

Freyre aborda a organização política e social do Brasil por meio das características gerais da colonização portuguesa no Brasil - pela formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida; do papel do indígena na formação da família brasileira; das predisposições do colonizador português; e do papel do escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. Conforme Freyre, a formação brasileira se orienta pelo processo de equilíbrio de antagonismos: europeu – indígena; europeu – africano; indígena – africano; católico – herege; bacharel – analfabeto; e “o mais geral e mais profundo: o senhor e o escravo” (Freyre, 2006, p. 116).

A política no sistema patriarcal se caracterizava pela cultura do compadrismo, ou seja, da política orientada pela camaradagem, pela pessoalização e na formação de uma rede de proteção e de favorecimento. Sobre a democratização social do Brasil, Freyre assinala que a miscigenação

praticada largamente, especialmente durante o período colonial, “corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala” (Freyre, 2006, p. 33) e contrariou o sentido de aristocratização promovido pela monocultura latifundiária e escravocrata. Também destacou as uniões irregulares de homens abastados com negras e mulatas, por meio da desconcentração da riqueza na fase colonial, como forma de desenvolvimento de linhas democráticas na sociedade brasileira.

Em *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, Sérgio Buarque de Holanda trata sobre os obstáculos para o estabelecimento da democracia política brasileira. As “raízes” referem-se à constituição da identidade brasileira, a partir da herança do processo colonial português, rural e escravagista, que se caracterizava pelo patriarcalismo e patrimonialismo, com pendor ao autoritarismo e à tirania. Por meio da metáfora do “homem cordial”, marcado pelo individualismo e interesses personalísticos, Holanda (1995) observa que a política e as relações públicas se orientam por uma confusão problemática da esfera pública e privada. Segundo Cândido (1967), do ponto de vista político, as “raízes” são um obstáculo para o desenvolvimento histórico.

Na história brasileira, as formas de gestão da sociedade [...] têm se caracterizado por uma ‘cultura personalista’ [...] a relação política transforma-se numa relação entre indivíduos, em detrimento da relação entre grupos, organizações, entidades, interesses coletivos. Com isso, as pessoas ficam na espera de que as decisões venham ‘de cima’, mesmo porque tem sido essa a prática das elites políticas e econômicas dominantes. (Libâneo, 2015, pp. 115 – 116)

De acordo com Holanda (1995), no Brasil, os movimentos “reformadores” quase sempre foram realizados de cima para baixo, ou seja, com participação civil quase nula, e cita como exemplo a Proclamação da República, que foi essencialmente militar, e as revoluções das províncias, que foram promovidas por algumas famílias ricas e poderosas.

a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas (Holanda, 1995, p. 160).

Em *O Povo Brasileiro: A formação do sentido do Brasil*, publicado em 1995, Darcy Ribeiro concebe a sociedade brasileira como surgida “da confluência, do entrecchoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos” (Ribeiro, 2015, p. 17). Dessa confluência, sob a regência dos portugueses, surge uma nova estruturação societária, baseada numa etnia nacional, resultante do processo contínuo e violento de unificação política por meio da supressão de identidade étnica destoante e de repressão e opressão de tendências separatistas.

Entretanto, essa unidade esconde uma profunda distância social entre as classes dominantes e subordinadas, onde as classes dominantes apelam para a repressão e a força. O atraso no desenvolvimento do país pode ser atribuído ao “modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população” (Ribeiro, 2015, p. 330).

Assim, pode-se compreender que essa ordenação social também implicou um atraso de processo de constituição da democracia brasileira, pois “não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante” (Ribeiro, 2015, p. 330).

Fausto (2010) parte sua análise da integração de aspectos econômicos, político-sociais e ideológicos da formação social brasileira, com ênfase no período mais recente da história. Sobre o fim da escravidão destaca a marginalização dos negros. Na proclamação da república observa a atuação dos militares e da aristocracia, bem como a continuação da divisão do poder em elites regionais. No processo de redemocratização cita vantagens e

desvantagens da transição ter sido acordada e de não ter provocado grandes abalos sociais.

O fato de que tenha havido um aparente acordo geral pela democracia, por parte de quase todos os atores políticos, facilitou a continuidade de práticas contrárias a uma verdadeira democracia. Desse modo, o fim do autoritarismo levou o país mais a uma “situação democrática” do que a um regime democrático consolidado. (Fausto, 2006, p. 290)

Apesar do autoritarismo histórico e da falta de um regime democrático consolidado, Fausto (2010) considera que, nas últimas décadas, o Brasil construiu uma base significativa e que “no caminho da construção da cidadania, mulheres, índios, negros, trabalhadores em geral passaram a reivindicar direitos e a ver esses direitos reconhecidos em grau variável, pelo menos no papel” (Fausto, 2010, p. 556) e ressalva que “um objetivo primordial para o futuro consiste na afirmação da democracia e na elevação das condições de vida” (Fausto, 2006, p. 309), porém esse objetivo, não é fácil de ser alcançado e depende de conjunturas favoráveis, bem como da ação tanto do Estado quanto da sociedade civil.

Em *Os Donos do Poder*, Faoro (2008) desenvolve sua análise sobre a formação do patronato político brasileiro por meio dos conceitos de clientelismo (prática política onde se destacam as trocas de favores e privilégios), estado patrimonialista (limites entre público e privado muito permeáveis), e estamentos (estratificação social alicerçada nas desigualdades sociais) para explicar a permanência das elites no poder e a “passividade” do povo.

“o estamento burocrático, fundado no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, adquiriu o conteúdo aristocrático, da nobreza da toga e do título. A pressão da ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação, impermeável ao poder majoritário” (Faoro, 2008, p. 836-837).

Em a Elite do Atraso – Da escravidão à Lava Jato, Jessé de Souza defende que a desigualdade brasileira não é herança de um Estado corrupto, mas da escravidão. Ele contesta o peso dado por Holanda ao patrimonialismo nos problemas político-sociais do país e destaca o papel das elites na defesa dos interesses econômicos. No plano político, observa que no Brasil governos de esquerda caem por meio de golpes toda vez que propõem superar o atraso histórico e diminuir a distância entre classes numa sociedade perversamente desigual e autoritária.

1.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Neste estudo a educação é compreendida “como apropriação da cultura humana produzida historicamente e a escola como instituição que provê a educação sistematizada” (Paro, 2016, p. 7). Para contextualizar a Educação no Brasil, buscou-se subsídio na perspectiva histórica e nos fatos históricos de cada período que contribuíram para a constituição da História da Educação Brasileira e que definiram o papel das instituições educativas, a organização do ensino, bem como quem teria acesso à educação.

Para tanto, utilizou-se como subsídio os estudos de Xavier, Ribeiro, & Noronha (1994), Piletti (2006), Ghirdelli Junior (2007) e Marques (2006). Estes autores tomam a história da educação brasileira sob diferentes perspectivas e a periodizam conforme sua abordagem. Piletti (2006) e Ghirdelli Junior (2007), considerando o aspecto político da organização social do Brasil, apresentam-na dividida em três períodos históricos básicos: Colônia (1500 – 1822), Império (1822 – 1889) e República (a partir de 1989). Porém, com subdivisões diferentes e enfoques também.

Marques (2006) trata a história da educação brasileira considerando a História da Educação na conjuntura global por meio de uma inter-relação com acontecimentos em outros países. Enquanto, Xavier *et al* (1994) a apresentam

subdividida em duas grandes partes que se estabelecem conforme o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, sendo: Sociedade Agroexportadora (1549 – 1920) e Sociedade Urbano-industrial (1910 - 1990).

Nesta pesquisa optou-se por adotar a periodização simplificada de Piletti (2006) por representar períodos bem demarcados da história política brasileira, sendo: Colônia, Império e República. Porém, observaram-se os subperíodos propostos pelo autor e que demonstram o processo de constituição da história da educação brasileira. Piletti (2006) destaca a participação dos jesuítas na educação colonial, o elitismo na educação imperial, e na república as sucessivas reformas que ocorreram por diferentes motivações, tais como: ampliar o acesso à escolarização, diminuir o alto índice de analfabetismo, atender exigências internacionais e, nas últimas décadas, democratizar a gestão e o acesso.

ao longo da história, na educação e na vida em geral, nossos legisladores esmeraram-se em elaborar leis tanto mais perfeitas quanto mais distantes da realidade [...] esconder e camuflar a realidade teve sempre o recôndito propósito de mantê-la como fonte de privilégios para alguns [...] muda-se a lei para não mudar a realidade; atende-se retoricamente aos proclamos por uma sociedade mais justa, ao mesmo tempo em que, na prática, persistem as injustiças. (Piletti, 2006, p. 21)

Conforme Xavier *et al* (1994), Piletti (2006), Ghiraldelli Junior (2007) e Marques (2006), a Educação Brasileira teve seu início com a vinda dos colonizadores e a chegada dos padres Jesuítas ao Brasil, pois “como sabemos, antes da chegada dos europeus na América, havia no Brasil uma população num estágio cultural do qual não faziam parte a leitura e a escrita; no qual, portanto, não saber ler e escrever não constituía problemas” (Xavier et al, 1994, p. 14).

O Período Colonial cobre três dos cinco séculos da História do Brasil. Neste período o país estava subordinado à Metrópole Portuguesa e organizado sob uma base econômica de exploração agroexportadora, com a função de atender as demandas do capitalismo mercantil. Do ponto de vista cultural, é

um período em que a cultura nativa é sufocada e a negra é domesticada. É neste contexto que se constitui o Ensino Colonial.

No início do período colonial os jesuítas possuíam a tarefa de catequizar os nativos para “a sujeição do índio e a conquista de suas terras para o enriquecimento dos colonizadores. E a religião foi um instrumento eficaz dessa submissão” (Piletti, 2006, p. 23). Posteriormente, acresceu-se o ensino, pois “os jesuítas compreenderam que não seria possível converter os índios à fé católica sem, ao mesmo tempo, ensinar-lhes a leitura e a escrita” (Piletti, 2006, p. 34).

De acordo com Marques (2006), as índias também queriam aprender e os indígenas não compreendiam porque as mulheres não podiam. Ademais, conforme Marques (2006), até o Renascimento havia a crença de que as mulheres possuíam defeito congênito que impedia o acesso ao conhecimento. No Brasil colonial, a vida das mulheres era limitada ao âmbito doméstico e a educação feminina estava restrita às famílias de posses, pois, conforme a crença da época, para ser mãe não era preciso saber muito. Após meados do século XVII a educação feminina passou a ser realizada em conventos, porém não era acessível devido ao custo e era indicativo de distinção social.

Na colônia o ensino, sob a regência da Companhia de Jesus, era guiado pelo plano de estudos da *Ratio Studiorum*, primeiro sistema educacional organizado da educação católica. Era dividido em três níveis: o primário com o ensino elementar de leitura e escrita; o secundário com a oferta de três cursos – Letras, Filosofia e Ciências; e “o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior e destinado principalmente à formação de sacerdotes” (Piletti, 2006, p. 35). Esse sistema de ensino era elitizado e aristocratizado, pois excluía as camadas populares do ensino, destinando a elas apenas a catequizaçãõ.

Os jesuítas tiveram praticamente o monopólio do ensino regular escolar a partir de Nóbrega, e chegaram a fundar vários colégios visando à formação de religiosos. É claro que nem todos os filhos da elite da Colônia que frequentavam tais colégios queriam se tornar padres. Mas em razão de serem

os únicos colégios existentes, os grupos dirigentes ou emergentes da época não tinham outra opção senão a de submeter seus filhos à orientação jesuítica. (Ghiraldelli Junior, 2007, p. 6)

Em 1759, o Primeiro Ministro Marquês de Pombal, temendo o poder e a influência que a Companhia de Jesus vinha exercendo sobre a Colônia, decidiu expulsar os jesuítas do Reino e de seus domínios. Devido à “interpretação da educação como expressão da política e da sociedade como um todo, historicamente definidas, confere às reformas pombalinas elevada significação política na história da educação brasileira” (Sander, 2007, p. 22). Cabe observar que este é o início do processo de laicização e da educação pública no Brasil e que, nesse período, o ensino disponível às classes populares era relativo a atividades manuais (ofícios).

Conforme Ghiraldelli Junior (2007), a educação, assim como várias outras áreas, foi impactada mais significativamente e começou a passar por mudanças mais profundas, com a vinda da Família Real e da Corte, em 1808, após a invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão. Nessa conjuntura, o Brasil passou a ser sede do reino português e desse impulso houve a “necessidade imediata de suprir deficiências coloniais para a instalação da sede da administração do Reino” (Xavier *et al*, 1994, p. 54), por meio da multiplicação de instituições culturais e educacionais.

Com a declaração da Independência, em 1822, inicia-se o Período Imperial e nele houve a publicação da primeira Constituição. Nela foi instituída a instrução primária gratuita a todas as classes, bem como para as meninas, embora houvesse resistências. Entretanto, essa previsão legal não foi cumprida devido à escassez de escolas e à falta de professores e condições necessárias. Também foram realizadas reformas no ensino secundário com vista a um ensino de alta qualidade, porém “chegou-se, portanto, ao fim do império, sem um curso secundário digno de tal nome e, pior que isso, com uma parcela mínima da população – os jovens das classes dominantes – tendo acesso aos estudos” (Piletti, 2006, p. 25).

Diante deste contexto, a elite imperial contratava preceptores para educar seus filhos, preferencialmente estrangeiros vindos da França ou Alemanha, mas as camadas populares não tinham acesso a essa forma de educação e compunham a grande massa analfabeta que permanecia afastada da escola. Embora, no Segundo Império, tenha havido alguns desenvolvimentos promissores no campo do ensino, graças à sensibilidade política e cultural do Imperador Dom Pedro II e ao seu interesse pessoal pela educação.

Nesse período, devido à falta de professores, foram criadas as escolas normais para a formação de professores, ou seja, essa modalidade inseria o magistério na educação média, orientado pelo método Lancaster. Outra forma de ensino que passou a ser pautado nesse período foi o ensino técnico-profissional, uma preocupação advinda das mudanças sociais. Conforme Marques (2006), essa modalidade era destinada aos considerados convenientes, ou seja, homens livres das classes operárias. Cabe observar que “a iniciativa particular predominava sobre a governamental. Esta última só ganhou impulso já no Período Republicano, com os Decretos de 1909, que criaram as escolas de aprendizes e artífices e o ensino de Agronomia, ambos em nível secundário” (Xavier *et al*, 1994, p. 89).

Em 1888 foi decretada a abolição do regime escravista e em 1889 foi proclamada a República. Nesse contexto, os súditos passaram a serem cidadãos e passou a ser difundido “um ideário de exercício de cidadania onde a instrução (a alfabetização e a escolarização regular) passa a ser entendida como um dever do Estado” (Xavier *et al*, 1994, p. 201).

Para tratar sobre as mudanças ocorridas na educação, Ghiraldelli Junior (2007) subdivide o período republicano considerando a movimentação no plano político e o impacto disso no plano educacional: Primeira República (1889 – 1930), Segunda República (1930 – 1937), Estado Novo (1937 – 1945), Quarta República (1945 – 1964), Regime Militar (1964 – 1985), e Nova Democracia (a partir de 1985). Piletti (2006) subdivide esse período de forma semelhante, porém utilizando outra nomenclatura: Primeira República, Revolução de 30, Estado Novo, República Populista, Ditadura Militar, e

Transição (para a democracia, a partir de 1985). Ambos observam o caráter reformista da Primeira República e o questionamento do modelo educacional herdado do Império, que privilegiava a educação da elite (secundário e superior), em prejuízo da educação popular (primário e profissional).

No início da república “contávamos com nada menos do que 82,63% de analfabetos” (Marques, 2006, p. 67), buscou-se por meio de reformas e por meio da instituição de “dispositivos legais que pretenderam superar os problemas seculares da educação brasileira. No entanto, os males de sempre aí estão: o analfabetismo, a repetência, a evasão escolar, a falta de escolas e de professores, as péssimas condições de trabalho” (Piletti, 2006, p. 25). O ensino primário ficou sob a responsabilidade dos estados e a consequência dessa divisão de competência foi a perpetuação da precariedade da escola primária e a visibilidade de diferenças regionais.

Benjamin Constant, primeiro Ministro da Educação (Ministério da Instrução Pública), liderou uma reforma educacional alicerçada nos princípios doutrinários do positivismo francês, protagonizado por Comte (1830-1842), no século XIX. A reforma substituiu o currículo humanista para o enciclopédico. Segundo Sander (2007), a influência do positivismo na educação, revela-se na adoção de instrumentos de controle central e de uniformização do ensino. O autoritarismo centralizador da administração pública se repete na administração escolar.

Com a transformação do modelo agrário-exportador para o modelo urbano industrial, devido à “necessidade de adaptação da sociedade brasileira aos interesses do regime capitalista internacional” (Xavier *et al*, 1994, p. 201), começou a surgir uma demanda de recursos humanos. Entre os trabalhadores urbanos, inicia-se a contestação da escola de elite e se intensificou a mobilização para a expansão do sistema educacional, pois saber ler e escrever deixava de ser um luxo e passa a ser necessidade.

A tomada de consciência político-democrática deflagrou-se, entre 1920 e 1930, com a luta reivindicatória em defesa do voto livre e secreto, posteriormente conquistado, que levou a uma nova organização social. A

Segunda República (Revolução de 30) marcou a ascensão de grupos gaúchos (gentílico referente aos nascidos no Rio Grande dos Sul) e o fim da política do “café com leite”, ou seja, a alternância política dos coronéis do leite de Minas Gerais e dos barões do café de São Paulo na Presidência da República. Os períodos relativos à Segunda República e Estado Novo também são conhecidos como “Era Vargas”, devido ao revolucionário gaúcho Getúlio Vargas, que esteve no poder durante esse período.

No plano educacional, durante a Segunda República, pode-se registrar a criação do Ministério da Educação e a busca pela articulação de um sistema educacional brasileiro. Outro acontecimento importante desse período foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, realizado por um grupo de educadores comprometidos com a renovação da educação nacional, que defendiam o ensino público e laico, bem como a observância às características regionais e à necessidade de formação universitária aos professores. O movimento escolanovista propunha novos métodos e percebia o aluno como centro do processo educativo.

Conforme Piletti (2006), a Constituição de 1934 foi a primeira a reservar um capítulo especial à educação e estabeleceu “a educação como direito de todos; a obrigatoriedade da escola primária integral; a gratuidade do ensino primário; a assistência aos estudantes necessitados” (Piletti, 2006, p.75). Nesse contexto, a educação passou a ser considerada por sua função social, o ensino secundário passou a objetivar a formação geral e a universidade voltada à ciência. Segundo Ghiraldelli Junior (2007), a discussão sobre as propostas pedagógicas nos anos 30 giravam entre quatro grandes grupos de ideias de como fazer a educação brasileira, são eles: liberal; católico; integralista (orientação fascista); e comunista.

De acordo com Piletti (2006) a conjuntura internacional (fascismo italiano e nazismo alemão) e a repressão ao movimento comunista no plano interno alimentaram a face autoritária do governo Vargas e o desejo de perpetuação no poder, que resultou num golpe de Estado e o início do período denominado Estado Novo.

Em face disso, foi imposta uma Constituição que dava poderes ditatoriais a Vargas (Presidente) e que “praticamente abriu mão de sua responsabilidade para com a educação pública” (Ghiraldelli Junior, 2007, p. 82). Ademais, no âmbito educacional, foram criadas Leis que regiam toda a escolarização (básica e superior), adaptando a educação ao processo industrial, bem como foi fomentada a “consciência patriótica”. Entretanto, no plano administrativo da educação “a centralização administrativa do governo Vargas do Estado Novo possibilitou uma maior homogeneidade e continuidade nas medidas educacionais” (Ghiraldelli Junior, 2007, p. 92).

O Estado Novo terminou em 1945 com a deposição de Vargas e a promulgação de nova Constituição deu início a período denominado como Quarta República ou República Populista, marcando assim a retomada do regime democrático, pois “nada melhor do que a prática democrática para aprender a democracia” (Piletti, 2006, p. 98). É importante observar que Vargas retornou ao poder em 1951, porém pela via democrática, ou seja, por meio de eleições.

Nesse período houve avanço da participação popular e, no campo educacional, pode-se destacar a defesa da escola pública, a percepção da Política Educacional como Política Social, bem como a promoção da educação popular, por meio da Pedagogia Freiriana. Piletti (2006) também destaca a articulação e equivalência entre o ensino secundário e o técnico-profissional e a aprovação da primeira lei que englobou todos os graus e modalidade de ensino, a Lei nº 4024/1961, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujos objetivos estavam orientados pelos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade.

Paulo Freire se tornou protagonista dos movimentos de educação popular, especialmente na alfabetização de adultos. De acordo com Piletti (2006), em 1940, a taxa de analfabetismo no Brasil era de aproximadamente 56%, considerando a população de 15 anos ou mais, e em 1960 era de aproximadamente 39%. Ghiraldelli Junior (2007) observa que Paulo Freire foi influenciado pelo nacional-desenvolvimentismo e que, no campo pedagógico,

era seguidor do ideário do escolanovismo, porém trabalhou essas ideias de forma original e criou um pensamento pedagógico novo. Sua pedagogia repercutiu devido ao caráter crítico e obteve reconhecimento nacional e internacional.

afirmava ter o homem vocação para “sujeito da história”, e não para “objeto”, mas no caso brasileiro esta vocação não se explicava, pois o povo teria sido vítima do autoritarismo e do paternalismo correspondentes à sociedade herdeira de uma tradição colonial e escravista. Fazia-se necessário – segundo tal concepção – romper com isso, “libertar o homem do povo” de seu tradicional mutismo. A pedagogia deveria, então, forjar uma nova mentalidade, trabalhar para a “conscientização do homem” brasileiro frente aos problemas nacionais e engajá-lo na luta política. (Ghiraldelli Junior, 2007, p. 119)

Entretanto, em 1964, com o golpe militar, “a educação brasileira, da mesma forma que os outros setores da vida nacional, passou a ser vítima do autoritarismo” (Piletti, 2006, p. 114). Houve militarização da sociedade e o governo passou a enfocar ações relativas à segurança nacional. A educação no Regime Militar se pautou “pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar” (Ghiraldelli Junior, 2007, p. 126). Os avanços populares foram contidos e a partir do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968, o autoritarismo e a repressão foram intensificados.

A Constituição de 1967 também estimulou a utilização de crianças no trabalho na medida em que reduzia a idade legal mínima para doze anos. Isso significava a dificuldade de frequência à escola por um grande número de crianças e o barateamento da força de trabalho que utilizava a mão-de-obra infantil com salários mais baixo que o do adulto. (Xavier *et al*, 1994, p. 228)

Conforme Piletti (2006), a reforma do ensino de 1º e 2º grau foi realizada praticamente sem discussão e objetivo passou a ser a preparação para o trabalho e a Reforma Universitária deu um modelo empresarial à universidade. E observa que “as reformas dos anos 70 expressaram, de um

lado, a junção entre a racionalidade tecno-burocrático-militar e, de outro, a necessidade político-ideológica de consolidar o regime militar” (Xavier et al, 1994, p. 251).

O 1º grau, sob a responsabilidade da esfera municipal, enfocava a educação geral e o 2º grau a profissionalização (de forma obrigatória até 1982). Para Xavier *et al* (1994) o projeto de ensino profissionalizante foi o mais audacioso da ditadura para a política educacional brasileira, porém foi um fracasso devido à falta de recursos e pela perspectiva utilitarista e tecnicista.

De acordo com Piletti (2006), apesar do avanço demonstrado pela diminuição na taxa de analfabetismo (que, em 1960, era de 39% e, em 1990, passou para aproximadamente 18%), os sérios problemas relativos à educação brasileira continuavam devido às deficiências de infraestrutura, nas condições de trabalho dos professores e pelos altos índices de evasão e de retenção, que na 1ª série chegava a aproximadamente 50%, e pela seletividade do ensino secundário e superior, pois aproximadamente 85% dos ingressantes não chegavam ao 2º grau e pouco menos de 6% chegavam ao ensino superior.

No âmbito econômico, no início da década de 70, registrou forte crescimento – o “milagre econômico”, porém alicerçado no endividamento estatal. Em termos socioeconômicos houve concentração de renda e empobrecimento, ou seja, ampliação das desigualdades. A década de 80 foi marcada por um quadro de enfraquecimento da ditadura, de recessão econômica e pelo início de um processo de transição negociada e sem rupturas para a restauração da ordem institucional. Conforme Piletti (2006), para a frustração dos brasileiros, as velhas políticas de clientelismo e corrupção continuaram após a redemocratização.

A educação, conforme o Art. 205 da Constituição Cidadã de 1988, está prevista como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho” e conforme o Art. 206 sob os princípios da igualdade, liberdade, pluralismo de ideias, gratuidade do ensino público, valorização dos profissionais, gestão democrática, qualidade. De acordo com Piletti (2006), a democratização da escola pode ser observada em termos quantitativos (acesso) e qualitativos (inter-relações), e observa que ela é interdependente com a democratização da sociedade.

A redemocratização trouxe avanços, porém a análise das questões educacionais, o analfabetismo e a baixa escolaridade devem considerar as questões sociais, pois “quando dirigimos nossa atenção para a população brasileira, constatamos o fato de que uma grande parte dela encontra-se em ESTADO DE MISÉRIA” (Xavier *et al*, 1994, p.13), ou seja, uma população que carece de condições relativas à situação econômica, financeira e cultural (emprego, salário, comida, atendimento médico, condições sanitárias, vestimenta, etc.).

A partir da década de 90 as discussões sobre a qualidade da educação adquiriram maior destaque, acompanhando as mudanças políticas legais trazidas com a redemocratização do País. Essa década foi marcada pela inserção de grandes mudanças na educação, especialmente pela ênfase na função social da escola, na nova organização do ensino e no resgate da dimensão humana na formação do Ser Cidadão. A universalização da educação e a qualidade do processo educativo passam a serem exigências básicas definidas em âmbito internacional e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.

A principal função social e pedagógica da escola é assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos do pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. Para isso, faz-se necessário superar as formas conservadoras de organização e gestão (Libâneo, 2015, p. 115).

Assim, o debate sobre a qualidade da educação brasileira deve pressupor a inter-relação entre aspectos educacionais e os sistemas sociais, econômicos,

culturais e políticos. Portanto, a discussão sobre a qualidade da educação pressupõe necessariamente o entendimento da função social da escola e do papel da educação na transformação ou manutenção das relações sociais, bem como estratégia para fazer justiça social.

1.3.1. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, bem como da Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica, remonta o início do século XX, pois grande parte das instituições que conformam a Rede Federal foi instituída a partir do Decreto Presidencial nº 7566/1909 que criou dezenove escolas de aprendizes e artífices, que “sete anos depois, são transformadas nos liceus industriais. Um ano após o ensino profissional ser considerado de nível médio, em 1942, os liceus passam a se chamar escolas industriais e técnicas, e, em 1959, escolas técnicas federais, configuradas como autarquias” (Pacheco, Vidor, Rezende, & Caldas, 2011, p. 48).

Inicialmente essas instituições constituíram uma rede de escolas agrícolas, as Escolas Agrotécnicas Federais, com modelo de escola-fazenda e estavam subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1930, passaram para a supervisão do Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1967, passaram para o Ministério da Educação e Cultura e foram transformadas em escolas agrícolas.

Conforme Pacheco *et al* (2011), em 1978, três escolas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – Cefets e foram equiparadas, no âmbito da educação superior, aos centros universitários. Durante a década de 90, outras também se tornaram Cefets e deram base para a instituição do sistema nacional de educação tecnológica, em 1994. Em 1998, o governo federal, por meio de instrumentos normativos, direcionou a responsabilidade de oferta de cursos técnicos para a esfera estadual e para a iniciativa privada.

Entretanto, é importante observar que, de acordo com o preâmbulo do Decreto de criação, as escolas de aprendizes e artífices foram instituídas como instrumento de política voltado às classes populares, pois, devido ao aumento da população nas cidades, tornava-se necessário “não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime [sic]”.

Na década de 80, devido à globalização, as instituições de educação profissional buscaram diversificar programas e cursos para elevar os níveis da qualidade com vista a atender a demanda de profissionais num contexto de desenvolvimento de novas tecnologias, agregadas à produção e à prestação de serviços. Conforme Fernandes (2009), o Governo Lula, a partir de 2003, desencadeou um ambiente de expansão e valorização da educação profissional. Nesse contexto, em 2008, foi realizada uma reorganização na educação profissional, técnica e tecnológica que teve como objetivo:

derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. (Pacheco, 2011, p.15)

Essa reorganização foi formalizada por meio da Lei nº 11.892/2008 que por meio da transformação/integração de 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades - instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (com profundas mudanças na gestão e atuação das instituições que a compõem) e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's).

estruturas multicampi, visando atender a função social alvo de suas finalidades e objetivos, através de uma ação acadêmica que garanta, em cada exercício, o mínimo de 50% das vagas para cursos técnicos de nível médio, bem como, no mínimo, 20% das vagas da educação de nível superior para cursos de licenciaturas e/ou programas especiais de formação pedagógica, visando à formação de professores para a educação básica e para a educação profissional. (Fernandes, 2009, p. 5)

A partir da instituição da Rede Federal, houve um massivo investimento do Governo Federal que promoveu e possibilitou a ampliação de abrangência a praticamente todo o território nacional. Esse período estava orientado pela perspectiva de que “o futuro dos institutos está em aberto, dependendo de nossa ousadia, competência e compromisso político com um país soberano, democrático e justo socialmente” (Pacheco *et al*, 2011, p. 53).

O projeto de expansão se destacou pela interiorização da educação e da qualificação profissional para os diversos setores da economia brasileira. A Rede Federal está presente em todo o território nacional e presta um serviço à nação, ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo.

Conforme dados relativos ao Plano de Expansão da Educação Profissional, disponíveis no *site* da Rede Federal, o Ministério da Educação, de 2003 a 2016, nos governos Lula e Dilma, concretizou a implantação de mais de 500 unidades, totalizando 644. Cabe observar que, desde 2016, as informações relativas à expansão não são atualizadas no *site* da Rede Federal.

Entretanto, considerando as informações constantes no *site* do Ministério da Educação, na aba Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec, e sub-aba Rede Federal, atualmente:

a Rede Federal está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas

instituições federais, têm-se ao todo 659 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país.



Figura 1: Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Sobre a trajetória da gestão democrática nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, entre 1909 e 2008, Peixoto & Mendonça (2009) observam que ocorreu entre avanços e retrocessos e que, até o ano de 2003, as instituições estavam desobrigadas de realizar eleição direta para a escolha de diretores gerais. A adoção da política de eleição para o cargo de diretor geral, um dos mecanismos em direção à gestão democrática da educação, foi instituída com a promulgação do Decreto nº 4.877/2003.

No aspecto organizacional, a Lei nº 11.892/2008, determina no *caput* dos seus artigos 9º e 11, respectivamente, que “cada Instituto Federal é

organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores” e que “os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) reitor e 5 (cinco) pró-reitores”. De acordo com § 1º, do Art. 11, da Lei nº. 11.892/2008:

Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

No plano administrativo, de acordo o Art. 10 da Lei nº. 11.892/2008, a administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, ambos presididos pelo reitor, sendo aquele de caráter consultivo e este consultivo e deliberativo, com previsão de participação da comunidade acadêmica, dos egressos, da sociedade civil, e do Estado, por meio do Ministério da Educação e do Conselho de Dirigentes.

Enquanto o Colégio de Dirigentes, integrado pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelos Diretores-Gerais dos *campi* componentes do respectivo Instituto Federal, é uma instância administrativo-executiva, responsável pela ação coordenada de toda a estrutura diretiva do Instituto, o Conselho Superior é a instância maior de deliberação. O Conselho Superior, por sua composição, representa a comunidade interna, a sociedade e o próprio MEC. (Pacheco *et al*, 2011, p. 96)

Neste ano a rede completa 10 anos e, ao longo desse período, experimentou uma intensa expansão em termos de abrangência de atuação, devido a uma conjuntura político-econômica favorável. Porém, o projeto de expansão da Rede Federal parece estar comprometido, considerando o estabelecido na Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, aprovada após o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Esta normativa altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para

instituir o Novo Regime Fiscal, o que, na prática, congela os gastos com saúde e educação por 20 anos.

1.3.1.1. Instituto Federal Farroupilha -IFFar

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar, assim como os demais 37 Institutos Federais, integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica-RFEPCT. O IFFar foi criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, conforme disposto no XXX, do Art. 5º, da Lei nº 11.892/2008.

Porém, além dos *Campi* Alegrete e São Vicente do Sul, em 2008, o IFFar também contabilizava a Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos (vinculada a São Vicente do Sul) e o acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto, que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.

Em 2010 os Campi Santa Rosa, São Borja e Panambi iniciaram suas atividades. Em 2013, foi inaugurado o Campus Jaguari e iniciaram-se as atividades no Campus Avançado Uruguaiana. Em 2014 entrou em atividade o Campus Santo Ângelo e foi completada a migração do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

Junto à expansão das unidades, também houve ampliação do quadro de servidores, por meio da realização de concursos públicos, com vista a atender a demanda institucional. Assim, considerando os dados disponíveis no Sistema Integrado de Gestão – SIGRH, de 2014 a 2018, o quadro de pessoal passou de aproximadamente 750 servidores efetivos (docentes e técnico-administrativos) para aproximadamente 1500, considerando dados relativos ao mês de junho, conforme quadro demonstrativo constante no Anexo I.

A instituição possui natureza jurídica de autarquia, conforme dispõe o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.892/2008, em vigência com a redação dada pela Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012. As autarquias são entes da Administração Pública, que se caracterizam por possuírem autonomia administrativa, patrimonial e financeira e, como o IFFar é uma organização educacional, também tem assegurada sua autonomia didático-pedagógica e disciplinar.

A administração pública pode ser compreendida como “o conjunto de atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal” (Pastori, 2010, p. 10), e observa que “com o aparecimento dos regimes constitucionais, a administração foi subordinada à lei e inserida no chamado poder executivo estatal” (Pastori, 2010, p. 13).

Assim, cabe observar que a Administração Pública no Brasil obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal. Ademais, é importante pontuar que a existência e a administração de instituições públicas se orientam pela função social que estas desempenham e não pela busca do lucro, assim como ocorre nas organizações privadas.

O IFFar é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. De acordo com seu planejamento estratégico, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, com vigência para o período de 2014 a 2018, o IFFar, é:

uma instituição de ensino pública e gratuita e, em atenção aos arranjos produtivos sociais e culturais locais, oferta cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos técnicos de nível médio (presenciais e a distância) e cursos de graduação e pós-graduação, proporcionando a verticalização do ensino. A atuação pedagógica está voltada para a plena formação do cidadão-profissional, perpassando pela articulação do ensino-pesquisa-extensão. (PDI-IFFar, 2014, p. 15)

No PDI em vigor, o IFFar apresenta como missão a promoção da educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável; tem como visão ser excelência na formação de técnicos de nível médio e professores para a educação básica e em inovação e extensão tecnológica; e como valores: ética, solidariedade, responsabilidade social e ambiental, comprometimento, transparência, respeito, e gestão democrática.

O Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, estabeleceu as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiu parâmetros e normas para a sua expansão, que poderá ocorrer mediante a constituição e a estruturação das seguintes unidades administrativas: Campus, Campus Avançado, Polo de Inovação, Polo de Educação a Distância e Centros de Referência.

Atualmente, o IFFar é composto por 12 unidades, sendo: 1 administrativa (Reitoria) e 11 de ensino (10 campi e 1 campus avançado). Além dessas unidades, a instituição possui 6 centros de referência e 35 polos de educação a distância.



Figura 2: Mapa de abrangência do IF Farroupilha

Reitoria e Campi

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| 1. Reitoria – Santa Maria | 2. Campus Alegrete |
| 3. Campus Frederico Westphalen | 4. Campus Jaguari |
| 5. Campus Júlio de Castilhos | 6. Campus Panambi |
| 7. Campus Santa Rosa | 8. Campus Santo Ângelo |
| 9. Campus Santo Augusto | 10. Campus São Borja |
| 11. Campus São Vicente do Sul | 12. Campus Avançado Uruguaiana |

Centros de Referência:

- | | | |
|----------------------|-----------------------|------------------------|
| a. Candelária | b. Carazinho | c. Não-Me-Toque |
| d. Santiago | e. São Gabriel | f. Três Passos |

A instituição, conforme dados de 2017, está presente em 42 municípios do Estado do Rio Grande do Sul por meio da oferta de 164 cursos, em 11 eixos tecnológicos de cursos, para aproximadamente 13 mil alunos regulares, que estão distribuídos em 75 cursos de nível médio, 18 licenciaturas, 10 bacharelados, 15 superiores em tecnologia, 14 especializações, 01 pós-graduação *stricto sensu* ofertado em rede, 16 cursos PRONATEC e 16 cursos EaD.

O IFFar oferece três níveis de ensino, em diferentes modalidades: Cursos Técnicos, Cursos Superiores e Cursos de Pós-Graduação. Cada um com um processo de seleção específico. Os Cursos Técnicos são ofertados em três formas: concomitante, subsequente (nessas modalidades o estudante faz somente o ensino técnico) e integrado ao ensino médio (o estudante faz o Ensino Médio e a formação técnica).

Há, também, a ofertas de cursos técnicos na modalidade EaD (Educação a Distância) e PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Os Cursos Superiores são ofertados nos graus de Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura, e possuem a mesma forma de ingresso.

A Estrutura Organizacional do IFFar observa o disposto na Lei nº 11.892/2008, e está organizada em estrutura multicampi, conforme Art. 9º. A administração tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o

Conselho Superior, conforme Art. 10. E a reitoria é o órgão executivo e está composta por um Reitor e cinco Pró-Reitores, conforme Art. 11. Dentre as normativas da instituição, deve-se destacar a Resolução CONSUP nº 83, de 05 de novembro de 2014, que institui o Estatuto Institucional, e a Resolução CONSUP nº 022, de 24 de maio de 2016, que institui o Regimento Geral.

Em seus 10 anos de existência o IFFar teve três reitores: Carlos Alberto Pinto da Rosa, de janeiro de 2009 a maio de 2012; Jesué Graciliano da Silva, reitor *pro tempore* de maio a outubro de 2012; e Carla Comerlato Jardim, eleita em 2012 e reeleita em 2016, com mandato até 2020.

O Reitor e os Diretores Gerais, conforme os Art. 12 e 13, respectivamente, da Lei nº 11.892/2008, são escolhidos por meio de processo de consulta à comunidade escolar, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos, e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução. Após o processo de consulta à comunidade escolar, o Reitor é nomeado pelo Presidente da República e os Diretores-Gerais, pelo Reitor.

Em 2014 o Estatuto Institucional foi alterado por meio da Resolução CONSUP nº 83, de 05 de novembro de 2014, especificamente no Art. 8º, que trata sobre a composição do Conselho Superior. A alteração ampliou a representatividade das categorias discente, docente e técnico-administrativo, bem como da sociedade civil e dos Diretores Gerais de campi.

A representatividade das categorias discente, docente e técnico-administrativo passou de 1/3 do número de campi, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental, para 1 representante de cada categoria por campi (titular e suplente), eleito por seus pares, na forma regimental.

A representatividade da sociedade civil também foi revisada de “06 representantes da sociedade civil e igual número de suplentes, sendo 02 indicados por entidades patronais, 02 indicados por entidades dos

trabalhadores e 02 representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica” para 1 representante da sociedade civil organizada de cada cidade onde o IFFar possui unidade, considerando os campi e reitoria, indicados por meio de chamada pública.

A representatividade dos Diretores Gerais de campi, no Estatuto anterior era de 1/3 (um terço) dos Diretores Gerais, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental, no atual inclui todos.

Assim, considerando os quantitativos relativos à representatividade prevista no primeiro Estatuto (2009), a expansão institucional (que passou de 4 unidades em 2008 para 12 em 2014), a complexificação e diversidade da comunidade escolar, por meio da ampliação do quadro de servidores e no quantitativo de discentes, percebeu-se a necessidade de alterar o Estatuto e ampliar a representatividade da comunidade escolar no Conselho. A ampliação no número de conselheiros visa qualificar o caráter democrático dessa importante instância decisória.

Cabe observar que os Ex-Reitores são membros vitalícios, o Reitor e Diretores Gerais são membros natos e os demais possuem mandatos de 2 anos, sendo permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente. Em 2015 foi composto o Conselho, seguindo o disposto na Resolução CONSUP nº 83, de 05 de novembro de 2014, e na Resolução CONSUP nº 24, de 16 de março de 2015, que regulamenta o processo eleitoral do Conselho Superior. Em 2017, houve novo processo de consulta e chamada pública para recomposição do Conselho Superior-CONSUP.

Nos *campi* tem o Colegiado de Campus, uma estrutura semelhante ao CONSUP. Conforme o Art. 90 da Resolução CONSUP nº 022/2016 - Regimento Geral, “o Colegiado de Campus é um órgão de assessoramento à Direção Geral do campus que tem como principais objetivos colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução das políticas do Instituto Federal Farroupilha”, e de acordo com o Art. 91 ele é

“composto por representantes da Direção Geral, do corpo docente, técnico-administrativo e discente do campus e da sociedade civil”.

1.3.2. Gestão Educacional

Gestão, em sentido amplo, pode ser definida como “processos intencionais e sistemáticos de se chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar” (Libâneo, 2015, p. 88). Assim, considerando essa definição, cabe observar a especificidade relativa ao âmbito de atuação da gestão educacional e da gestão escolar.

Conforme Lück (2015), elas possuem diferentes campos de atuação, cabendo a primeira um caráter amplo e abrangente, ou seja, a esfera macro – os sistemas de ensino, e a segunda a esfera micro – o ambiente escolar. Lück (2015) também observa que a gestão dá unidade, direcionamento e coerência à ação educacional. Entretanto, ela é “uma área-meio e não um fim em si mesma” (Lück, 2015, p. 15).

Assim, a gestão educacional é componente integrante da gestão governamental em suas diferentes esferas e pode ser compreendida como o processo de articulação nas diferentes instâncias educacionais por meio de normatizações, que expressam objetivos e intencionalidades do Poder Público, conforme o contexto sócio-político-econômico.

A gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados. Sem essa orientação, todos os esforços são despendidos sem muito sucesso (Lück, 2013a, p. 25).

É importante observar que as formas de organização (como articulação das partes de um todo) e de gestão das organizações educativas dependem dos

objetivos sociais e pedagógicos que se propõem à organização (como unidade social) que, por sua vez, subordinam-se às concepções sobre as relações educação-sociedade.

A instituição educacional (escola) é uma forma de organização, enquanto “unidade social que reúne pessoas que interagem entre si e que opera por meio de estruturas e processos organizativos próprios, a fim de alcançar os objetivos da instituição” (Libâneo, 2015, p. 87), dentre os diversos tipos de organizações que compõe a sociedade elas “são organizações educativas que têm tarefas sociais e éticas peculiares” (Libâneo, 2015, p. 16).

Segundo Libâneo (2007), o estudo da escola como organização, desenvolveu-se, inicialmente, no âmbito da Administração Escolar. Essa abordagem, de orientação clássico-científica, frequentemente, reproduz a visão burocrática, funcionalista, aproximando a organização escolar às características da organização empresarial, ou seja, concebe a administração como atividade racional e científica de organização do trabalho.

A orientação clássico-científica da administração é produto de um momento histórico de mudanças estruturais. Com o processo de acumulação de capital e o desenvolvimento do capitalismo fundaram-se as condições para a Revolução Industrial. O sistema capitalista e a Revolução Industrial trouxeram mudanças estruturais nas relações sociais e no modelo de produção.

É no contexto de industrialização, inovação tecnológica, crescimento econômico acelerado, busca por aumentar a produção e lucros, conflitos sociais e arbitrariedade dos métodos de gestão que as organizações passaram a ser tema de discussão e deram origem às bases da administração - com as abordagens clássicas.

Essas abordagens buscavam, basicamente, a eficiência da indústria por meio da racionalização do trabalho. De acordo com Lakatos (2013) a Escola Científica ou Escola Clássica de Administração surgiu no início do século XX, tendo Taylor, Fayol e Weber como precursores e representantes das abordagens clássicas da teoria das organizações. Eles desenvolveram suas

análises sobre o ambiente organizacional empresarial, por meio da observação do seu funcionamento interno (centrados em aspectos racionais, técnicos e econômicos).

Taylor desenvolveu sua análise sobre a organização científica do trabalho, por meio da análise das tarefas. Fayol se ocupou dos aspectos administrativos e desenvolveu uma análise estruturalista, com o objetivo de introduzir uma racionalidade administrativa, por meio da divisão do trabalho, centralização da autoridade, hierarquia, ordem, entre outros elementos. Weber se dedicou a aspectos relativos à formalização da estrutura, por meio de um conjunto de regras e procedimentos, ou seja, propôs a administração do tipo burocracia.

Esses modelos de gestão alcançaram seus objetivos de ampliar a produção. Entretanto, como resultado da especialização e fragmentação do trabalho, criou-se um ambiente de alienação do operário com relação às diferentes etapas do processo produtivo e da riqueza produzida. É nesse contexto, onde aspectos psicológicos e sociológicos tinham pouca importância, que surge a Escola das Relações Humanas.

Segundo Lakatos (2013), George Elton Mayo é reconhecido como pai da Escola das Relações Humanas. Nessa abordagem as organizações passam a ser vistas como sistemas sociais, o fator humano ganha destaque e as necessidades sociais e de satisfação começam a serem consideradas, ou seja, o operário é reconhecido como sujeito histórico. A partir dessa abordagem, as pessoas passam a serem elementos determinantes na estrutura organizacional e a dimensão informal do trabalho passa a ser considerada.

As organizações educativas, assim como as demais organizações, foram influenciadas pelas abordagens clássicas da administração e “nas escolas brasileiras, é este o modelo mais comum de organização escolar, em que se verifica uma mistura das formas da administração clássica com ingredientes da concepção técnico-científica” (Libâneo, 2007, p. 16).

A gestão das organizações educativas, seguindo esse paradigma, caracteriza-se pelo sistema piramidal, fragmentação, supervisão, entre outras relativas à racionalidade empresarial, ou seja, nelas prevalecem as visões

tecnicista e burocrática que se evidenciam por meio da divisão de cargos e funções, normas e regulamentos, planos de ação previamente elaborados para serem cumpridos, de modo a alcançar maiores índices de eficácia e eficiência.

É importante observar que, historicamente, a educação tem sido instrumento das elites e ferramenta da economia, “a razão mercantil, ao procurar submeter tudo às regras do mercado capitalista, ignora por completo a singularidade do trabalho pedagógico” (Paro, 2016, p. 10). As políticas de Estado dependem das concepções que os governantes têm da dinâmica social e do papel do Estado em relação aos diferentes atores que se articulam.

De acordo com Charlot (2007), nas décadas de 60 e 70 a educação passou a ser pensada numa lógica econômica e isso refletiu numa grande mudança na escola por meio do prolongamento da escolaridade obrigatória e da massificação da escola. Nesse período, o Estado de “educador” se torna “desenvolvimentista” e coloca a educação a serviço do desenvolvimento.

Na década de 80, com as novas lógicas econômicas, sociais e econômicas resultantes da nova etapa da globalização, o Estado “desenvolvimentista” é substituído pelo Estado “regulador”. A lógica econômica permanece, mas agora sob a perspectiva da “Qualidade e da Globalização” (Charlot, 2007, p. 130). Essa nova face do Estado é resultado da reestruturação do sistema capitalista internacional, que está baseada na lógica neoliberal e se caracteriza pelo recuo do Estado.

A cartilha neoliberal, operada pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, recomenda privatizações, não intervenção do Estado, diminuição com gastos públicos, ou seja, o Estado neoliberal defende o oposto do Estado de bem estar social. Conforme Charlot (2007), o neoliberalismo tem trazido mudanças na área da educação, que podem ser observadas pela crescente presença da iniciativa privada, ou seja, o Estado vai dando espaço ao mercado e a educação passa “terceirizada”.

Nesta concepção, a educação passa a ser vista como mercadoria, onde o que realmente importa é o produto final, cuja qualidade é avaliada e são estabelecidos índices e metas à escola e à educação do país. A finalidade da escola passa a ser tema de debate, com a entrada da lógica de mercado, “levando-as a concentrar-se nos resultados, em detrimento do conteúdo” (Pacheco & Seabra, 2010, p. 1).

O transplante de teorias administrativas (e economicistas) para a educação, via de regra, dá-se pelos conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência. As teorias e modelos de organização e administração empresariais e burocráticos são transpostos com frequência para a administração escolar. (Fontana, 2012, p.44).

Como se pode observar, é frequente a transposição de regras utilizadas pelo meio empresarial para dentro do sistema educacional, mas essas tentativas nem sempre são válidas ou até mesmo aplicáveis. Entretanto, conforme Silva (1994), o discurso neoliberal se caracteriza pela celebração da suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada em oposição à ineficiência e ao desperdício dos serviços públicos.

A administração escolar é portadora de uma especificidade que a diferencia da administração especificamente capitalista, cujo objetivo é o lucro, mesmo em prejuízo da realização da humana implícita no ato educativo. Se administrar é utilizar racionalmente os recursos para a realização de fins determinados, administrar a escola exige a permanente impregnação de seus fins pedagógicos na forma de alcançá-los. (Paro, 2016, p. 8)

Assim, para contrapor o enfoque tecnicista, surgiu a abordagem sociocrítica, onde a organização educativa é vista como uma construção social, articulada pelos atores da comunidade educacional. Nesse modelo organizacional se destaca a função social da escola, com vista à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. Fortalecendo a compreensão de que a organização educativa “não é uma empresa e o aluno não é um cliente e nem meramente um consumidor” (Libâneo, 2007, p. 20).

Essa abordagem se desdobra em quatro vertentes: escola como instância de reprodução social, escola como espaço de vivências socioculturais, escola como vivência das relações democráticas, escola como lugar de formação cultural e científica. De acordo com Libâneo (2007), atualmente, pode-se observar cinco concepções de organização e gestão, são elas: a técnico-científica (burocrática), a autogestionária, a gestão colegiada, a interpretativa e a democrática-participativa.

Essas concepções representam estilos de gestão e possibilitam fazer análises da estrutura e da dinâmica organizativas de uma escola, mas raramente se apresentam de forma pura em situações concretas. Características de uma concepção podem ser encontradas em outra, embora sempre seja possível identificar, nas escolas, um estilo mais dominante. Pode ocorrer, também, que a direção ou a equipe escolar optem por determinada concepção e, na prática, acabem reproduzindo formas de organização e gestão mais convencionais, geralmente de tipo técnico-científico (burocrático). (Libâneo, 2007, p. 22)

Para Lück (2015) a mudança de “administração” para “gestão” não se trata apenas de uma mudança terminológica ou substituição, mas sim uma mudança paradigmática necessária frente à complexidade das relações que se estabelecem atualmente. Segundo Lück (2015) o paradigma da administração (administração educacional) apresenta limitações e possui caráter autoritário e observa que a expressão “gestão” ganhou espaço e está baseado na ideia de participação e coletividade.

De acordo com Lück (2015), a construção da concepção de gestão parte da óptica fragmentada para a óptica organizada pela visão do conjunto; da limitação de responsabilidade para sua expansão; da centralização da autoridade para a sua descentralização; da ação episódica por eventos para o processo dinâmico, contínuo e global; da burocratização e da hierarquização para a coordenação e horizontalização; e da ação individual para a coletiva.

O novo paradigma traz uma compreensão voltada à democracia, ou seja, à participação e humanização dos processos. Para Lück (2013b) administração não é sinônimo de gestão, elas se complementam. O conceito de gestão vem

superar a forma mecanicista que envolve as antigas administrações escolares, apresentando uma nova maneira de trabalhar aos gestores em prol da cidadania e de forma coletiva, repensando e transformando os processos educacionais, vendo a escola como um espaço democrático.

Sinteticamente, compreende-se por gestão democrática a participação consciente, comprometida e coletiva dos agentes, abrangendo aspectos da dinâmica do trabalho, como prática social, que passa a ser o enfoque orientador da ação diretiva executada na organização de ensino. Entretanto, às vezes, as decisões são tomadas sem a participação dos atores do processo educacional e sem transparência.

A gestão democrática é um desafio importante na operacionalização das políticas educacionais no cotidiano da escola, embora sua implementação tenha enfrentado resistências. A educação precisa mais do que uma escolha de termos adequados, mas concepções coerentes com as necessidades sociais na atualidade. E, para tanto, é necessária a qualificação constante do profissional da educação, primeiramente relacionada às diretrizes que encaminham o nosso sistema educacional.

Na perspectiva democrática a organização escolar assume um lugar privilegiado de promoção de uma nova cultura, onde os sujeitos desenvolvem autonomia para atuar com legitimidade na dimensão política. O exercício do poder coletivo na escola se presta a sensibilizar e instrumentalizar o corpo discente para exercer a gestão cidadã no plano político na sociedade e se perceber como sujeito ativo e responsável pela gestão da coisa pública.

1.3.2.1. Gestão democrática e legislação

Desde a redemocratização do Brasil, os princípios democráticos e os mecanismos de participação têm sido fomentados, embora não sem resistências, nas diversas instâncias da sociedade, com vista a superar a

cultura autoritária presente historicamente nas relações e nos processos de tomada de decisão.

No âmbito educacional, a gestão democrática foi incorporada como princípio basilar dos processos educativos, conforme art. 206 da Constituição Federal de 1988. Pois, “naquele momento de redemocratização do país, urgia estabelecer instrumentos de construção de uma cultura democrática. Os processos e sujeitos dessa (nova) cultura passavam pela aliança entre educação e promoção da cidadania, tendo a escola como lócus privilegiado” (Gomes, 2005, p 142).

Com a previsão constitucional, os princípios democráticos passaram a compor formalmente o processo de gestão tanto das organizações educacionais como dos sistemas de ensino. Em 1996, a Lei nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, foi sancionada e em seu art. 3º, VIII, a gestão democrática consta como um dos princípios educacionais; o art. 14 estabelece que as instituições de ensino definirão as normas para efetivação da gestão democrática e o art. 56 prevê a existência de órgãos colegiados, com garantia de participação dos segmentos da comunidade institucional.

Essa normativa coloca a gestão democrática como principal forma de integração da educação com a nova organização social. Em 2014, a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, foi sancionada e no VI do art. 2º afirma a “promoção do princípio da gestão democrática da educação pública” e no art. 9º, bem como por meio das metas estratégicas, especificamente na 7 (7.4 e 7.16), na 11 (11.3) e mais explicitamente na 19.

Entretanto, deve-se observar que o processo de construção dos princípios democráticos na legislação educacional, bem como a defesa da gestão democrática não se limita ao formalismo, mas evidencia, sobretudo “uma sociedade de classes, resultado de uma luta histórica regada por interesses e práticas contraditórias” (Drabach, 2016, p. 275). Os aspectos teóricos relativos à gestão democrática, seus condicionantes e princípios estão contemplados no capítulo reservado ao quadro teórico.

“a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta”

(Paro, 2016, p. 24)

2. **CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO**

O enquadramento teórico desta pesquisa se subsidiou nos escritos de Libâneo (2015), Lück (2013a e 2013b) e Paro (2016), e complementarmente em Gutierrez & Catani (2013). Estes autores, ao tratarem sobre a gestão democrática em organizações educativas, destacaram a importância da participação como condição para a prática democrática e observaram que a participação está relacionada ao princípio da autonomia, tanto dos sujeitos quanto da organização no sistema.

A organização, enquanto unidade social, “reúne pessoas que interagem entre si e que opera por meio de estruturas e processos organizativos próprios, a fim de alcançar os objetivos da instituição” (Libâneo, 2015, p. 87). Segundo Bernoux (2005) as organizações se caracterizam pela divisão das tarefas, distribuição dos papéis, sistema de autoridade, sistema de comunicações e sistema de contribuição-retribuição.

Entretanto, há diversos tipos de organizações e as do tipo educativa, por exemplo, classificam-se dessa forma porque “nela se sobressai a interação entre as pessoas, para a promoção da formação humana” (Libâneo, 2015, p. 87). No entanto, as organizações são realidades complexas, onde os indivíduos possuem interesses próprios que, às vezes, podem ser diversos e resultar em conflitos ou em coligações de interesses. Esse aspecto da complexidade revela a dimensão política da organização, bem como evidencia relações de poder.

Paro (2016), ao tratar sobre o caráter político e administrativo das práticas cotidianas na escola pública, fez uma distinção entre atividades-meio e

atividades-fim e dividiu em dois grupos o universo das múltiplas atividades desenvolvidas no interior da organização educativa. Para ele, as atividades-meio são aquelas que são viabilizadoras do processo de ensino-aprendizagem, que ocorre predominantemente em sala de aula, e as atividades-fim são aquelas que se referem à apropriação do saber pelos educandos.

Assim, os aspectos políticos e administrativos das práticas cotidianas da organização educativa gravitam no seio das atividades-meio e influenciam na consecução dos objetivos relativos às atividades-fim. De acordo com Paro (2016), em referência a Bobbio, a prática política implica disputa de poder e, às vezes, interesses antagônicos.

Segundo Paro (2016) há uma precedência lógica da prática política à prática administrativa, considerando que a prática política se refere ao estabelecimento dos objetivos educativos, que condicionarão a prática administrativa, ou seja, o processo para consecução dos objetivos, por meio da racionalidade na utilização dos recursos.

De acordo com Paro (2016), a organização educativa tem potencialidade de transformação social, porém essa transformação deve ocorrer por meio da participação das camadas trabalhadoras e pela mudança no sistema de autoridade e de hierarquia no interior da escola, com vista à democratização das relações de poder no âmbito institucional a partir “de uma prática social e escolar pautada por relações não autoritárias” (Paro, 2016, p. 24).

Libâneo (2015) também percebe a organização educativa como um instrumento de transformação da realidade, de democratização da sociedade e de promoção da inclusão social. Para ele, as formas de organização e gestão estão diretamente relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem, pois parte da “compreensão de que as práticas de organização e gestão não são assunto meramente administrativo ou burocrático, mas práticas socioeducativas” (Libâneo, 2015, p.9).

O destaque para a necessidade de participação das camadas trabalhadoras decorre da premissa “de que dos grupos dominantes não se pode esperar nenhuma iniciativa de transformação em favor das camadas dominadas”

(Paro, 2016, p. 14). Entretanto, conforme observa Paro (2016), para haver participação não basta a previsão formal, é preciso que haja condições materiais, pois há inúmeros obstáculos à participação da comunidade.

Uma sociedade autoritária, com tradição autoritária, com organização autoritária e, não por acaso, articulada com interesses autoritários de uma minoria, orienta-se na direção oposta à da democracia. Como sabemos, os determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais mais amplos é que agem em favor dessa tendência. (Paro, 2016, p. 26)

A participação na gestão da escola pública, conforme Paro (2016), possui condicionantes internos e determinantes externos. Os condicionantes internos são: materiais (as condições de trabalho); institucionais (caráter hierárquico e vertical); político-sociais (interesses dos grupos dentro da escola); e ideológicos (concepções e crenças de cada membro da comunidade). Os determinantes externos são: econômicos-sociais (condições objetivas de vida); culturais (visão sobre a viabilidade e possibilidade da população sobre a escola e sobre a participação); e institucionais (mecanismos coletivos presentes no ambiente social da comunidade).

a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. Isso parece tanto mais necessário quanto mais considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, de poder altamente concentrado e de exclusão da divergência nas discussões e decisões. (Paro, 2016, p. 57)

Assim, de acordo com Paro (2016), a promoção de uma estrutura político-administrativa adequada à participação nas tomadas de decisão precisa de mecanismos institucionais que a viabilizem e incentivem, tais como: eleição para escolha de dirigentes; conselho composto por representantes dos diferentes seguimentos da organização; socialização dos assuntos institucionais. A integração das práticas políticas com as administrativas

contribui para a efetivação de “objetivos educativos comprometidos com os interesses das camadas trabalhadoras” (Paro, 2016, p. 97).

Libâneo (2015) observa que a democratização da organização implica em participação na gestão, mas também requer gestão da participação, ou seja, de uma estrutura organizacional sólida, com competência bem definidas e práticas de gestão transparentes. Ademais, a democratização das relações se faz com a prática democrática para além da previsão formal e do discurso liberal que, às vezes, encobrem comportamentos autoritários, considerando que “se a participação depende de alguém que dá abertura ou que permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar essa participação não pode ser considerada democrática, pois democracia não se concede, se realiza: não pode existir ‘ditador democrático’” (Paro, 2016, p. 25).

A participação é o principal meio para a efetivação da gestão democrática, por meio dela os membros da organização se envolvem no processo de tomada de decisões, o que resulta num “melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica” (Libâneo, 2015, p. 89), das relações da instituição com a comunidade, bem como entre os membros dos diferentes segmentos da instituição.

Gutierrez & Catani (2013) destacam que “a participação se funda no exercício do diálogo entre as partes” (2013, p. 89) e ressaltam para a concepção de participação restrita à execução de atividades, pois essas formas de participação, do ponto de vista teórico, “não constituem formas políticas de participação, mas apenas manipulações autoritárias onde se procura recalcar a alienação ou obter trabalho não remunerado” (Gutierrez & Catani, 2013, p. 91).

À forma de participação na execução, Paro (2016) emenda que ela não é de todo mal e que até pode constituir numa estratégia para se conseguir mais poder, pois na medida em que o sujeito colabora, financeiramente ou com trabalho, para organização, sente-se em melhor posição para cobrar retorno, bem como tem acesso a informações sobre o funcionamento, fatos e relações, o que pode fundamentar suas reivindicações.

Libâneo (2015) destaca 8 princípios e características da gestão escolar participativa são: a autonomia das escolas e da comunidade educativa; relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe escolar; envolvimento da comunidade no processo escolar; planejamento das tarefas; formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar; utilização de informações concretas e análise de cada problema em seus múltiplos aspectos, com ampla democratização das informações; avaliação compartilhada; e relações humanas produtivas e criativas assentadas na busca de objetivos comuns.

A participação é condição importante para a prática democrática e para desenvolvimento de formas não autoritárias de poder. De acordo com Lück (2013b), a participação ocorre por meio de diferentes formas, tais como: presença; expressão verbal e discussão de ideias; representação; tomada de decisão; e engajamento. Para Lück (2013b) o engajamento é o nível mais pleno da participação, pois além de envolver as formas anteriores, denota envolvimento e comprometimento.

Conforme Lück (2013b), as demais formas de participação podem gerar situações de falsa democracia, ou seja, um clima fictício de participação seja pela passividade, pela “falação”, pela desresponsabilização dos representados, ou pela prática de pautar questões banais, às vezes, sem informações básicas.

é muito complexo dar conta da consciência individual do ator chamado a participar, sua verdadeira e íntima vocação, compreendida aqui como a disposição pessoal para engajar-se no processo. [...] Além disso, a consulta individual aos atores envolvidos não garante, por si só, a participação consciente. Uma decisão prejudicial ao grupo, ou simplesmente equivocada, pode ser autorizada por um número imenso de pessoas. (Gutierrez & Catani, 2013, p. 78)

De acordo com Lück (2013b) a participação possui três dimensões que se relacionam entre si e se influenciam: política (poder compartilhado), pedagógica (processo formativo) e técnica (método de atuação). Conforme

Lück (2013b) a ética, a solidariedade, a equidade, e o compromisso são valores orientadores da ação participativa.

Para a promoção da gestão participativa na organização educacional, Lück (2013b), propõe as seguintes ações: criação de uma visão de conjunto associada a uma ação cooperativa; promoção de um clima de confiança e reciprocidade; valorização das capacidades e aptidões dos participantes; quebra de arestas e eliminação de divisões; estabelecimento de demanda de trabalho centrada em ideias e não em indivíduos; e desenvolvimento da prática de assunção de responsabilidades em conjunto.

O entendimento do conceito de participação está relacionado ao de autonomia. A autonomia é a capacidade de autodeterminar-se, ou seja, o conceito de autonomia se opõe às formas autoritárias e a participação é um meio para sua concretização. Neste contexto, a autonomia refere-se tanto aos sujeitos da comunidade organizacional, assim como da instituição frente ao sistema. Porém, ela também pode esconder ações de natureza corporativa e ou intenção de desresponsabilização por parte do Estado, conforme observa Gutierrez & Catani (2013).

transferir a autoridade e a responsabilidade pela gestão de um bem público para o grupo diretamente envolvido no trabalho é uma prática democrática e socialmente justa, desde que não se escondam por trás o incentivo a ações de natureza corporativa, e tampouco a intenção por parte do Estado de se desfazer de suas obrigações para com a população (Gutierrez & Catani, 2013, p. 79).

De acordo com Lück (2013a) os órgãos colegiados, constituídos formalmente, juntamente com o processo de eleição dos dirigentes e a descentralização de recursos financeiros são mecanismos de construção da autonomia e de democratização da gestão de uma organização educativa. Os órgãos colegiados se constituem em fontes de poder formal na organização. Essas fontes de poder são materializadas por meio dos regulamentos institucionais, que se caracterizam como recursos de poder baseados na legitimidade.

Lück (2013a), ao tratar sobre os significados e aspectos básicos da autonomia, observa que autonomia é um conceito complexo e dinâmico que se caracteriza como: processo social de construção compartilhada e, por vezes, contraditório; é ampliação do processo decisório e interdependência; implica em responsabilização, gestão compartilhada e empoderamento; é expressão de cidadania e corresponde a uma cultura.

Contudo, considerando a relação escola x sistema de ensino, emenda que não é autonomia: a simples transferência de responsabilidade; a transferência de recursos financeiros sem liberdade de aplicação; e a eleição de dirigentes sem orientação clara do processo. De acordo com Lück (2013a) a busca pela autonomia não deve ser confundida com espontaneísmo e anarquia, mas sim deve se orientar pela responsabilização competente e compartilhamento de responsabilidade.

Lück (2013a) compreende a autonomia por meio de quatro dimensões interdependentes e que se reforçam mutuamente: a financeira, a política, a administrativa e a pedagógica. Ademais, percebe as práticas de autonomia em gestão escolar orientada pelos seguintes princípios: comprometimento; competência; liderança; mobilização coletiva; transparência; visão estratégica; visão proativa; iniciativa; e criatividade.

Para Lück (2013a) a acomodação e imobilização, o autoritarismo, a burocratização, o medo de perda do poder, a delimitação e transferência de responsabilidade (atuação segregada), a dependência (falta de iniciativa), e o individualismo (agir de maneira isolada) são exemplos de atitudes que cerceiam as práticas autônomas. Diante disso, considera as seguintes estratégias para a construção da autonomia da gestão da organização educativa: organização de mecanismos de gestão colegiada; formação de parcerias (com a comunidade); desenvolvimento do espírito comunitário e de equipa e desenvolvimento de competências e autogestão.

Ainda no âmbito da prática e da construção da autonomia da gestão da organização, Lück (2013a) observa a importância da realização de monitoramento e avaliação, pois além de contribuírem para a identificação de

dificuldades e correção de ações, “se constituem em responsabilidade pública da gestão democrática [...] estes mecanismos permitem estabelecer a credibilidade da escola e da educação, que tanto carecem de reconhecimento público para sua revitalização” (Lück, 2013a, p. 118).

Paro (2016) também destaca a necessidade e a importância da organização instituir mecanismo avaliativo sobre sua prática, considerando que “não há processo administrativo consistente, separado de um efetivo processo de avaliação dos resultados” (Paro, 2016, p. 98). O estabelecimento de objetivos educativos voltados ao atendimento dos interesses do público usuário, definidos coletivamente na comunidade, e a realização de avaliação periódica dos processos, são determinantes para a eficiência da gestão institucional.

“Caminante no hay camino, el camino se hace al andar”
(Machado, 1995, p. 66)

3. **CAPÍTULO III – QUADRO METODOLÓGICO**

O método científico, inventado para dar conta da realidade de modo objetivo e neutro, analítico e sistemático, tanto para descobrir quanto para manipular a realidade, por mais que se proponha afastar-se de subjetivismos humanos através de procedimentos de formalização procedimental, acaba sendo nada mais que o “ponto de vista humano” [...] inventam-se método, técnica de pesquisa, estatística e empiria, procedimentos de formalização de validade pretensamente universal, na expectativa de neutralizar vieses humanos. (Demo, 2012, pp. 30 – 31)

3.1. **PROBLEMA E OBJETIVOS**

A presente pesquisa se motivou devido ao interesse pelas questões relativas à dimensão política e aos mecanismos de promoção da cidadania no âmbito institucional. Além do gosto pela política, há também o encanto com os temas educacionais advindos do contato acadêmico durante a Licenciatura em Língua Espanhola e a Especialização em Gestão Educacional e, atualmente, no cotidiano laboral. Pois, de acordo com Weber (2011), a paixão é requisito da inspiração, bem como nada tem valor a menos que se faça com paixão.

Assim, partindo da compreensão de que somos seres políticos por natureza - “animais políticos” - conforme postulado por Aristóteles em a Política, e que em sociedade não há como ignorar a dimensão política, pois ela está presente por meio de diversas formas no cotidiano, desde a definição do “preço do

feijão”, de acordo com Bertolt Brecht no poema O Analfabeto Político, destaca-se a importância de tratar sobre política.

Da mesma forma, destaca-se que a educação possui ação transformadora de realidades. E, numa analogia à alegoria da caverna, onde Platão discute sobre a teoria do conhecimento, tem-se a compreensão de que a educação liberta e lança luz às sombras que confundem o entendimento.

A conjuntura política brasileira também influenciou na definição da problemática, pois o país tem vivido tempos de instabilidade política, que aprofundou a crise econômica, e resultou em diversos retrocessos. A despolitização da sociedade frente à instabilidade política tem feito crescer a negação da dimensão política, bem como tem evidenciado a fragilidade da democracia brasileira.

Nesse contexto, no âmbito político, observa-se “a diminuição da crença na ação pública na solução dos problemas, descrença nas formas convencionais de representação política, aumento do individualismo, da insensibilidade social” (Libâneo, 2015, p. 47). A criminalização da política não contribui para a consolidação da cidadania, pois na medida em que se nega a dimensão política e sua importância na vida cotidiana, a motivação para participar e ocupar os espaços de poder diminui.

Em termos institucionais, a pesquisa se justifica devido à gestão democrática constar como um valor institucional, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014 – 2018, e ter sido mantido como um valor institucional, conforme os resultados da 1ª etapa de discussões do PDI 2019-2026. O PDI é o planejamento estratégico da instituição. Neste documento deve constar a filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, as diretrizes pedagógicas que orientam as ações, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve ou que pretende desenvolver.

Por tanto, a gestão democrática é um valor vigente no IFFar e deve permanecer como valor institucional até 2026. Essa explicitação formal deve-se, em parte, ao atendimento da previsão constitucional e do disposto nas diretrizes e bases da educação, mas também representa a ratificação e

reconhecimento da comunidade educacional sobre a importância da perspectiva democrática dentre os valores norteadores da gestão da organização educacional.

Assim, diante do exposto e considerando “os efeitos das práticas de organização e gestão das escolas na aprendizagem de professores e alunos [...] não educamos nossos alunos apenas na sala de aula: também as formas de organização e as práticas de gestão educam e ensinam” (Libâneo, 2015, p. 286), destaca-se que a educação, dependendo de sua perspectiva de gestão e orientação, é um importante instrumento de consolidação da democracia, da emancipação humana e da diminuição das desigualdades.

Ademais, olhar diretamente a realidade e refletir sobre sua dinâmica com vista a compreendê-la em termos significativos, por meio de subsídios teóricos, pode contribuir para a comunidade educacional empoderar-se e desempenhar de forma mais consciente seu papel enquanto sujeito político. Uma melhor compreensão da dinâmica política também pode contribuir para a qualificação dos processos, melhorar os fluxos, bem como pode sugerir ações com vista à padronização de procedimentos, com vista a uma maior transparência dos atos e para uma participação mais efetiva.

Em vista disso, tem-se como problema de pesquisa compreender como é operacionalizada e percebida a gestão democrática no IFFar? A presente pesquisa é relevante porque, a princípio, não há estudos sobre a forma de operacionalização da gestão democrática no IFFar e sobre a percepção da comunidade educacional sobre as dinâmicas relativas a essa operacionalização. O IFFar é uma instituição em constituição e estruturação organizacional.

Outro fator que dá relevância à pesquisa é a pouca experiência dos brasileiros com o fazer democrático, considerando que o Brasil não possui tradição democrática consolidada, devido a sua histórica tradição de formas autoritárias de governo e de centralização do poder. Nesse contexto, pode-se observar que, ainda que haja instrumentos formais que assegurem a gestão

democrática, não raro a prática se distancia do discurso institucionalizado sob a perspectiva democrática.

Com a previsão constitucional, a gestão democrática, no âmbito educacional, foi incorporada como princípio basilar dos processos educativos e a temática de gestão democrática da educação passou a estar muito presente nas pesquisas relativas ao âmbito educacional. Nessa conjuntura, a perspectiva democrática também colaborou para uma evolução na gestão educacional, por meio de uma mudança paradigmática que, conforme Lück (2015), resulta de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos da organização e superou o enfoque limitado da administração escolar.

A gestão democrática pressupõe partilha do poder de decisão e transparência nos processos decisórios. O exercício do poder coletivo na escola se presta a sensibilizar e instrumentalizar o corpo discente para exercer a gestão cidadã no plano político na sociedade e se perceber como sujeito ativo e responsável pela gestão da coisa pública.

Assim sendo, a relevância da presente pesquisa está em analisar a operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar os mecanismos de sua promoção, bem como em verificar a existência de problemas e resistências relacionados à efetiva participação dos agentes e das formas democráticas para a realização de uma educação verdadeiramente emancipadora.

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, mas a participação consciente e comprometida no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Na perspectiva democrática a organização escolar assume um lugar privilegiado de promoção de uma nova cultura, onde os sujeitos desenvolvem autonomia para atuar com legitimidade na dimensão política.

Assim, justifica-se a pertinência do estudo para compreender quais são os mecanismos de operacionalização da gestão democrática, bem como para identificar as concepções da comunidade da organização educacional sobre a

operacionalização das instâncias de decisão na instituição, se percebem os processos decisórios como pautados na participação consciente e comprometida dos agentes ou na participação passiva e legitimadora de formulações pré-definidas.

A compreensão dessa dinâmica é importante para qualificar os processos de tomada de decisão, para o empoderamento dos agentes que compõem a comunidade educacional e para orientar a formação de cidadãos mais humanos, conscientes e comprometidos com sua atuação na sociedade para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

O objetivo primário é analisar os mecanismos de operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar as concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão. Os objetivos secundários são: I - Mapear as instâncias e os agentes decisores; II – Conhecer os sentidos e as formas da participação no processo de gestão; III - Identificar os condicionantes e determinantes da participação; IV – Caracterizar as formas de participação; V – Verificar as dimensões da participação; VI – Compreender a dimensão política e a dinâmica de poder da instituição; VII – Constatar limitações gerais da participação e condições para sua superação.

3.2. METODOLOGIA

Considerando que a “pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas possíveis para problemas, inquietações ou supostas necessidades das pessoas” (Quadros, 2010, p. 11), para o seu desenvolvimento foram utilizados subsídios metodológicos do Manual de Investigação em Ciências Sociais de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, nos Fundamentos de Metodologia Científica de Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi e no Manual de publicação da APA.

Conforme Marconi e Lakatos (2017), a metodologia engloba métodos de abordagem e de procedimentos e técnicas. O método pode ser entendido como um “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões de cientista” (Marconi & Lakatos, 2017, p. 79).

Segundo Quadros (2010), o conhecimento científico é produzido por meio da pesquisa, que é o resultado de estudos minuciosos baseados em métodos e procedimentos recomendados e aceitos por uma comunidade acadêmica. As curiosidades e inquietações humanas são elementos importantes e promotores da busca pelo conhecimento, que está num processo permanente de construção e reconstrução, em virtude de seu caráter inacabado.

A investigação em ciências sociais busca “compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a reflectir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p. 2), bem como para compreender como determinadas pessoas percebem um problema e para tornar visíveis os fundamentos das suas representações.

Conforme Bochniak (2010) somente a partir do século XX as Ciências Sociais lograram consolidar sua identidade livre do modelo racionalista e dos rigorosos princípios científicos característicos das ciências físicas e naturais, que prestigiavam os métodos quantitativos. A pesquisa educacional está vinculada às Ciências Sociais e Humanas e “tem o potencial de tornar o entendimento que se tem das coisas menos banal” (Quadros, 2010, p. 6).

As ciências sociais se ocupam com o estudo dos fenômenos sociais e estes possuem especificidades e complexidades que, para sua compreensão, necessitam de diferentes possibilidades metodológicas. De acordo com Quadros (2010), pesquisar pressupõe fazer escolhas teóricas e metodológicas. Desta forma, com vista a compreender as especificidades e complexidades

relativas aos fenômenos educacionais, optou-se por utilizar a metodologia de pesquisa mista, que se utiliza da abordagem quantitativa e qualitativa de forma complementar.

não há oposição entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. A pesquisa em educação se preocupa com a compreensão da dinâmica das relações sociais. Assim, precisa de dados para subsidiar análises. Esses dados podem ser fornecidos tanto pela pesquisa quantitativa, quanto pela pesquisa qualitativa. Do mesmo modo, as análises podem ser contextualizadas tanto por perspectivas teóricas quantitativas, quanto qualitativas, ou por ambas ao mesmo tempo. (Quadros, 2010, p. 15)

Considerando que essas abordagens possuem potencialidades e limitações, o uso integrado possibilita superar suas limitações e fortalecer as potencialidades. Pois, elas são utilizadas com propósitos distintos - a abordagem quantitativa contribui com informações relativas a indicadores e a abordagem qualitativa possibilita uma perspectiva sobre o tema por meio de aspectos subjetivos, que nesse estudo se referem à percepção dos participantes da pesquisa.

A questão norteadora da investigação visa compreender como é operacionalizada e percebida a gestão democrática no IFFar e para respondê-la foi utilizado o método de abordagem dialético e os métodos de procedimentos: histórico e estatístico. Compreende-se o método de abordagem dialético como adequado pelo entendimento de que “as coisas não devem ser analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento” (Marconi & Lakatos, 2017, p. 101).

Já os métodos de procedimentos histórico e estatístico contribuíram para uma melhor análise e compreensão do ambiente social da instituição e para sistematizar uma descrição quantitativa da comunidade educacional, respectivamente. De acordo com Marconi & Lakatos (2017), o método de procedimentos histórico foi promovido por Boas e sua utilização torna mais fácil a análise e compreensão do fenômeno ao colocá-los no ambiente social em que nasceu. Já o método estatístico foi desenvolvido por Quetelet e seu

papel é oferecer representações e simplificações por meio da redução dos fenômenos a termos quantitativos, com vista a estabelecer relações, especificações e ou generalizações.

A técnica de pesquisa utilizada foi a documentação indireta, por meio das pesquisas bibliográfica e documental, após uma coleta de dados primários em sítios institucionais na internet para orientar a pesquisa por meio da verificação do estado da arte da temática e abordagem proposta. Também foi utilizada a técnica de pesquisa de observação direta extensiva, por meio da aplicação de questionário.

A pesquisa documental toma “como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não” (Marconi & Lakatos, 2017, p. 190) e se utilizou tanto de documentos institucionais como de instrumentos normativos e políticas governamentais, e foi relevante para a caracterização do contexto em que o problema de pesquisa se situa e foi estudado.

Os documentos institucionais consultados foram: o Organograma Institucional, que apresenta a estrutura organizacional da instituição e foi pertinente para compreender a organização da instituição, bem como sua dinâmica de gestão; o Estatuto do IFFar; o Regimento Geral; o Regulamento do Conselho Superior; o Plano de desenvolvimento Institucional; as Atas das reuniões do CONSUP; dentre outros que foram pertinentes para o desenvolvimento da pesquisa.

Dentre os instrumentos normativos e políticas governamentais relevantes à pesquisa pode-se citar: a Constituição Federal; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; e a Portaria MEC que estabeleceu as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiu parâmetros e normas para sua expansão.

O quadro teórico apresenta os “elementos de fundamentação teórica da pesquisa e, também, a definição dos conceitos empregados” (Marconi & Lakatos, 2017, p. 244) e foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica

relativa aos seguintes temas: gestão educacional, gestão democrática, gestão participativa, democracia, política, poder, cidadania, processos democráticos, sociologia da administração e demais temas relacionados. A pesquisa bibliográfica “é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos” (Marconi & Lakatos, 2017, p. 33).

O público-alvo desse estudo foi a comunidade educacional (discentes, servidores administrativos, servidores docentes, gestores, bem como pela sociedade civil) do IFFar, que por meio de representação no CONSUP delibera e normatiza sobre as questões de interesse institucional.

A técnica de recolha de dados utilizada para verificar a percepção da comunidade educacional foi a técnica de pesquisa de observação direta extensiva, por meio do instrumento de coleta de dados questionário, que foi aplicado aos membros do CONSUP. Esta técnica foi escolhida devido à economia de tempo e viagens, e por possibilitar grande número de dados, com maior número de pessoas simultaneamente, numa área geográfica mais ampla, com maior liberdade nas respostas devido ao anonimato.

O questionário é “constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (Marconi & Lakatos, 2017, p. 219) e, em sua elaboração, observaram-se os objetivos da pesquisa, bem como aspectos estéticos e extensão, com vista a torná-lo mais atrativo aos respondentes, conforme as recomendações de Marconi & Lakatos (2017).

Assim, considerando os objetivos da pesquisa e a forma de composição do CONSUP, optou-se pela elaboração de quatro questionários direcionados aos servidores (Técnico-Administrativos em Educação e Docentes), discentes, dirigentes (Diretores Gerais, Reitor e Ex-Reitores), e externos (representante do MEC, Sociedade Civil Organizada e egressos), devido às especificidades relativas aos perfis, motivações e perspectivas.

O questionário passou por três versões, sendo: a primeira apresentada à orientadora, a segunda aos especialistas para validação e a terceira aos

participantes, após a aprovação da orientadora. A primeira e a segunda versão foram apresentadas por meio de arquivo de texto e a terceira por meio de questionário eletrônico (*Google Forms*). O formato eletrônico foi escolhido devido à facilidade de edição e recursos para tabulação de dados, bem como pela estética de apresentação e à praticidade de envio aos participantes.

O questionário está estruturado em quatro partes: breve apresentação com convite ao participante; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, nos termos da Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos; perguntas fechadas do tipo múltipla escolha voltadas à identificação do perfil do respondente; e perguntas relativas à pesquisa, sendo majoritariamente em formato fechado, do tipo múltipla escolha - estimação, por meio de escala de concordância e, ao final, algumas questões em formato aberto, com vista a contemplar alguma percepção ou contribuição do participante não prevista nas questões fechadas.

Os participantes da pesquisa não tiveram despesas e nem foram remunerados por sua participação. O preenchimento do questionário somente foi realizado após o participante manifestar concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que além de apresentar informações pertinentes à pesquisa, assegurava que a participação não lhe representava qualquer risco ou possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, conforme estabelecido na Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde.

A participação na pesquisa não trouxe benefícios e ou vantagens diretas aos participantes. Os benefícios indiretos são relativos à possibilidade de ampliação do conhecimento sobre o tema abordado e cujos resultados podem contribuir para reformular práticas de organização e gestão da

instituição, com vista a assegurar condições e meios para realização de uma educação emancipadora.

O universo da pesquisa foi delimitado aos membros do CONSUP, devido à impossibilidade de aplicação de questionário a toda comunidade educacional por questões logísticas e temporais, pois:

o pesquisador pode decidir ou pelo estudo de todo o universo da pesquisa ou apenas uma amostra. Neste último caso, optará por um conjunto de informações que considera representativo ou significativo, pois nem sempre há possibilidade de pesquisar todos os indivíduos do grupo ou da comunidade que deseja estudar, devido à escassez de recursos ou à premência do tempo. Utiliza então o método da amostragem, que consiste em obter um juízo sobre o total (universo), mediante a compilação e o exame de apenas uma parte, a amostra, selecionada por procedimentos científicos. (Marconi & Lakatos, 2017, p. 177)

A amostra é um subconjunto do universo, “uma parcela convenientemente selecionada do universo (população)” (Marconi & Lakatos, 2017, p. 178), e foi limitada aos membros do CONSUP por parecer representativa e significativa, considerando que em sua constituição o conselho possui representantes dos diferentes segmentos da comunidade institucional. Assim, optou-se pela análise do tipo probabilística estratificada, cujos resultados obtidos podem representar toda a população, com certo grau de certeza.

Para a coleta de dados, além do questionário, também foi utilizada a pesquisa documental nas Atas das reuniões ordinárias do CONSUP, com vista a complementar as informações coletadas por meio do instrumento questionário, especialmente as relativas à participação e forma de participação dos membros.

A metodologia de análise de dados utilizada para as informações coletadas por meio das pesquisas bibliográfica e documental, para a elaboração da revisão de literatura e referencial teórico, foi a análise de conteúdo para exame e sistematização dessas informações. Os dados coletados por meio do questionário foram tabulados e analisados por meio de procedimentos

estatísticos, bem como os relativos à pesquisa documental relativa à participação dos conselheiros nas reuniões.

Devido à alteração na temática proposta inicialmente no projeto de pesquisa apresentado, a presente pesquisa foi realizada num período de três meses, sendo: o primeiro relativo à coleta de dados primários para verificação do estado da arte, à pesquisa bibliográfica e documental para construção do quadro teórico e caracterização do contexto, e para elaboração e validação do questionário, no segundo foi realizada a aplicação do questionário e a análise e sistematização dos dados coletados; e o terceiro para redação final da dissertação.

Os recursos humanos e materiais utilizados no estudo foram de pouca complexidade e custo, pois o trabalho foi realizado de forma individual, contando apenas com a colaboração da docente orientadora disponibilizada pelo Instituto Politécnico do Porto - IPP. Os recursos materiais foram basicamente bibliográficos de publicações adquiridas, de consultas realizadas ao acervo da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, bem como os disponíveis na internet.

O texto da dissertação foi dividido em seis tópicos que contemplam: introdução; revisão de literatura; metodologia; referencial teórico; apresentação e análise dos dados; e algumas considerações.

3.3. LOCAL DE ESTUDO E PARTICIPANTES

Observando o disposto no art. 2º, art. 5º, II, art. 8º no Anexo I da Resolução CONSUP nº 7, de 26 de fevereiro de 2016, que regulamenta os Programas Especiais para Qualificação no IFFar, que condiciona a participação no Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais aos Servidores do IFFar à realização de pesquisas sobre a instituição,

o contexto do problema é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar.

Considerando o contexto em que o problema de pesquisa se situa, é importante mencionar os órgãos colegiados do IFFar: o Conselho Superior-CONSUP (órgão máximo da instituição, com caráter consultivo e deliberativo), o Colégio de Dirigentes-CODIR (órgão consultivo de apoio ao processo decisório), e o Colegiado de Campus (órgão consultivo, no âmbito dos campi, com atribuição de assessorar a Direção Geral). De acordo com Lück (2013a) um órgão colegiado escolar é:

Um mecanismo de gestão da escola que tem por objetivo auxiliar na tomada de decisões coletivas em todas as suas áreas de atuação, procurando diferentes meios para se alcançar o objetivo de ajudar o estabelecimento de ensino, em todos os seus aspectos, pela participação de modo interativo de pais, professores e funcionários. (Lück, 2013a, p. 66)

Como órgão máximo do IFFar, o Conselho Superior-CONSUP tem caráter consultivo e deliberativo e está composto pelo(a) Reitor(a); por representantes docentes, técnico-administrativos em educação e discentes, eleitos por seus pares; representantes dos egressos, da sociedade civil, do Ministério da Educação; Diretores Gerais dos *campi* e ex-Reitores, em conformidade com as disposições estatutárias.

O Colégio de Dirigentes também é um órgão importante no âmbito institucional, pois de acordo com Art. 12 da Resolução CONSUP nº 022/2016 é uma órgão que assiste a reitoria em suas decisões. De caráter consultivo, é composto pela Reitora, pelos Pró-Reitores e pelos Diretores Gerais dos campi.

Já o Colegiado de Campus atua no âmbito dos *campi* e tem como principais objetivos colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução das políticas do IFFar, e está composto por representantes da Direção Geral, do corpo docente, técnico-administrativo e discente do campus e da sociedade civil.

A presente pesquisa se ocupou do CONSUP devido sua composição representar os diferentes segmentos da comunidade educacional, conforme

dispõe o art. 8º da Resolução CONSUP nº 186/2014 - que dispõe sobre o Estatuto do IFFar.

Conforme artigo 9º do Estatuto do IFFar, o CONSUP tem como atribuições: aprovar as diretrizes para atuação do IFFar e zelar pela execução de sua política educacional; deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do(a) Reitor(a) e dos Diretores Gerais dos *campi*, em consonância com o estabelecido nos Artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008; aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação, assim como a proposta orçamentária anual; o projeto político-pedagógico, a organização didática, os regulamentos internos e as normas disciplinares; aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; autorizar o(a) Reitor(a) a conferir títulos de mérito acadêmico; apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros; deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pela Instituição; autorizar a criação, as alterações curriculares e a extinção de cursos bem como o registro de diplomas; aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação.

Conforme o já detalhado no tópico relativo à instituição na revisão de literatura, em 2014 o Estatuto Institucional foi alterado, com vista a ampliar a representatividade das categorias discente, docente e técnico-administrativo, bem como da sociedade civil e dos Diretores Gerais de campi. A expansão institucional, a complexificação e diversidade da comunidade educacional, por meio da ampliação do quadro de servidores e no quantitativo de discentes, motivaram a ampliação da representatividade da comunidade institucional no Conselho, visando qualificar o caráter democrático dessa importante instância decisória.

Atualmente, o conselho está constituído por 55 membros titulares, conforme Portaria nº 1484, de 25 de outubro de 2018, sendo: 1 Reitora; 2 Ex-Reitores; 1 representante do MEC; 2 egressos; 11 Técnico-Administrativos em Educação; 10 Docentes; 7 Discentes; 11 Sociedade Civil Organizada; e 10 Diretores Gerais. Observa-se que 3 *campi* (Panambi, São Borja/Uruguaiana, e São Vicente do Sul) não possuem representantes discentes.

De acordo com o §3º, art. 8º do Estatuto, os Ex-Reitores são membros vitalícios, porém sem direito a voto. O Reitor e Diretores Gerais são membros natos e os demais possuem mandatos de 2 anos, sendo permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente. O último processo de consulta e chamada pública para recomposição do Conselho Superior-CONSUP foi realizado em 2017.

Diante do exposto, a pesquisa documental relativa às Atas das reuniões ordinárias do CONSUP foi realizada considerando o período de 1 ano, a partir da recomposição de 2017, e o inquérito por questionário foi realizado com base nos membros em exercício, considerando o mês de outubro de 2018 como referência.

Cabe observar que a pesquisadora responsável por esta pesquisa é membro titular do CONSUP. Entretanto, com subsídio no art. 9º do Regulamento do CONSUP, formalizou solicitação de afastamento das atividades do Conselho, com vista ao desenvolvimento da pesquisa, coleta e análise de dados. Com isto, a representante suplente foi convocada para atuar no período de vigência do afastamento da titular.

Os participantes foram convidados via *e-mail* para responderem à pesquisa que, inicialmente, ficou disponível do dia 29 de novembro a 05 de dezembro. Porém, devido à agenda de atividades institucionais e ao feriado nacional, o índice de retorno foi pequeno e, por este motivo, o prazo foi prorrogado até o dia 12 de novembro. Os participantes foram informados por *e-mail* sobre a prorrogação do prazo, oportunidade em que foi reafirmada a importância da participação de todos e o sigilo relativo às respostas.

3.4. CONFIABILIDADE E VALIDADE

Devido à pesquisa envolver seres humanos no processo de coleta de dados, por meio da utilização do instrumento de inquérito por questionário, o Projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do IFFar, nos termos da Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde (que exige a anexação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE, constante no Apêndice III) e foi aprovado, conforme Parecer constante no Anexo II.

O questionário, instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa, passou por três versões, sendo: a primeira a encaminhada para vista da orientadora (Apêndice I); a segunda foi encaminhada para validação de especialistas, conforme convite constante no Apêndice II, e é semelhante à primeira versão, porém com a inserção dos seguintes critérios de avaliação sobre as questões: a) A relevância da proposição aos objetivos do estudo, b) A coerência das alternativas para o que se pergunta, e c) Redação clara e inteligível; a terceira versão (Apêndices IV, V, VI, e VII) é resultante das considerações dos especialistas e, após ser aprovada pela orientadora e mediante a autorização formal da instituição (Anexo III), foi encaminhada para os participantes, conforme amostra já especificada.

A submissão do questionário a especialistas com conhecimento e experiência na temática pesquisada atendeu a uma recomendação da orientadora, a fim de validar o instrumento utilizado na pesquisa e assegurar sua confiabilidade e adequação ao problema de pesquisa.

Após a aprovação da orientadora, com base nas informações disponíveis no Currículo *Lattes* dos nomes propostos, foram convidados quatro especialistas para proceder à validação do questionário. Destes, dois são servidores do IFFar, uma servidora da UFSM e um servidor do IFBA. Os quatro possuem graduação em Pedagogia (egressos da PUC-RS, UFSM ou UFBA) e Mestrado em Educação (na UFSM ou UFBA). Todos possuem Doutorado, sendo: três deles em Educação (na UNICAMP, UFSM – Universidade de Lisboa

ou USP - *Université* de Toulouse) e um deles em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ).

Ademais, três possuem especialização em: Supervisão Escolar pela PUC/RS, Educação Especial pela UFSM e Gestão Educacional pela UFSM. O conhecimento dos especialistas sobre a temática fica evidenciado pela formação, bem como pelas pesquisas desenvolvidas e relacionadas no Currículo *Lattes*. A experiência também é consolidada, pois possuem: 50, 21, 15 e 12 anos de atuação.

Todos aceitaram o convite. Entretanto, somente três retornaram o questionário com sugestões referentes a algumas modificações que julgaram pertinentes. Após análise, foi acatada grande parte das sugestões. Os especialistas consideram o instrumento pertinente e adequado ao problema e aos objetivos propostos, porém um pouco extenso. Observaram que isto poderia desestimular os participantes e, conseqüentemente, resultaria num menor índice de respondentes. Assim, foram mantidas apenas as questões que se referiam especificamente ao CONSUP.

Também recomendaram a padronização das questões abertas em todos os questionários e a organização das questões fechadas, que embora não sejam iguais, em blocos correspondentes para posterior tabulação e análise dos resultados. Assim, os questionários compostos por questões fechadas têm por objetivo verificar a percepção dos participantes sobre: a adequação da representatividade; a importância do CONSUP para a gestão democrática; a motivação para participação; a forma de participação; e a autonomia dos membros.

Uma dos especialistas sugeriu configurar no formulário eletrônico como obrigatórias as respostas a todas as questões, porém essa sugestão não ser acatada, embora pertinente e relevante, pois no TCLE aprovado no Comitê de Ética constava que o participante não tinha obrigação de responder todas as perguntas. Assim, essa sugestão foi parcialmente observada e utilizada somente para as perguntas relativas à caracterização dos respondentes.

Outro especialista sugeriu aplicar o questionário a toda comunidade institucional, porém essa sugestão, apesar de relevante, foi descartada devido à complexidade para operacionalização e o tempo disponível para sua realização, pois o universo institucional é de aproximadamente 15.000 pessoas. Contudo, de modo geral, as sugestões foram atendidas e contribuíram muito para o aprimoramento do instrumento de pesquisa.

“la primera condición para cambiar la realidad consiste en conocerla”
(Galeano, 2006, p. 439)

4. CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo está dividido em três tópicos. O primeiro apresenta dados relativos aos resultados da pesquisa documental realizada sobre as Atas das Reuniões Ordinárias do CONSUP, considerando o período de agosto de 2017 a agosto de 2018. O segundo apresenta os dados relativos à pesquisa realizada por meio de inquérito por questionário, que foi aplicado aos membros do CONSUP. O terceiro apresenta a análise dos resultados.

4.1. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental foi realizada sobre as Atas das Reuniões Ordinárias do CONSUP, considerando o período de agosto de 2017 a agosto de 2018, ou seja, foram verificadas as atas relativas à 3ª, 4ª e 5ª Reunião Ordinária de 2017 e à 1ª, 2ª e 3ª Reunião Ordinária de 2018. Nas Atas foram observadas informações relativas à presença, manifestação, intervenção e tipo de manifestação dos conselheiros, conforme composição constante na Portaria nº 776, de 07 de julho de 2017. Ademais, também foram verificadas as proposições apreciadas na Ordem do Dia.

A presença dos conselheiros foi verificada e classificada por segmento, por unidade institucional e considerando a representação por unidade institucional. Assim, considerando que o CONSUP estava composto por 58

membros, foi verificada uma média de 35 conselheiros presentes às reuniões, o que representa uma média de presença de 60% dos conselheiros.

Observando o Gráfico 1: Presença por Segmento, elaborado a partir da Tabela H1(apêndice), percebe-se que a Reitora e os Diretores Gerais registraram presença em todas as reuniões, os segmentos TAE e Docente registraram presença acima da média, enquanto os segmentos Egresso, Discente e Sociedade Civil registraram presença abaixo da média. Não houve registro de presença do Representante do MEC e dos Ex-reitores.

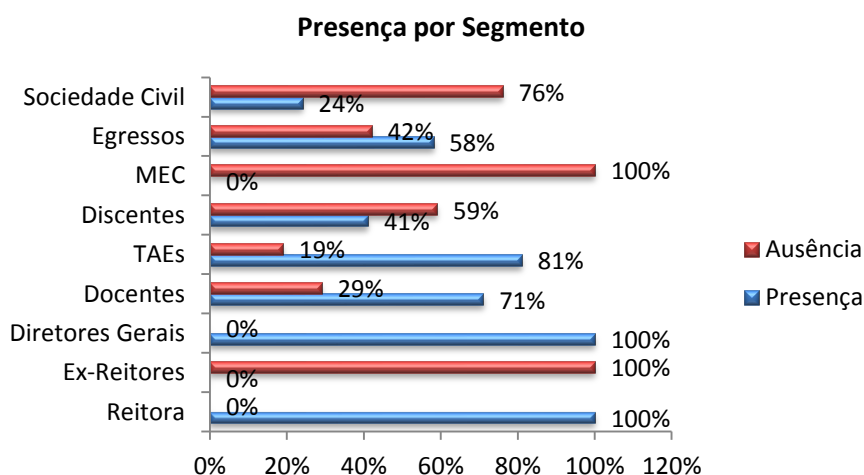


Gráfico 1: Presença por Segmento

Ao observar o Gráfico 2: Presença por Unidade Institucional, elaborado a partir da Tabela H2 (apêndice), considerando a presença dos segmentos Discente, Docente, TAE, Diretores Gerais e Sociedade Civil, percebe-se que somente 4 das 11 unidades possuem índice de presença acima da média. As demais unidades oscilam o percentual de presença no intervalo de 41% a 63%.

O eixo vertical do Gráfico 2 representa as unidades institucionais, onde: RT – Reitoria, SVS – Campus São Vicente do Sul, SB/URU Campus São Borja/Uruguaiana, SA - Campus Santo Augusto, SAN – Campus Santo Ângelo, SR – Campus Santa Rosa, PB – Campus Panambi, JC – Campus Julio de Castilhos, JA – Campus Jaguari, FW – Campus Frederico Westphalen, e AL –

Campus Alegrete. Essa siglas são usadas no cotidiano institucional e foram utilizadas neste trabalho na composição de tabelas e gráficos para fazer referência às unidades institucionais.

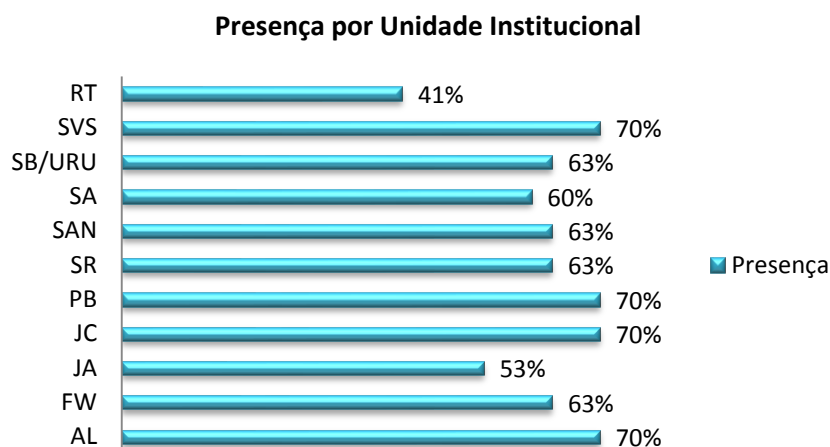


Gráfico 2: Presença por Unidade Institucional

O Gráfico 3: Representação por Unidade e Segmento foi elaborado a partir da Tabela H3 (apêndice) e demonstra a distribuição dos índices de presença nas reuniões por segmento e unidade institucional. É importante observar que na Reitoria somente há representantes dos segmentos TAE e Sociedade Civil, porém não houve registro de presença da Sociedade Cível nessa unidade.

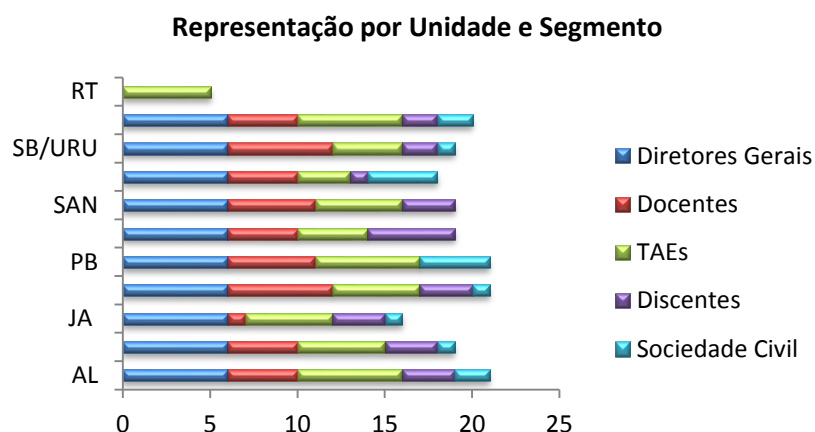


Gráfico 3: Representação por Unidade e Segmento

O Gráfico 4: Manifestação por Segmento foi elaborado a partir da Tabela H4 (apêndice) e demonstra o quantitativo de conselheiros que se manifestam durante as reuniões ordinárias. Percebe-se que em média 46% dos conselheiros presentes fizeram o uso da palavra durante as reuniões. Entretanto, considerando que em média há a presença de 35 dos 58 conselheiros, portanto, em média 16 conselheiros se manifestam em reunião.

Observa-se que houve manifestação acima da média nos segmentos Docente, Diretores Gerais e Reitora, já os segmentos Sociedade Civil, Egressos, Discentes e TAEs estão abaixo da média e os segmentos MEC e Ex-Reitores não possuem registro devido à ausência nas referidas reuniões.

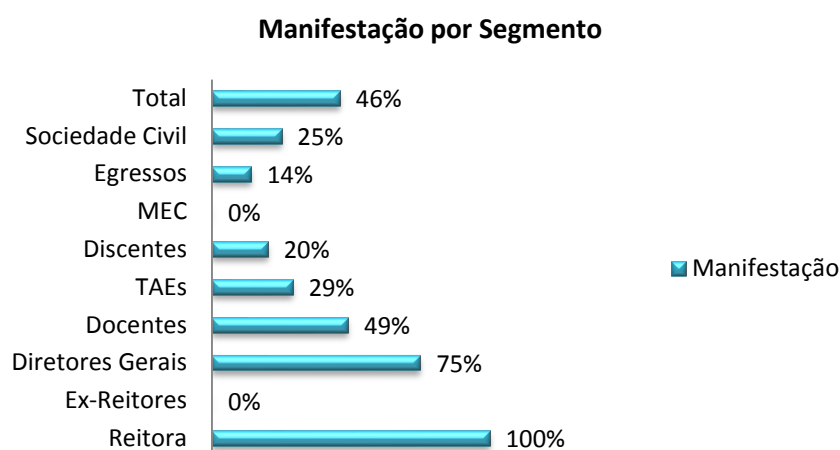


Gráfico 4: Manifestação por Segmento

O Gráfico 5: Manifestação por Unidade Institucional, elaborado a partir da Tabela H5 (apêndice), considerando a manifestação dos segmentos Discente, Docente, TAE, Diretores Gerais e Sociedade Civil, apresenta em azul o percentual de manifestação sobre os conselheiros presentes de cada unidade e em vermelho o percentual de manifestação sobre o quantitativo de conselheiros por unidade, ou seja, inclusive os ausentes.

Assim, considerando que a média de manifestação entre os presentes é de 46%, observa-se que 5 das 11 unidades estão acima dessa média, são elas: Reitoria, Campus São Vicente do Sul, Campus Santa Rosa, Campus Panambi e Campus Alegrete. As demais oscilam o índice de manifestação de 31 e 42%.

Entretanto, quando observada a manifestação sobre o quantitativo de conselheiros por unidade o índice de manifestação oscila entre 20 e 41%.

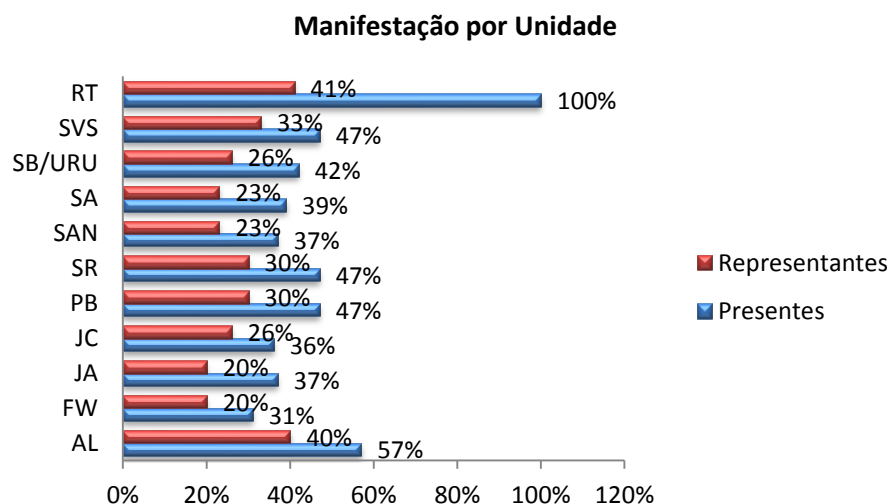


Gráfico 5: Manifestação por Unidade

O Gráfico 6: Manifestação por Segmento e Unidade foi elaborado a partir da Tabela H6 (apêndice) e demonstra a distribuição dos índices de manifestação nas reuniões por segmento e unidade institucional. Pode-se observar o predomínio de manifestações dos segmentos Diretores Gerais e Docentes.

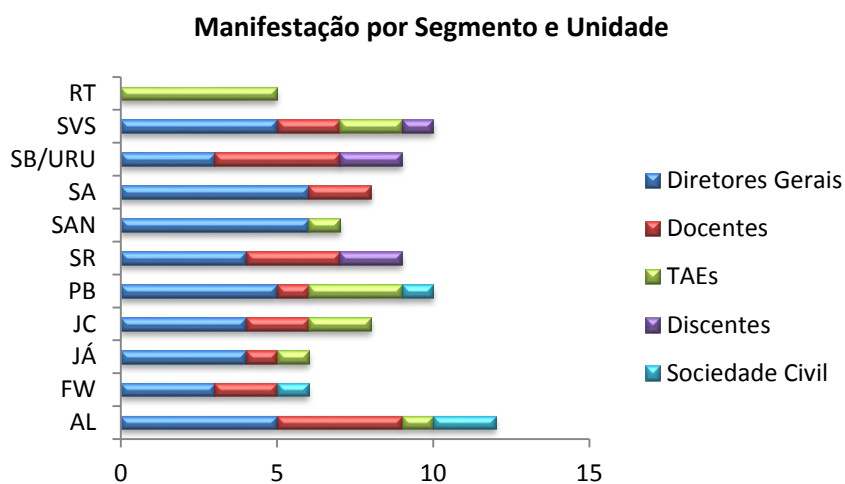


Gráfico 6: Manifestação por Segmento e Unidade

O Gráfico 7: Intervenção por Segmento foi elaborado a partir da Tabela H7 (apêndice) e demonstra o quantitativo de intervenções realizadas pelos conselheiros que se manifestaram durante as reuniões ordinárias. Foram observadas 413 intervenções nas reuniões, o que representa uma média de 68,8 intervenções por reunião. Percebe-se que aproximadamente 75% das intervenções foram realizadas pelos segmentos Reitora e Diretores Gerais e que os segmentos Docente e TAE intervíram de forma equivalente entre si e representam aproximadamente 20% do total. Portanto, os demais segmentos representam aproximadamente 5% das intervenções.

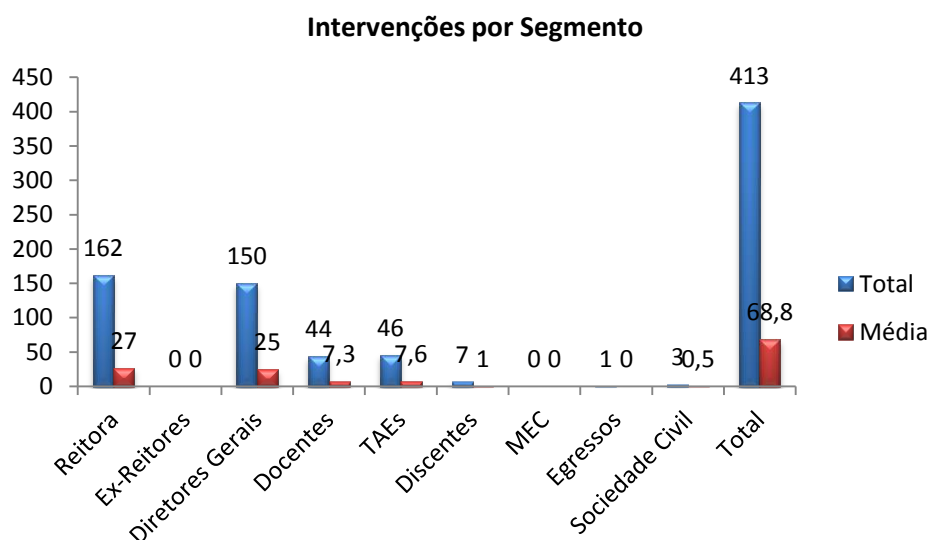


Gráfico 7: Intervenções por Segmento

O Gráfico 8: Intervenção por Unidade Institucional, elaborado a partir da Tabela H8 (apêndice), considerando as intervenções dos segmentos Discente, Docente, TAE, Diretores Gerais e Sociedade Civil, apresenta em azul o total de intervenções por unidade e em vermelho a média de intervenções realizadas pelos conselheiros de cada unidade por reunião. Observa-se que os *campi* Santo Ângelo e Santo Augusto se destacam como os que mais intervêm.

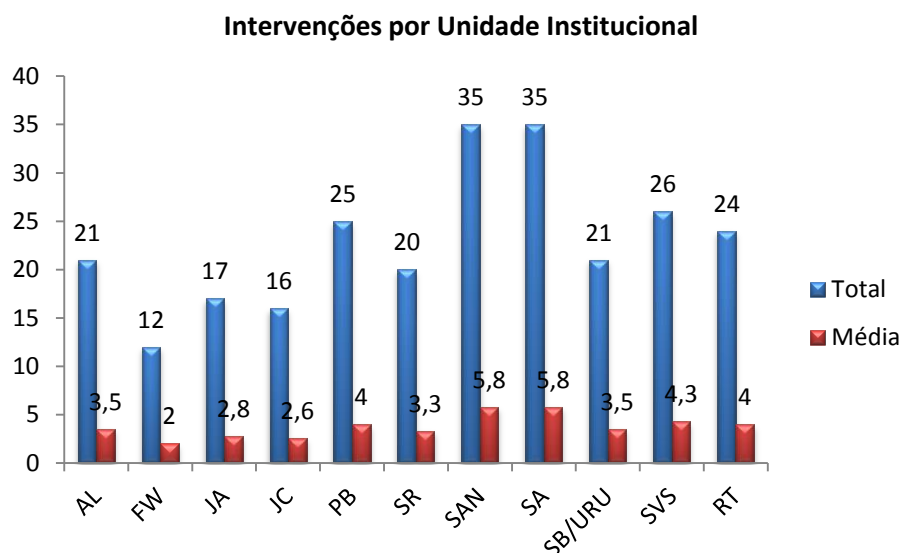


Gráfico 8: Intervenções por Unidade Institucional

O Gráfico 9: Intervenção por Unidade e Segmento foi elaborado a partir da Tabela H9 (apêndice) e demonstra a distribuição dos índices de intervenção nas reuniões por segmento e unidade institucional. Pode-se observar o predomínio de intervenções do segmento Diretores Gerais.

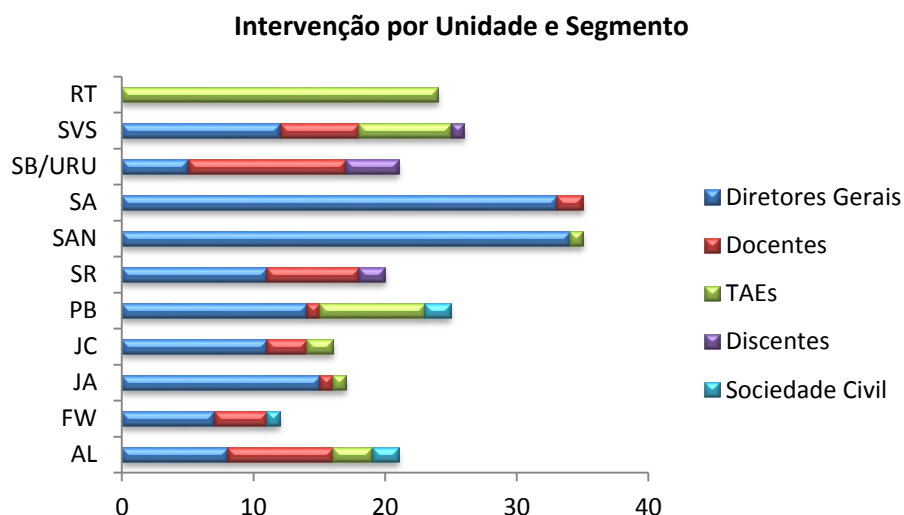


Gráfico 9: Intervenção por Unidade e Segmento

O quantitativo de intervenções por segmento foi classificado por meio de 6 tipos de manifestações, sendo elas: Encaminha/Apresenta; Questiona/Consulta/Dúvida; Sugere/Recomenda/Solicita; Ratifica/Apoia/Corrobora; Retifica/Adverte/Critica; e Esclarece/Observa/Justifica. O Gráfico 10: Manifestação por Tipo e o Gráfico 11: Tipos de Manifestação por Segmento foram elaborados a partir da Tabela H16 (apêndice), que foi elaborada considerando os dados das Tabelas H10, H11, H12, H13, H14 e H15 (apêndice), que apresentam os dados por segmento e reunião ordinária.

A partir do Gráfico 10: Tipos de Manifestação, pode-se observar um destaque para as manifestações relativas a Esclarecer/Observar/Justificar, seguida pelas manifestações relativas a Encaminhar/Apresentar. Essas manifestações se referem, em grande parte, à condução da reunião e da pauta.

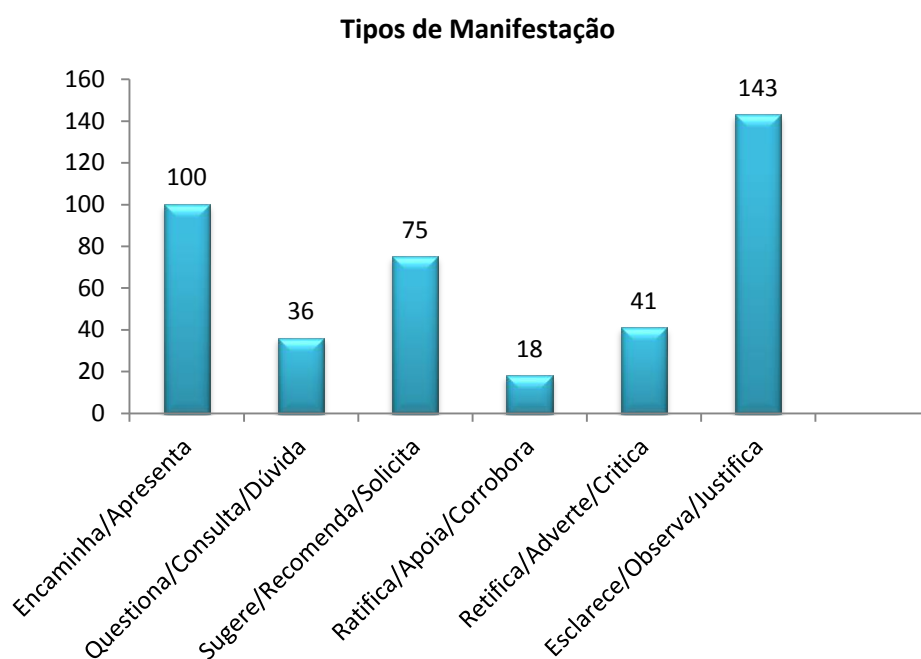


Gráfico 10: Tipos de Manifestação

O Gráfico 11 apresenta os tipos de manifestações por segmento e demonstra que as manifestações relativas a Encaminha/Apresenta e

Esclarece/Observa/Justifica, que se referem à condução da reunião e da pauta, estão concentradas nos segmentos Reitora e Diretores Gerais e que as manifestações do tipo Sugere/Recomenda/Solicita se destaca nos segmentos TAE e Docente.

A predominância de intervenções realizadas pelo segmento Diretor Geral dos *Campi* Santo Ângelo e Santo Augusto, conforme observado no Gráfico 9, está relacionada às manifestações do tipo Encaminha/Apresenta devido a essas conselheiras serem presidentas de duas das três Câmara Especializadas do CONSUP.

As Câmaras são compostas por 4 membros, sendo um deles o presidente da Câmara. As proposições, de acordo com sua especificidade, são encaminhadas para análise e parecer das Câmaras. Normalmente, os presidentes das Câmaras compõem a mesa de condução da reunião, juntamente com a Reitora, e realizam a apresentação dos pareceres de suas respectivas Câmaras.

Já as manifestações do tipo Esclarece/Observa/Justifica estão destacadas no segmento Diretores Gerais devido às intervenções realizadas com vista a “defender” as proposições apresentadas por suas respectivas unidades.

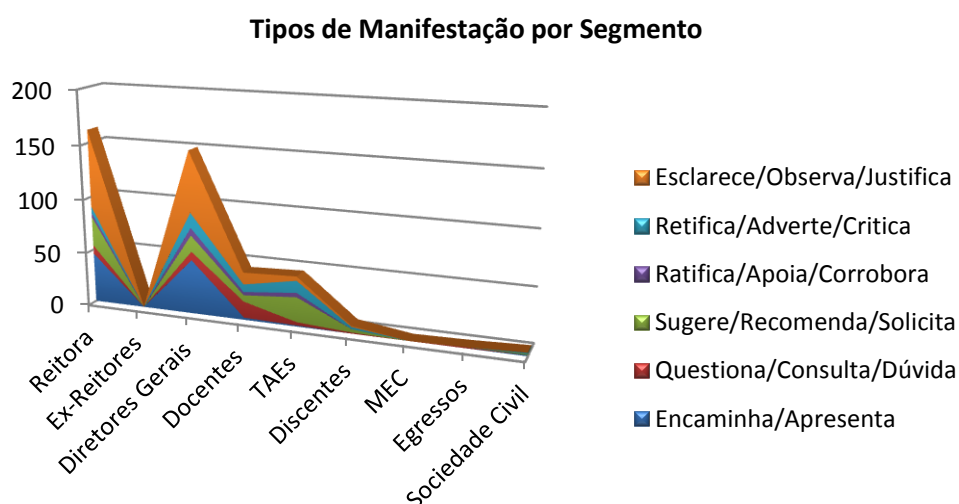


Gráfico 11: Tipos de Manifestação por Segmento

O Gráfico 12 foi elaborado a partir da Tabela H17 (apêndice) e apresenta os quantitativos de proposições por unidade institucional. Observa-se que das 96 proposições apreciadas na Ordem do Dia 39 são relativas ao âmbito institucional e tratam sobre regulamentos, relatórios, convênios e outras matérias. Já as demais 57 proposições são de iniciativa das unidades e se referem, basicamente, a Projeto de Criação de Curso – PCC, Projeto Pedagógico de Curso – PPC e ou suspensão/extinção de curso.

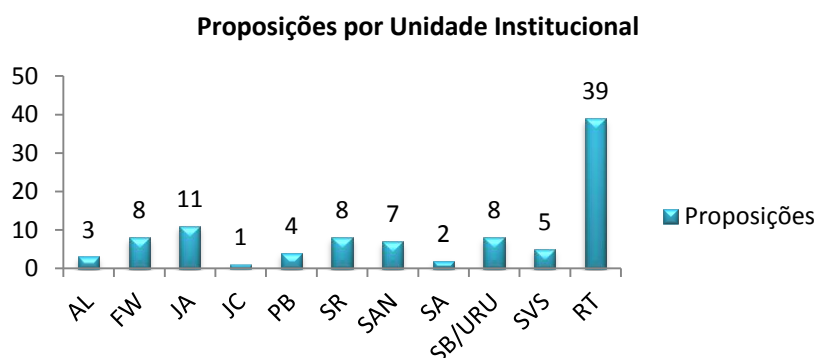


Gráfico 12: Proposições por Unidade Institucional

O Gráfico 13 foi elaborado a partir da Tabela H18 (apêndice) e apresenta a apreciação das proposições na Ordem do Dia. Observa-se que 82 das 96 proposições foram aprovadas por unanimidade, o que representa aproximadamente 85% das proposições, e apenas 32 foram objeto de discussão, o que representa aproximadamente 33% das proposições.

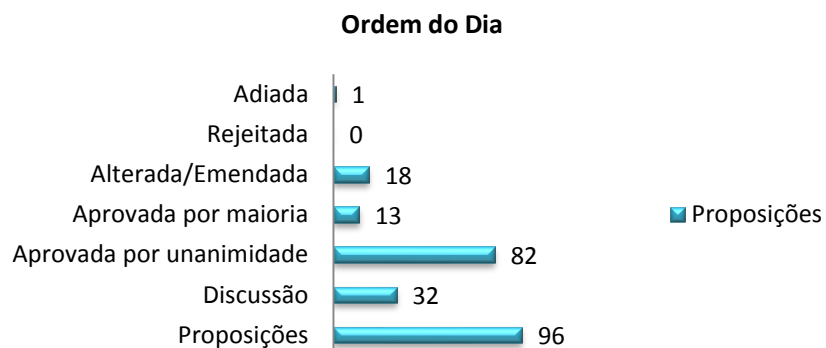


Gráfico 13: Ordem do Dia

4.2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

A pesquisa inquérito por questionário foi realizada no período de 29 de outubro a 12 de novembro por meio de questionário eletrônico encaminhado por *e-mail* aos conselheiros do CONSUP, considerando a recomposição constante na Portaria nº 1484, de 25 de outubro de 2018.

A recomposição foi realizada para ajustar a composição devido a solicitações de saída ou por perda de mandato nas situações previstas no art. 10 do Regulamento do CONSUP. Houve alteração de 15 membros, sendo 10 titulares e 5 suplentes.

Na recomposição 7 titulares foram substituídos por seus suplentes e houve a indicação de novos representantes do MEC. A composição atual do CONSUP passou a contar com 55 membros titulares e os *Campi* Panambi, São Borja e São Vicente do Sul ficaram sem representantes do segmento discente.

O CONSUP possui representantes de 9 segmentos, sendo: Reitora, Ex-Reitores, Representantes do MEC, Representante dos Egressos, Docentes, Técnico-Administrativos em Educação-TAEs, Discentes, Sociedade Civil Organizada e Diretores Gerais.

Para a aplicação do questionário, os 9 segmentos do CONSUP foram classificados em 4 grupos, sendo: Discentes, Servidores (TAEs e Docentes), Dirigentes (Reitora, Ex-Reitores e Diretores Gerais) e Externos (Egressos, Sociedade Civil Organizada e Representante do MEC).

Para tanto, foram elaborados 4 questionários, um para cada grupo. Dos 55 conselheiros, 18 responderam ao questionário, o que representa, aproximadamente, 33% dos conselheiros. Esse quantitativo de respondentes equivale ao quantitativo médio de conselheiros que se manifestam nas reuniões ordinárias, conforme observado na apresentação do Gráfico 4. Dos 18 respondentes 9 são Servidores, 1 é Discente, 4 são Dirigentes e 4 são

Externos. O Gráfico 14 apresenta os Respondentes por Grupo e a relação entre o quantitativo de respondentes sobre o número de conselheiros.

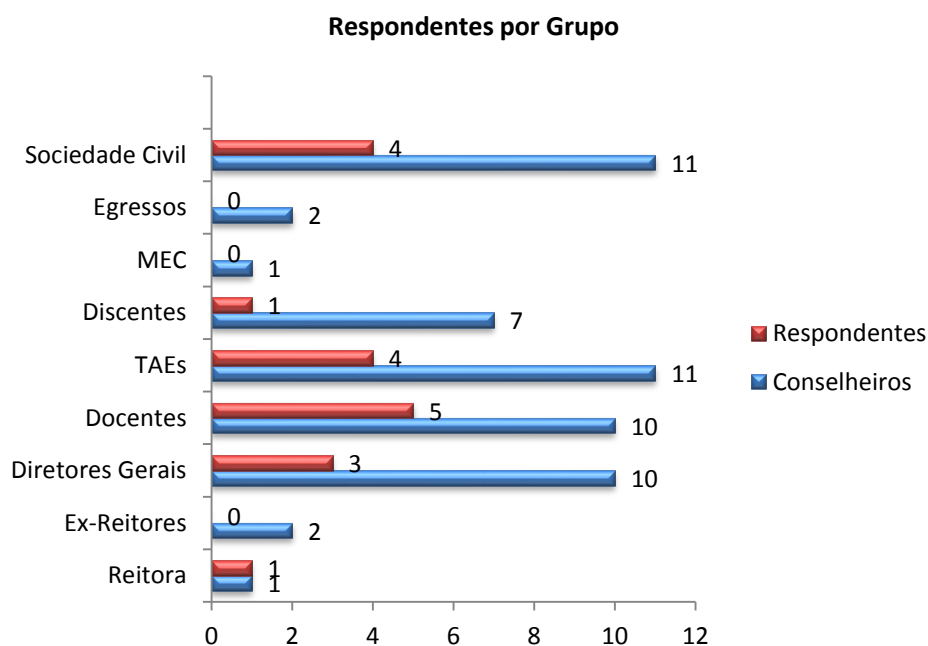


Gráfico 14: Respondentes por Grupo

Foram registradas respostas de conselheiros de 6 dos 9 segmentos e de 7 das 11 unidades institucionais, sendo: Campus Alegrete, Campus Frederico Westphalen, Campus Júlio de Castilhos, Campus Panambi, Campus Santa Rosa, Campus São Borja, e Reitoria.

O perfil dos respondentes se caracteriza pelo predomínio do gênero masculino (13 respondentes), da cor branca (16 respondentes), da faixa etária de 36 a 45 anos (8 respondentes), seguida pela faixa etária de 46 a 55 anos (4 respondentes). A renda mensal familiar *per capita* predominante é igual ou superior a R\$ 6000,00 (11 respondentes), os demais respondentes possuem rendimentos de R\$ 1000,00 a R\$ 5500,00.

A maioria possui como escolaridade máxima o nível de mestrado (7 respondentes), seguido pelo nível de especialização (6 respondentes). A área de conhecimento que predomina é as Ciências Humanas (5 respondentes),

seguida das Ciências Agrárias e Ciências Exatas e da Terra (4 respondentes cada).

Considerando os grupos de respondentes de Dirigentes, Discentes e Servidores, ou seja, os que possuem vínculo formal com o IFFar, observa-se que a maioria ingressou na instituição após a criação da Rede Federal e dos Institutos em 2008 (13 respondentes), com destaque para os anos de 2014, 2015 e 2016, que juntos contabilizam o ingresso de 7 dos respondentes. Houve o registro de uma respondente que ingressou em 1992, numa unidade que atualmente constitui o IFFar.

Considerando os grupos de respondentes de Discentes, Externos e Servidores, ou seja, os que são escolhidos por edital de consulta/chamada pública, observa-se que a maioria está em seu primeiro mandato no CONSUP (8 respondentes) e a maioria participa ou já participou como conselheiro em outras organizações (8 respondentes).

Feita a caracterização dos respondentes, passa-se à apresentação dos resultados do questionário voltado à pergunta de partida e aos objetivos da pesquisa. Os questionários aplicados aos grupos não são iguais, pois os grupos possuem especificidades como, por exemplo: forma de vinculação com a instituição e a forma de ingresso no CONSUP, já detalhadas anteriormente.

Entretanto, apesar dos questionários não serem iguais, eles buscam identificar a percepção e a concepção dos respondentes quanto ao CONSUP enquanto instrumento formal de gestão democrática, bem como busca verificar a motivação em ser conselheiro, a autonomia e a participação nas reuniões. Ao final da seção de questões fechadas, além de um espaço para comentários livres, foram colocadas 3 questões abertas com vista a dar liberdade aos respondentes apontarem opiniões não abarcadas nas questões fechadas, são elas:

- Quais são os indicadores (sinais) que permitem afirmar que no IFFar são praticados os princípios de gestão democrática?
- Para você, como deve ser uma instituição democrática?

- Quais instrumentos são/poderiam ser utilizados para estimular a participação da comunidade institucional?

As questões fechadas são apresentadas por meio de frases que afirmam ou negam algo e as alternativas de respostas foram apresentadas em escala de concordância. A maioria das questões foram propostas a todos os conselheiros e algumas, devido sua especificidade, apenas para determinado grupo. Para melhor organizar a apresentação dos resultados, foi atribuído um número a cada proposição.

Inicialmente foram apresentadas aos conselheiros as seguintes proposições: 1 - *Se o modo de composição do Conselho Superior atende satisfatoriamente a representação dos diversos segmentos da instituição*; 2 - *Se o Conselho Superior é importante para a democratização das decisões*. Verificou-se que a maioria dos respondentes concorda com as duas proposições.

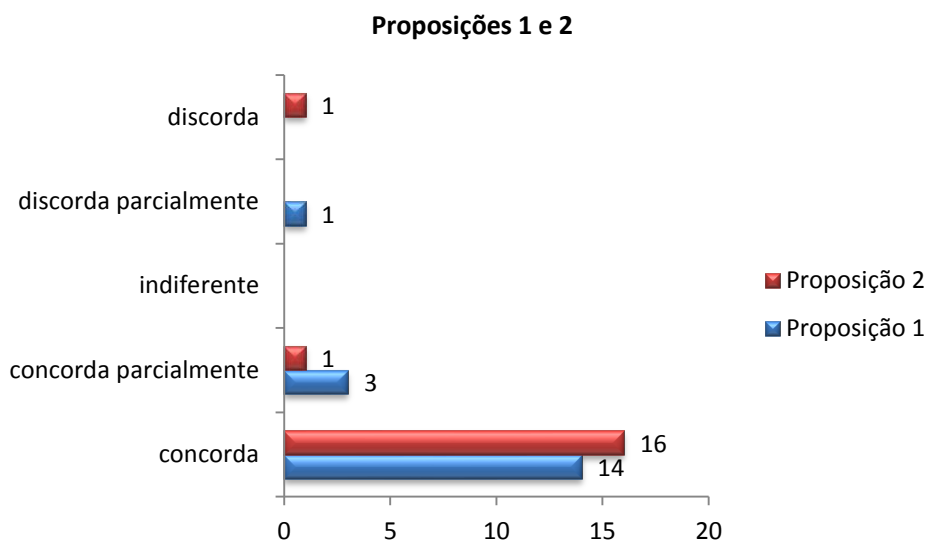


Gráfico 15: Proposições 1 e 2

Na sequência foram apresentadas aos conselheiros dos grupos Servidores e Discentes as seguintes proposições: 3 - *O perfil democrático da instituição me motivou a ser membro do conselho*; 4 - *O perfil autoritário da instituição me motivou a ser membro do conselho*; 5 - *A possibilidade de influenciar nos*

processos de tomada de decisões me motivou a ser membro do conselho. Verificou-se que os respondentes concordaram com a proposição 3 e 5, ou seja, a motivação em participar no Conselho está relacionada com o perfil democrático da instituição e com a possibilidade de influenciar no processo de tomada de decisão. Os respondentes discordaram da proposição 4, ou seja, rejeitaram que a motivação em ser conselheiro está relacionada com o suposto perfil autoritário da instituição.

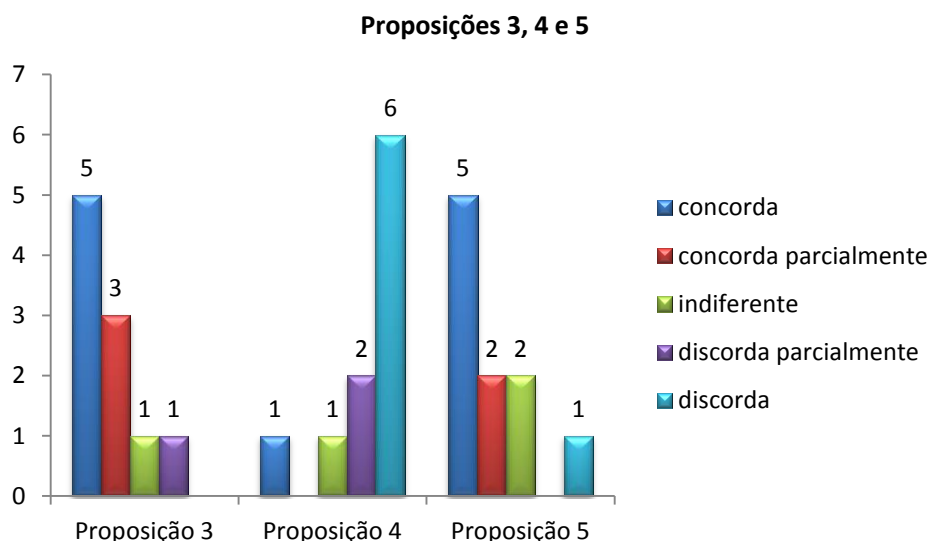


Gráfico 16: Proposições 3, 4 e 5

Também foram apresentadas aos conselheiros dos grupos Servidores e Discentes as seguintes proposições: 6 - *Fui motivado por colegas de categoria a ser membro do conselho*; 7 - *Fui convidado/motivado por minha chefia/gestor da unidade a ser membro do conselho*; 8 - *Fui pressionado por servidor/gestor da unidade a ser membro do conselho*. De modo geral, verificou-se que metade dos respondentes concorda que foram motivados pelos colegas e a maioria discorda sobre ter sido convidado/motivado pelo gestor da unidade ou ter sido pressionado a ser membro do Conselho. Entretanto, cabe observar que 2 respondentes (servidores) apontaram terem sido pressionados.

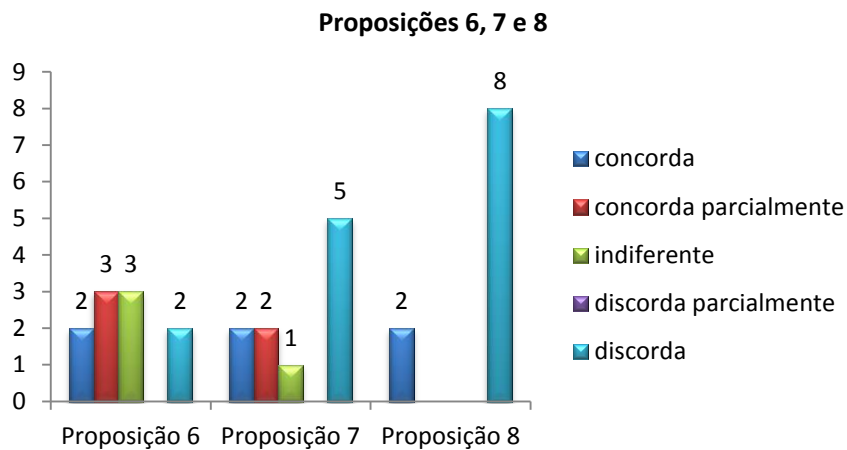


Gráfico 17: Proposições 6, 7 e 8

Posteriormente foram apresentadas aos conselheiros as seguintes proposições: 9 - *Conheço o disposto no Regulamento do CONSUP e no Regimento Institucional*; 10 - *Tenho consciência do meu papel enquanto conselheiro e da responsabilidade que isso representa*; 11 - *Busco tomar conhecimento das principais normativas e documentos institucionais para atuar efetivamente*. Verificou-se que a maioria dos respondentes concorda com as proposições, ou seja, conhecem as normativas básicas do Conselho, têm consciência de seu papel e responsabilidade, bem como têm iniciativa para buscar informações complementares para atuar melhor.

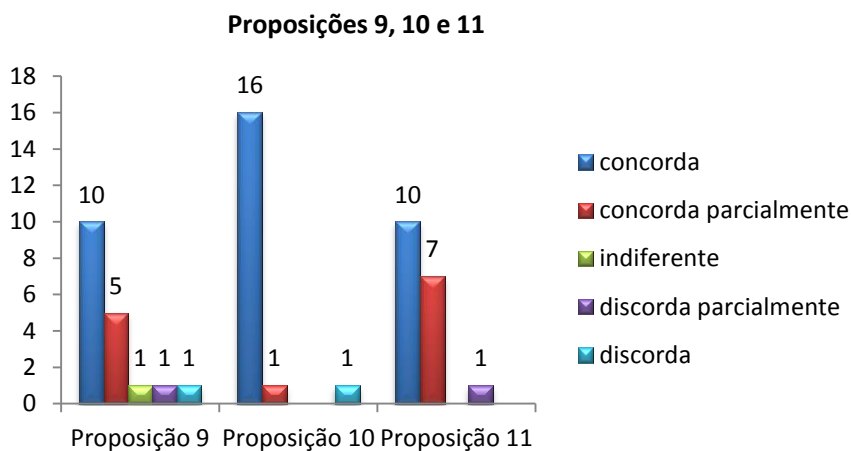


Gráfico 18: Proposições 9, 10 e 11

Aos conselheiros dos grupos Servidores, Discentes e Externos foi apresentada a seguinte proposição: 12 - *Sinto-me motivado a participar das reuniões*. Verificou-se que a maioria dos conselheiros concorda parcialmente com a proposição, ou seja, sentem-se relativamente motivados a participar das reuniões.

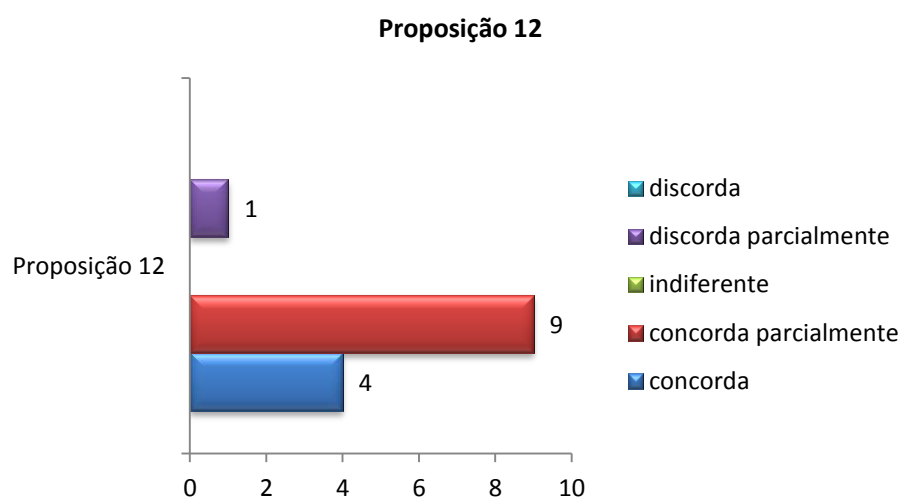


Gráfico 19: Proposição 12

Na sequência foram apresentadas aos conselheiros dos grupos Servidores e Discentes as seguintes proposições: 13 - *Compartilho sistematicamente as questões em discussão (pauta) no Conselho com a categoria que representam;* 14 - *Sinto-me comprometido com minha categoria e responsável pelo desenvolvimento da instituição*. Verificou-se que a maioria dos respondentes concorda ou concorda parcialmente com as proposições, o que indica que a maioria costuma compartilhar a pauta com seus pares e que possuem sentido de compromisso com sua categoria e de responsabilidade pelo desenvolvimento da instituição.

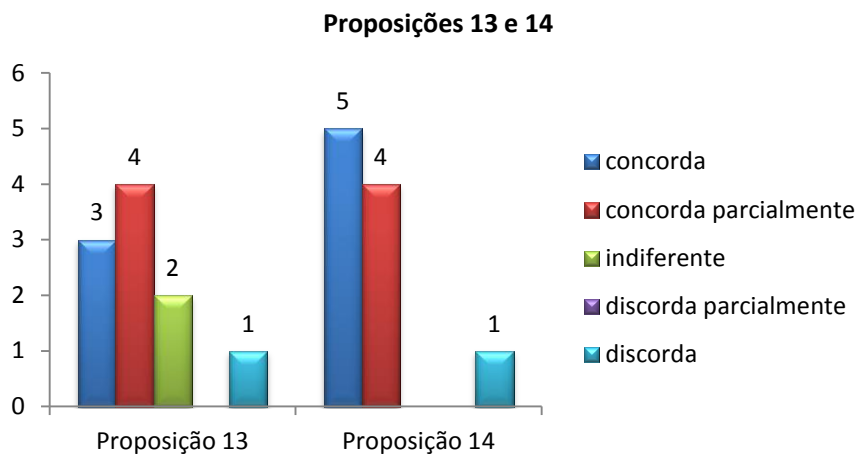


Gráfico 20: Proposições 13 e 14

Ademais, aos conselheiros do grupo Servidores foi apresentada a seguinte proposição: 15 - *Realizo reunião com minha categoria para pautar minha atuação em plenário* (Servidores). E aos conselheiros do grupo Dirigentes foi apresentada a seguinte proposição: 16 - *Realizo reunião com os representantes de minha unidade no conselho para orientar o encaminhamento da pauta* (Dirigentes). Considerando os índices de indiferença e de discordância, verificou-se que a maioria, tanto do grupo Servidores quanto Dirigentes, não costuma realizar reunião prévia.

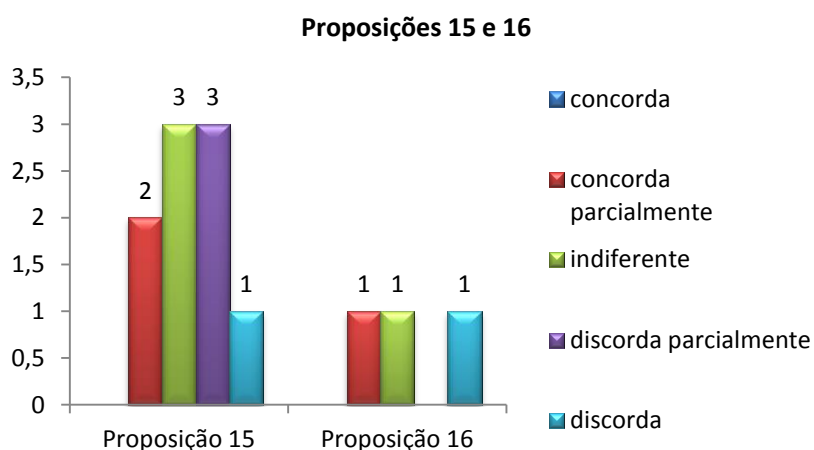


Gráfico 21: Proposições 15 e 16

Na sequência, foram apresentadas aos conselheiros as seguintes proposições: 17 - *Estudo com antecedência as matérias em pauta*; 18 - *Vou para a reunião sem ter revisado as matérias em pauta*; 19 - *As informações apresentadas nas proposições são suficientes para participar efetivamente nas votações do conselho*. Verificou-se que a maioria concorda parcialmente com as proposições 17 e 19 e que a maioria discorda da proposição 18, o que indica que a maioria dos respondentes realiza estudo prévio da pauta e que considera suficientes as informações apresentadas, bem como nega ter participado das reuniões sem ter revisado a pauta.

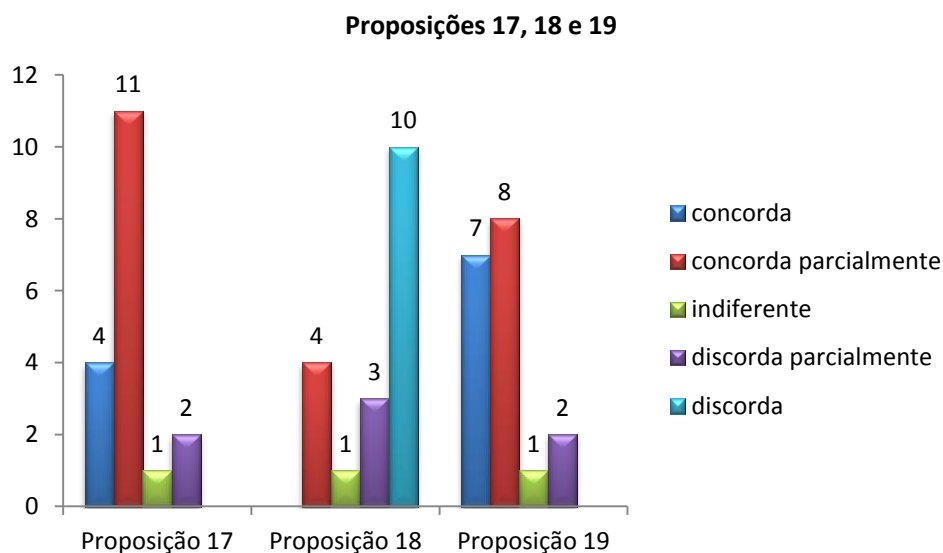


Gráfico 22: Proposições 17, 18 e 19

Após, foram apresentadas aos conselheiros as seguintes proposições: 20 - *Acho confusa a forma de condução das reuniões*; 21 - *Às vezes, voto sem ter clareza do que estou aprovando*. Verificou-se que a maioria dos respondentes discorda de ambas as proposições, porém é importante observar que aproximadamente 30% dos respondentes concorda ou concorda parcialmente com ambas as proposições, o que indica que, para esses respondentes, a forma de condução da reunião pode ser melhorada e que é preciso deixar mais claro o que está sendo colocado em votação.

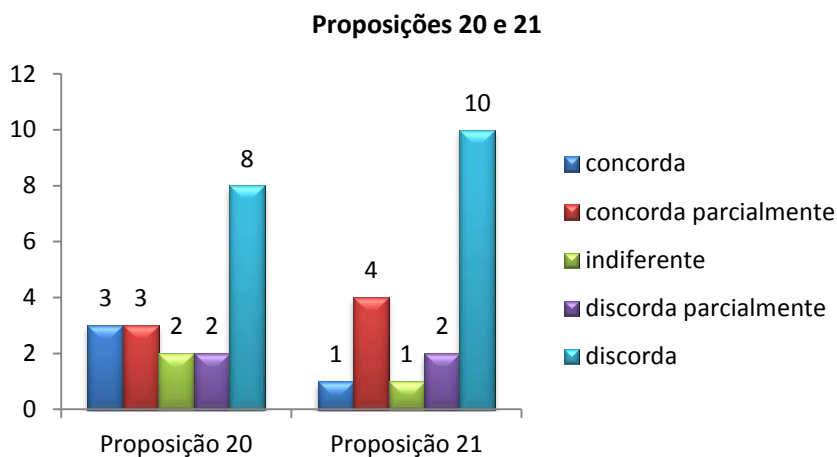


Gráfico 23: Proposições 20 e 21

Depois foram apresentadas aos conselheiros as seguintes proposições: 22 - *Sinto-me confortável para manifestar discordância e apontar inadequações nas proposições apresentadas*; 23 - *Tenho medo de me manifestar e ser repreendido por pessoas de grau hierárquico superior*; 24 - *Sinto-me pressionado a aprovar as proposições*. Verificou-se que a maioria dos respondentes concorda com a proposição 22 e discorda com as proposições 23 e 24, o que indica que a maioria se sente confortável para discordar e demonstrar inadequações da pauta, bem como não sente medo de se manifestar e tampouco se sente pressionada a provar as matérias.

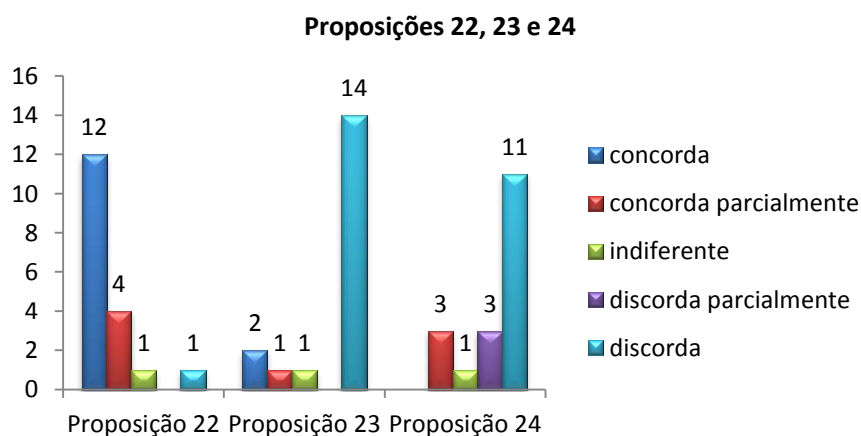


Gráfico 24: Proposições 22, 23 e 24

Em seguida, foram apresentadas aos conselheiros as seguintes proposições: 25 - *Sou atuante e influencio nas decisões tomadas*; 26 - *Minha participação se caracteriza pela não manifestação, apenas voto*; 27 - *Minha participação se caracteriza pela expressão verbal e discussão de ideias, além do voto*; 28 - *Minha participação se caracteriza pela oferta de ideias, análise das situações e comprometimento com as ações necessárias*.

Verificou-se que a maioria dos respondentes concorda ou concorda parcialmente com as proposições 25, 27 e 28, o que representa que a maioria se percebe relativamente atuante e influenciador das decisões e caracterizam sua participação tanto pela expressão verbal e discussão de ideias como pela oferta de ideias, análise das situações e comprometimento com as ações necessárias.

Entretanto, é importante observar que metade dos respondentes concorda, concorda parcialmente ou é indiferente quanto à proposição 26 e que a outra metade discorda parcialmente ou discorda. Assim, pode-se observar que há uma relativa contradição com o indicado nas proposições 25, 27 e 28.

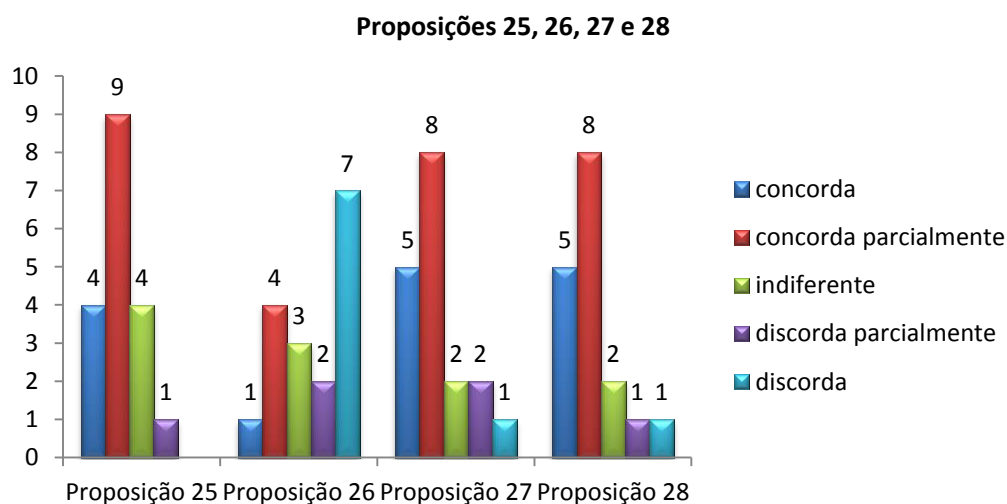


Gráfico 25: Proposições 25, 26, 27 e 28

Por fim, foram apresentadas aos conselheiros as seguintes proposições: 29 - *Os conselheiros são atuantes e participam ativamente nas decisões tomadas;* 30 - *Os conselheiros apenas referendam e legitimam decisões pré-determinadas.* Verificou-se que metade dos respondentes concorda ou concorda parcialmente com a proposição 29, enquanto a outra metade é indiferente ou discorda parcialmente, o que representa que a percepção dos conselheiros sobre a atuação dos demais membros do Conselho está bastante dividida. Porém, cabe observar que a discordância parcial foi predominante no grupo Servidores. Quanto à proposição 30 a maioria dos respondentes discorda ou discorda parcialmente, porém cabe observar que aproximadamente 30% concorda parcialmente, o que indica que essa é uma questão a ser mais bem observada.

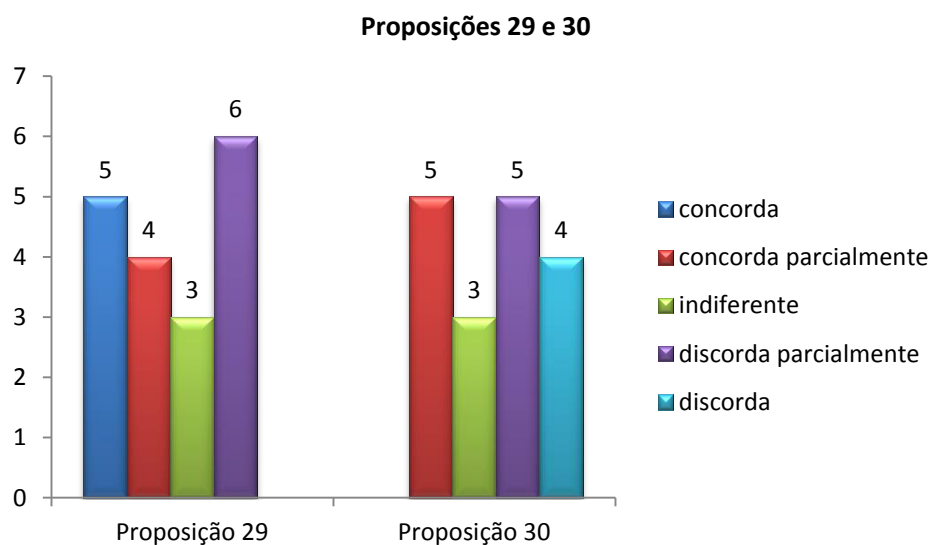


Gráfico 26: Proposições 29 e 30

O Gráfico 27 apresenta o quantitativo de respostas às questões abertas por questão e por grupo, tendo sido registrado um total de 42 contribuições, com destaque para os grupos Servidores e Externos.

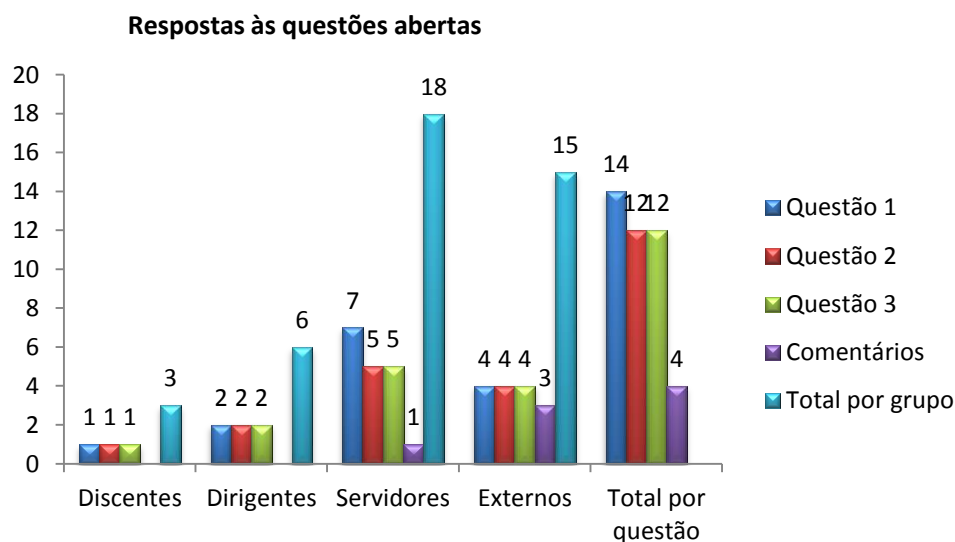


Gráfico 27: Respostas às questões abertas

A primeira questão aberta indagava sobre *quais são os indicadores (sinais) que permitem afirmar que no IFFar são praticados os princípios de gestão democrática?*

O grupo Discente destacou “a capacidade da instituição ouvir os docentes e discentes”. O grupo Dirigentes destacou a possibilidade de participação, a realização de eleições para dirigentes e para os colegiados, a transmissão das reuniões do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior e a realização de avaliação institucional. O grupo Servidores destacou o “ambiente Institucional”, a pluralidade, a possibilidade de participação dos diversos segmentos nos processos decisórios, as normativas institucionais, as ações de transparência e o voto. O grupo de Externos destacou a possibilidade de qualquer representante opinar, a “atuação ativa de grande parte dos Conselheiros”, a “atuação dos colegiados”, a construção coletiva do planejamento estratégico, a realização de consultas à comunidade institucional e de eleições para dirigentes, e a autonomia financeira, administrativa e pedagógica das unidades.

A segunda questão aberta indagava: *Para você, como deve ser uma instituição democrática?*

O grupo Discentes destacou que é *“exatamente como o IFFar é”*. O grupo Dirigentes acompanhou o Discente com: *“acredito que temos uma gestão democrática”* e *“entendo que o IFFar é um exemplo de uma instituição democrática”*. O grupo Servidores mencionou que é com instâncias abertas à *“participação ativa de todos”*, ao recebimento de sugestões, com transparência nos processos e que atenda objetivos comuns. O grupo Externos destacou que é por meio da participação efetiva, da transparência, da autonomia, que a instituição deve *“ser acolhedora e ao mesmo tempo promotora de reflexão”*, aberta ao diálogo e à comunidade externa, que deve *“atentar mais para as propostas e princípios que geraram a Instituição do que para o corporativismo”*, e que a instituição deve ofertar *“educação isenta de vícios sejam políticos ou religiosos”*.

A terceira questão aberta indagava: *Quais instrumentos são/poderiam ser utilizados para estimular a participação da comunidade institucional?*

O grupo Discentes propôs *“conscientizar a comunidade institucional sobre a importância de sua participação”*, porém não exemplificou como. O grupo Dirigentes crê ser uma ação *“difícilíssima”* e outro questionou *“a que tipo de participação? Nas atividades propostas pela gestão, nos GTs, ações de extensão, reuniões, formações, atividades de confraternização? Não entendi”*. Observa-se que este dirigente não entendeu a participação em sua dimensão política, ou seja, como exercício de poder e de influência nos processos, pelo contrário, o dirigente menciona uma série de possibilidades de participação passiva ou no sentido de execução de atividade. O grupo Servidores propôs *“promover formação política”*, melhorar a comunicação institucional, mais publicidade às propostas e *“devolutiva sobre as pautas aprovadas a cada reunião”*. O grupo Externos sugeriu que a pauta das reuniões deve ser apresentada de forma mais objetiva e motivadora, melhorar a comunicação institucional e a publicização dos atos, realizar mais reuniões por videoconferência para não haver necessidade de deslocamentos entre

idades, realização de *“pesquisa de campo junto a sociedade do entorno para ver se realmente há necessidade de abertura de novos cursos e/ou manutenção de alguns com baixíssima demanda”*, e maior interação com a comunidade externa por meio da realização de eventos.

A quarta questão aberta disponibilizava espaço para comentários: *Utilize o espaço abaixo para realizar comentários que julgar necessários:*

Os grupos Discentes e Dirigentes não se manifestaram. O grupo Servidores recamou da *“letra cursiva utilizada no questionário por vezes prejudica a leitura”*. Essa possibilidade já havia sido apontada por um avaliador do questionário, porém, por questões estéticas, decidiu-se mantê-la. O grupo Externos parabenizou pela pesquisa, pois contribuirá para qualificar o processo. Outro apontou que a instituição *“ainda peca no quesito extensão e pesquisa, isto a deixa desconectada da sociedade”* e observou que essas ações traria maior democratização do conhecimento. Essa crítica foi reforçada por outro respondente que aponta que apesar da instituição possuir um quadro de pessoal qualificado *“nota se que apenas um pequeno grupo de pessoas (aproximadamente 30%) tem a preocupação de trabalhar ações de pesquisa e extensão, voltadas a dar e apresentar resultados para a comunidade”* e destaca que é necessário mais proatividade institucional por meio de ações junto à comunidade, para além da preocupação com produção de artigos científicos e publicações.

4.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos resultados obtidos por meio da pesquisa documental e da pesquisa inquérito por questionário, pode-se concluir que a prática se distancia do discurso institucionalizado, pois, mesmo que haja instrumentos formais que assegurem a participação com vista à gestão democrática, as dinâmicas político-administrativas no âmbito institucional tendem a ocorrer

por meio da participação passiva dos agentes, que pode ser evidenciada pela análise dos dados documentais e das respostas ao questionário.

Apesar de a instituição possuir mecanismo de operacionalização da gestão democrática por meio de instância colegiada, constituída por representantes dos diversos segmentos institucionais, verifica-se que, na prática, a gestão democrática não ocorre na plenitude de seu conceito, pois as análises dos dados documentais e das respostas ao questionário demonstraram que em média apenas 60% dos conselheiros tem registrado presença às reuniões ordinárias do CONSUP e que, desse quantitativo, apenas 46%, em média, costuma fazer uso da palavra (intervir/manifestar-se).

Cabe observar que o quantitativo de respondentes ao questionário foi equivalente ao percentual de conselheiros que se manifestam nas reuniões, porém com o destaque para a inversão no índice de participação entre os segmentos Sociedade Civil e Diretores Gerais, considerando a atuação nas reuniões e de resposta ao questionário.

Numa análise quantitativa, observou-se que 75% intervenções são realizadas por 2 dos 9 segmentos institucionais. Há um predomínio dos segmentos Reitora e Diretores Gerais, seguida de longe pelos Docentes e Técnico-Administrativos em Educação. Os outros 5 segmentos contam com apenas 5% das intervenções. Numa análise qualitativa, observou-se que aproximadamente 58% das intervenções são relativas à condução da reunião e da pauta. Ademais, verificou-se que 82% das proposições na Ordem Dia são aprovadas por unanimidade, sem registros de rejeições, e tendo sido registrada alguma forma de discussão em apenas 33% das proposições.

O problema de pesquisa visava compreender como é operacionalizada e percebida a gestão democrática no IFFar. A pesquisa documental demonstrou que a operacionalização ocorre por meio dos órgãos colegiados como o Colégio de Dirigentes – CODIR, os Colegiados de *Campi* e o Conselho Superior – CONSUP, bem como pela realização de eleições para escolha de dirigentes (Reitora e Diretores Gerais) e dos conselheiros para os colegiados e para o Conselho Superior.

Ademais, há descentralização de recursos financeiros às unidades, bem como elas gozam de relativa autonomia administrativa e pedagógica, nos limites normativos das instâncias superiores. Outra ação institucional importante para a operacionalização da gestão democrática é a realização de avaliação interna que, por sua vez, tende a subsidiar o planejamento institucional. Portanto, observa-se que há uma série de mecanismos institucionalizados com vista a efetivar a gestão pela via democrática.

O outro aspecto do problema de pesquisa se referia à percepção da gestão democrática no IFFar, que pode ser verificada por meio do questionário aplicado aos membros do CONSUP. A maioria dos respondentes percebe a instituição como democrática, bem como consideram adequada a forma de composição do CONSUP e o percebem como importante para a democratização das decisões.

Assim, a partir do problema de pesquisa, o objetivo primário da pesquisa era analisar os mecanismos de operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar as concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão. A análise dos mecanismos de operacionalização da gestão democrática se centrou no Conselho Superior, em sua atuação e em seus membros, não se aprofundando nos demais mecanismos. O objetivo de identificação das concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão se cumpriu, relativamente, por meio do caráter representativo do CONSUP dos diferentes segmentos da instituição e da análise probabilística aplicada à amostra.

Os objetivos secundários visavam: I - Mapear as instâncias e os agentes decisores; II – Conhecer os sentidos e as formas da participação no processo de gestão; III - Identificar os condicionantes e determinantes da participação; IV – Caracterizar as formas de participação; V – Verificar as dimensões da participação; VI – Compreender a dimensão política e a dinâmica de poder da instituição; VII – Constatar limitações gerais da participação e condições para sua superação.

De modo geral, os objetivos secundários, embora sejam muitos, foram alcançados ao longo do trabalho, alguns de forma mais explícita que outros. O mapeamento das instâncias e dos agentes foi realizado. Os sentidos e as formas da participação no processo de gestão foram evidenciados por meio da demonstração de sua dimensão política, na força de atuação e da capacidade de influência nos resultados, porém foi verificado que esses aspectos ainda são módicos na dinâmica do CONSUP, pois apesar dos respondentes se perceberem participativos e influentes, conforme declarado no questionário, percebe uma contradição com a prática registrada nas Atas.

Assim, é importante observar como é concebida a gestão democrática, a autonomia e a participação por parte dos respondentes. Pois, a maioria se percebe relativamente atuante e influenciador das decisões e caracterizam sua participação tanto pela expressão verbal e discussão de ideias como pela oferta de ideias, análise das situações e comprometimento com as ações necessárias. Entretanto, metade dos respondentes concorda, concorda parcialmente ou é indiferente com relação à proposição que limita sua participação ao voto, o que representa certa coerência com a atuação registrada nas reuniões.

Como condicionantes e determinantes da participação pode-se observar a falta de espaço adequado para realização das reuniões, o caráter hierárquico da distribuição da autoridade no âmbito institucional, pautas muito extensas e técnicas, considerando que em seis reuniões ordinárias foram apreciadas 96 proposições, ou seja, uma média de 16 por reunião e que cada uma se apresenta na forma de processo (conjunto de documentos) encaminhado aos conselheiros por meio eletrônico, em forma digitalizada e com qualidade nem sempre adequada. Ademais, para a maioria dos conselheiros há necessidade de realizar deslocamento de algumas horas para chegar à cidade da reunião, devido ao caráter multicampi da instituição.

Ao caracterizar as formas de participação, observa-se que a forma que predomina é a do tipo “presença”, pois como já observado, embora a maioria tenha caracterizado sua participação tanto pela expressão verbal e discussão

de ideias como pela oferta de ideias, análise das situações e comprometimento com as ações necessárias, ficou evidenciada na análise documental que essa percepção não se confirma dessa forma.

Outro aspecto que corrobora com essa análise, é a falta de unanimidade dos respondentes quanto à proposição que trata sobre a percepção a cerca da atuação e da participação ativa dos demais conselheiros. Ademais, considerando que participação é vivência social comprometida com o coletivo e que os respondentes indicaram não realizar reunião com sua categoria nem antes nem depois das reuniões do conselho, observa-se que a concepção de participação dos respondentes é pouco participativa.

Sobre as dimensões da participação, de acordo com Lück (2013b), têm-se a dimensão política, pedagógica e técnica. A dimensão política se refere ao sentido de poder das pessoas, onde a participação se efetiva por meio da partilha de poder, que no conselho pode ser representada pelo voto e possibilidade dos membros influenciarem nas decisões. A dimensão pedagógica da participação consiste em perceber a prática da participação como processo formativo e como oportunidade de desenvolver o sentido de corresponsabilidade dos participantes. A dimensão técnica refere-se à competência técnica para realizar a vontade política.

Portanto, para haver uma participação efetiva é necessário que os gestores estimulem a participação, considerando essas três dimensões. Considerando o contexto do IFFar, percebe-se que a dimensão política carece de estímulo e essa percepção tem respaldo na manifestação dos respondentes às questões abertas, na terceira questão, que demandava sugestões para estimular a participação. Também se observa que a dimensão pedagógica carece de atenção e de estímulos.

A dimensão política e a dinâmica de poder da instituição ficam evidenciadas pelo Colegiado de Campus (consultivo), pelo CODIR (consultivo) e pelo CONSUP (consultivo e deliberativo), que são fontes de poder formal. Essas fontes de poder são materializadas por meio dos regulamentos institucionais, que se caracterizam como recursos de poder baseados na

legitimidade. Entretanto, também existem as fontes informais que também influenciam as dinâmicas institucionais, mas isso demandaria um estudo mais específico e aprofundado.

Dentre as limitações gerais da participação e as condições para sua superação, verificou-se, a partir das sugestões dos respondentes para estimular a participação, que estão relacionadas à conscientização de sua importância; à necessidade de formação política; a práticas de comunicação, de transparência e de publicização mais eficientes; à necessidade de maior interação da instituição com a comunidade externa; à organização e apresentação de pautas de forma mais objetiva e agradável.

Os resultados apresentados são limitados às informações registradas nas atas, às informações colhidas por meio do questionário numa amostra específica e a análise desenvolvida sobre esses dados, com subsídio no quadro teórico que orientou essa pesquisa, porém esses resultados são importantes e podem contribuir para auxiliar aos gestores a reverem a operacionalização da gestão democrática na instituição e buscarem estimular a participação de forma que a comunidade institucional se reconheça enquanto sujeito político e se corresponsabilize com os objetivos institucionais.

Durante o desenvolvimento da pesquisa percebeu-se novos problemas relativos a fragilidades nas normativas que regulamentam a atuação no CONSUP, a certa confusão na condução da reunião ao colocar em apreciação e em votação os pareceres das Câmaras em lugar das proposições, a que se referem esses pareceres, à apresentação de emendas sem a devida formalização e publicização, além de problemas de ordem textual, documental e processual relativos à forma de apresentação das proposições, o que demandaria um estudo específico.

Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para
(Cazuza)

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Por fim, apresentam-se algumas considerações, pois a temática é ampla e complexa para apresentar considerações finais e ou conclusões. Esta pesquisa tinha como questão de partida compreender como é operacionalizada e percebida a gestão democrática no IFFar e como objetivo geral analisar os mecanismos de operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar as concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

A partir do referencial teórico e da análise dos dados pesquisados observou-se que, apesar de a instituição possuir mecanismo de operacionalização da gestão democrática por meio de instância colegiada, constituída por representantes dos diversos segmentos institucionais, na prática, a gestão democrática não ocorre na plenitude de seu conceito, ou seja, por meio da participação consciente, comprometida e reivindicativa.

A análise dos resultados demonstrou a validade da premissa de pesquisa, que sugeria que as dinâmicas político-administrativas no âmbito institucional tendem a ocorrer por meio da participação passiva dos agentes. Esse resultado pode ser relacionado a pouca experiência dos brasileiros com o fazer democrático, embora os agentes percebam-se como atuantes nos processos decisórios. Considerando que, para haver uma condição democrática, tão importante quanto votar ou deixar votar é a forma como isso acontece.

A compreensão da pouca experiência dos brasileiros com o fazer democrático perpassa pela observação das condições históricas do Brasil: mais de 300 anos de regime colonial, quase 400 anos de regime escravagista e tradição autoritária nas relações sociopolítico-econômicas. As condições históricas do país evidenciam que a educação e a política por muito tempo foram restritas às elites e que a educação brasileira sempre esteve vinculada aos interesses da ideologia dominante.

O autoritarismo é uma herança histórica brasileira. Pois, o ambiente político do Brasil, ao longo de sua história, esteve submetido a regimes autoritários e somente foi experimentar o regime democrático no século XX, e em períodos fragmentados devido à instabilidade política. Porém, “temos o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o estado, tendemos a não perceber que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político” (Chauí, 2004, p. 90).

Decorrente desse pensamento, no âmbito educacional, temos a valorização e manutenção do *status quo* em detrimento, muitas vezes, da educação para a liberdade, a consciência crítica e a cidadania responsável. Entretanto, cabe observar que, desde a redemocratização, os princípios democráticos e os mecanismos de participação têm sido fortalecidos e no âmbito educacional, a gestão democrática foi incorporada como princípio basilar dos processos educativos, conforme art. 206 da Constituição Federal de 1988.

A perspectiva democrática no ambiente educacional contribuiu para uma mudança no paradigma de gestão, por meio da promoção da participação e da humanização dos processos. O conceito de gestão surgiu com o propósito de superar a forma mecanicista que envolve as antigas administrações escolares, apresentando uma nova maneira de trabalhar aos gestores em prol da cidadania e de forma coletiva, repensando e transformando os processos educacionais, vendo a escola como um espaço democrático.

O IFFar é uma unidade social, uma organização do tipo educativa, e possui a gestão democrática como valor institucional. A gestão da organização educacional, por meio da gestão democrática, é um importante espaço político que evidencia a dimensão política da organização e das relações de poder ali existentes. A compreensão dessa dinâmica é importante para qualificar os processos de tomada de decisão e para orientar a formação de cidadãos mais humanos, conscientes e comprometidos com sua atuação na sociedade para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

A gestão democrática pressupõe partilha de poder e requer participação. Porém, observou-se que há falta de participação, apesar de haver mecanismos formais para sua efetivação. Vivemos em uma democracia ainda jovem e de promoção da participação democrática e da corresponsabilidade. Entretanto, as condições históricas do país ainda são um limitador evidente por meio de gerações educadas em contexto de repressão, ou seja, produto da educação ou de profissionais que atuam conforme a pedagogia do não participar.

A organização educativa é um lugar de convivência social onde todos aprendem, onde se inicia a socialização entre as pessoas, e cabe aos gestores estimularem a participação, considerando as três dimensões propostas por Lück (2013b): política, pedagógica e técnica. A organização precisa perceber a comunidade educacional como sujeitos do processo, especialmente o aluno, com vista a aproveitar a oportunidade de promover uma educação verdadeiramente emancipadora.

Diante do exposto, os gestores do IFFar devem atentar para a promoção da participação, por meio de processos socioeducativos nas dimensões política, pedagógica e técnica, com vista à efetivação da gestão democrática. A participação da comunidade educacional fortalece a organização por meio da corresponsabilização dos agentes. O empoderamento da comunidade educacional contribui para a defesa e consecução dos objetivos educacionais da organização.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bernoux, P. (2005). *Sociologia das Organizações*. Porto: R.E.S. Ed. LDA.
- Bobbio, N., Matteuci, N. & Pasquino, G. (2010). *Dicionário de política*. 13. ed. Brasília: UNB.
- Bochniak, R. (2010). Interdisciplinaridade. In C. Quadros, *Enfoques de Pesquisa em Educação* (pp. 9 – 10). Santa Maria. NTE/UFSM/UAB.
- Cândido, A. (1967). O Significado de “Raízes do Brasil”. In S. B. de Holanda, *Raízes do Brasil* (pp. 9 – 21). 26. ed. – São Paulo: Companhia das Letras.
- Cerquier - Manzini, M. L. (2010). *O Que É Cidadania - Col. Primeiros Passos - 250*. 4. ed. – São Paulo: Brasiliense.
- Chauí, M. de S. (2004). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Charlot, B. (2007). Educação e globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. *Sísifo/Revista de Ciências da Educação*, nº 4, 129-136.
- Cortela, M. S. (2018). Prefácio. In C. Barros Filho, V. Mosé, E. La Roque, O. Giacoia Junior. *Política: Nós também não sabemos fazer* (7 – 11). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cunha, M., Rego, A., Cunha, R., Cabral-Cardoso, C. (2007). *Organizações e Comportamento Organizacional: Metáforas, profecias e realidade*. In M. Cunha, A. Rego, R. Cunha, & C. Cabral-Cardoso (orgs). *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão* (pp. 37-50). Lisboa: Editora RH.
- Demo, P. (2012). *Ciência rebelde: para continuar aprendendo, cumpre desestruturar-se*. São Paulo: Atlas.

- Drabach, N. P. (2016). A trajetória de construção do princípio da gestão democrática na legislação educacional brasileira. *Revista Transmutare*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 275-292.
- Faoro, R. (2008). *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. 4ª ed. – São Paulo: Globo.
- Fausto, B. (2006). *História concisa do Brasil / 2. ed.* São Paulo: EDUSP.
- Fausto, B. (2010). *Historia do Brasil / 13. ed.* São Paulo: EDUSP.
- Fernandes, F. C. M. (2009). *Gestão dos Institutos Federais: O desafio do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. *Holos*, Ano 25, Vol. 2. Acedido a 28 de setembro de 2018, disponível em <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/267>
- Fontana, H. (2012). *Fundamentos Filosóficos, Políticos e Sociais da Gestão Educacional*. Santa Maria: UFSM.
- Fontoura, J. S. D. A., & Amaral, J. C. S. R. (2014). A gestão dos institutos federais e a Lei nº 11.892/08: A prática de gestão de uma nova institucionalidade. Pôster apresentado no Salão UFRGS 2014 – Conhecimento, Formação e Inovação. Acedido a 23 de setembro de 2018, disponível em https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/113909/Poster_37232.pdf?sequence=2
- Foucault, M. (2008). *Microfísica do poder / 26. ed.* São Paulo: Graal.
- Freyre, G. (2006). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. Ver. – São Paulo: Global.
- Freire, P. (2018). *Educação como Prática da Liberdade – 42. ed.* – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- Furtado, C. (2007). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

- Galeano, E. (1987). *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Galvão, C. F. & Meffe, C. (2010). *Democracia: do conceito à prática; da representação à participação* – São Paulo: Editora Claridade.
- Gentili, A. M. (2010). Colonialismo. In N. Bobbio, N. Matteuci, & G. Pasquino (org.), *Dicionário de política* (pp. 181 – 186). 13. ed. Brasília: UNB.
- Ghiraldelli Junior, P. (2007). *Filosofia e história da educação brasileira / 1. ed.* Barueri, SP: Manole.
- Gomes, A. V. A. (2015). *Gestão Democrática no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024*. In *Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas*. Acedido a 26 de setembro de 2018, disponível em <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/21659>
- Gutierrez, G. L. & Catani, A. M. (2013). *A Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades*. In N. S. C. Ferreira, *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. (org.), - 8. ed. - São Paulo: Cortez.
- Hermann, J. (2007). *Cenário do encontro de povos: a construção do território*. In IBGE - Centro de Documentação e Disseminação de Informações (org.), *Brasil: 500 anos de povoamento* (pp. 17 – 33). Rio de Janeiro: IBGE.
- Holanda, S. B. de. (1995). *Raízes do Brasil*. 26. ed. – São Paulo: Companhia das Letras.
- Lakatos, E. M. (2013). *Sociologia da Administração*. 1. ed. 10. reimpr. - São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. de A. (2017). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 8. ed. - São Paulo: Atlas.

- Levi, L. (2010). Legitimidade. In N. Bobbio, N. Matteuci, & G. Pasquino (org.), *Dicionário de política* (pp. 675 – 679). 13. ed. Brasília: UNB.
- Libâneo, J. C. (2007). Concepções e práticas de organização e gestão da escola: considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual no Brasil. *Revista Española de Educación Comparada*, Madrid, España. Año 2007, Número 13. Edición monográfica: Administración y gestión de los centros escolares: panorámica internacional.
- Libâneo, J.C. (2015). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. ed. Rev. e ampl. - São Paulo: Heccus Editora.
- Lück, H. (2015). *Gestão Educacional - Uma Gestão Paradigmática - Vol. I - Série Cadernos de Gestão*. 12. ed. Petrópolis: Vozes.
- Lück, H. (2013a). *Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional - Vol. II - Série Cadernos de Gestão*. 9. ed. Petrópolis: Vozes.
- Lück, H. (2013b). *Gestão Participativa na Escola - Vol. III - Série Cadernos de Gestão*. 11. ed. Petrópolis: Vozes.
- Maar, W. L. (1994). *O Que É Política - Col. Primeiros Passos - 54*. 16. ed. 31ª reimp. - São Paulo: Brasiliense.
- Machado, A. (1995). *Antología poética*. Madrid: Alianza.
- Marques, V. R. B. (2006). *História da educação*. Curitiba: IESDE.
- Pacheco, E. (2011). *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. In E. Pacheco (org.), *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (pp. 13 – 32). São Paulo: Fundação Santillana.
- Pacheco, E., Vidor, A., Rezende, C., & Caldas, L. (2011). *Institutos Federais: Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – Comentários e reflexões*. In E. Pacheco (org.),

Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica (pp. 47 – 113). São Paulo: Fundação Santillana.

Pacheco, J. A., & Seabra, F. (2010). Globalização e Educação - Contributos para a Compreensão da relação entre Escola e Mercado de Trabalho. In A. Estrela *et al* (Org.), A Escola e o mundo do trabalho. Atas do XVII Colóquio AFIRSE. Lisboa: Universidade de Lisboa. Acedido a 16 de setembro de 2018, disponível em <http://www.afirse.com/archives/cd2/Ateli%C3%AAs/S%C3%A1bado/Ateli%C3%AA%201/Pacheco%20&%20Seabra.pdf>

Paro, V. H. (2016). Gestão democrática da escola pública. 4 ed. - São Paulo: Cortez.

Pastori, G. (2010). Administração Pública. In N. Bobbio, N. Matteuci, & G. Pasquino (org.), Dicionário de política (pp. 10 – 17). 13. ed. Brasília: UNB.

Peixoto, E. M., & Mendonça, E. F. (2009). A gestão democrática da educação nas instituições federais de educação profissional e tecnológica (1909-2008). Acedido a 30 de setembro de 2018, disponível em http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/91.pdf

Piletti, N. (2006). História da educação no Brasil. 7ª ed. - São Paulo: Ática.

Prado Junior, C. (2012). Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras.

Quadros, C. (2010). Enfoques de Pesquisa em Educação. Santa Maria. NTE/UFSM/UAB.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1995). Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva.

Ribeiro, D. (2015). O povo brasileiro: a formação do sentido do Brasil. 3ª ed. – São Paulo: Global.

- Sander, B. (2007). *Administração da educação no Brasil: genealogia do conhecimento* / Brasília, DF: Líber Livro.
- Silva, T. T. (1994). A Nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In P. A. A. Gentili & T. T. Silva, *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis: Vozes.
- Silva, K. V. (2017). *Dicionário de conceitos históricos*. 3. ed., 6ª reimpressão – São Paulo: Contexto.
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso - da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.
- Stoppino, M. (2010). Autoridade/Autoritarismo. In N. Bobbio, N. Matteuci, & G. Pasquino (org.), *Dicionário de política* (pp. 88 – 104). 13. ed. Brasília: UNB.
- Weber, M. (2011). *Ciência e Política. Duas Vocações*. 18. ed. – São Paulo: Cultrix.
- Weffort, F. C (2018). Educação e política: Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. In *Educação como Prática da Liberdade* (pp. 7 – 39) – 42. ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- Xavier, M. E. S. P., Ribeiro, M. L., & Noronha, O. M. (1994). *História da educação: A escola no Brasil*. São Paulo: FDT.

6.1. NORMATIVOS LEGAIS E OUTROS DOCUMENTOS

Atas CONSUP – Reuniões 2017. IF Farroupilha. Santa Maria. Acedido a 17 de outubro de 2018, disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/conselho-superior/reuni%C3%B5es-do-consup#reuni%C3%B5es-2017>

Atas CONSUP – Reuniões 2018. IF Farroupilha. Santa Maria. Acedido a 17 de outubro de 2018, disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/conselho-superior/reuni%C3%B5es-do-consup#reuni%C3%B5es-2018>

Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Presidência da República. Brasília. Acedido a 08 de julho de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.html

Decreto nº. 7.566/1909, de 23 de setembro. Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Câmara dos Deputados. Brasília. Acedido a 16 de setembro de 2018, disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>

Decreto nº 4.877/2003, de 13 de novembro. Disciplina o processo de escolha de dirigentes no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais. Acedido a 16 de setembro de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4877.htm

Documentos institucionais - Carta de Serviços ao Cidadão IF Farroupilha. IF Farroupilha. Santa Maria. Acedido a 17 de julho de 2018, disponível em <http://iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>

Emenda Constitucional nº 95/2016, de 15 de dezembro. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Presidência da República. Brasília. Acedido a 08 de outubro de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

Estatuto Institucional - 2009. IF Farroupilha. Santa Maria. Acedido a 17 de agosto de 2018, disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>

Expansão da Rede Federal. Ministério da Educação. Brasília. Acedido a 17 de setembro de 2018, disponível em <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

Histórico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. RFEPCT. Ministério da Educação. Brasília. Acedido a 17 de setembro de 2018, disponível em <http://redefederal.mec.gov.br/historico>

Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Brasília. Acedido a 08 de julho de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm

Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Presidência da República. Brasília. Acedido a 06 de julho de 2018, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892>.

Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República. Brasília. Acedido a

26 de setembro de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20112014/2014/lei/l13005.htm

Manual de publicação da APA/American Psychological Association (2012). Tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Maria Lucia Tiellet Nunes. – 6ª ed. – Porto Alegre: Penso.

Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT. Ministério da Educação. Brasília. Acedido a 17 de setembro de 2018, disponível em <http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>.

Nossas Unidades - Mapa de abrangência do IF Farroupilha. IF Farroupilha. Santa Maria. Acedido a 17 de julho de 2018, disponível em <http://www.iffarroupilha.edu.br/unidades-iffarroupilha>.

Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 - 2018. IF Farroupilha. Santa Maria. Acedido a 16 de julho de 2018, disponível em http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2015324151055989pdi_14_18pdf.pdf

Portaria nº 1.291/2013, de 30 de dezembro. Estabelece as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. Ministério da Educação. Brasília. Acedido a 21 de setembro de 2018, disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf/file>

Portaria nº 1484/2018, de 25 de outubro. Reconstitui o Conselho Superior. IF Farroupilha. Santa Maria.

Relatório de acompanhamento do PDI 2014/2018. IF Farroupilha. Santa Maria. Acedido a 10 de outubro de 2018, disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>

Resolução CONSUP nº 83/2014, de 05 de novembro. Estatuto Institucional. IF Farroupilha. Santa Maria. Acedido a 17 de agosto de 2018, disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>

Resolução CONSUP nº 7/2016, de 26 de fevereiro. Regulamenta os Programas Especiais para Qualificação no IFFar. IF Farroupilha. Santa Maria. Acedido a 17 de julho de 2018, disponível em https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf

Resolução CONSUP nº 022/2016, de 24 de maio. Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha. IF Farroupilha. Santa Maria. Acedido a 17 de agosto de 2018, disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>

Resolução nº 466/2012, de 12 de dezembro. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde. Brasília. Acedido a 17 de setembro de 2018, disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>

ANEXOS

Anexo I – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E DOCENTES POR UNIDADE



INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE PESSOAS

EMITIDO EM 17/10/2018 16:29

TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E DOCENTES POR UNIDADE

Mês: Junho

Ano: 2014

Departamento	Docentes	Técnicos Administrativos	Total
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	380	373	753
REITORIA	8	24	32
CAMPUS ALEGRETE	63	64	127
CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL	76	85	161
CAMPUS SANTA ROSA	41	39	80
CAMPUS JULIO DE CASTILHOS	59	44	103
CAMPUS SANTO AUGUSTO	48	41	89
CAMPUS PANAMBI	34	34	68
CAMPUS SÃO BORJA	39	28	67
CAMPUS JAGUARI	12	12	24
CAMPUS SANTO ANGELO	0	2	2
CAMPUS AVANÇADO URUGUAIANA	0	0	0
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN	0	0	0
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO SA	0	0	0
TOTAL GERAL	380	373	753



SIGGP | Diretoria de Tecnologia da Informação - (55) 3218 9800 | Copyright © 2007-2018 - UFRN - SRVJBoss02.inst2



Consultas Funcionais

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE PESSOAS

EMITIDO EM 27/07/2018 16:24

TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E DOCENTES POR UNIDADE

Mês: Junho

Ano: 2018

Departamento	Docentes	Técnicos Administrativos	Total
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	826	662	1488
REITORIA	37	96	133
CAMPUS ALEGRETE	116	84	200
CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL	126	98	224
CAMPUS SANTA ROSA	75	55	130
CAMPUS JULIO DE CASTILHOS	81	56	137
CAMPUS SANTO AUGUSTO	73	51	124
CAMPUS PANAMBI	72	55	127
CAMPUS SÃO BORJA	71	51	122
CAMPUS JAGUARI	36	35	71
CAMPUS SANTO ANGELO	59	37	96
CAMPUS AVANÇADO URUGUAIANA	20	12	32
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN	59	32	91
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO SA	1	0	1
TOTAL GERAL	826	662	1488

SIGGP | Diretoria de Tecnologia da Informação - (55) 3218 9800 | Copyright © 2007-2018 - UFRN - SRVJBoss02.inst2

Anexo II – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa - IFFar

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



PARECER DO COLEGIADO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

Pesquisador: sirlei lopes vidal

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 98629018.0.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.971.164

Apresentação do Projeto:

O projeto está bem apresentado e descrito.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo é condizente com a proposta do projeto.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Estão bem apresentados, está claro os riscos e benefícios ao longo do projeto TCLE

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante e esta bem apresentada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O termos estão bem apresentados deixando claro os riscos e a pertinência da pesquisa.

Recomendações:

O projeto está bem apresentado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto pode ser aceito, porém é relevante adicionar o questionário que será realizado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

Continuação do Parecer: 2.971.164

O CEP acata o parecer do relator

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1218190.pdf	15/09/2018 00:58:01		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_IFFar_.pdf	15/09/2018 00:57:37	sirlei lopes vidal	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_SIRLEI_ME_AOE_PB.docx	13/09/2018 02:05:33	sirlei lopes vidal	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_PB_assinada.pdf	11/09/2018 12:35:34	sirlei lopes vidal	Aceito

Situação do

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 19 de Outubro de 2018

**Assinado por:
Raquel Lunardi
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Esmeralda, 355
Bairro: CAMOBI **CEP:** 97.110-767
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3217-0352 **E-mail:** cep@iffarroupilha.edu.br

Anexo III – Requerimento e Autorização para realização da pesquisa

A Sua Magnificência a Senhora
CARLA COMERLATO JARDIM
REITORA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar

REQUERIMENTO

Com base no disposto no art. 2º, art. 5º, II, art. 8º no Anexo I da Resolução CONSUP nº 7, de 26 de fevereiro de 2016, que regulamenta os Programas Especiais para Qualificação no IF Farroupilha, que condiciona a participação no Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais aos Servidores do IFFar à realização de pesquisas sobre a instituição, apresento requerimento de carta de anuência para realização de pesquisa acadêmico-científica e uso de dados coletados para a produção de artigos técnicos e científicos, bem como da dissertação de mestrado resultante desta pesquisa.

A pesquisa está vinculada ao curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Administração de Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, sob minha responsabilidade e com a orientação da Professora Doutora Paula Romão, conforme folha de rosto para apresentação ao Comitê de Ética em Pesquisa.

O título preliminar da pesquisa é *Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional*, cujo objetivo é compreender os mecanismos de operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar as concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

A coleta de dados será realizada pela pesquisadora responsável, por meio da aplicação de questionário eletrônico direcionado aos membros do CONSUP, no período de 29 de outubro a 05 de novembro de 2018.

Santa Maria, 22 de outubro de 2018.

De acordo.
Autorizo a realização
da pesquisa e recomendo
que seja assegurado o
anonimato dos(as) respon-
dentes.

Carla Comerlato Jardim
Reitora
Instituto Federal Farroupilha - RS
23/10/18

Sirlei Lopes Vidal
Sirlei Lopes Vidal

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

Pesquisador: sirlei lopes vidal

Versão: 1

CAAE: 98629018.0.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 110262/2018

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional que tem como pesquisador responsável sirlei lopes vidal, foi recebido para análise ética no CEP Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha em 17/09/2018 às 14:17.

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

UF: RS

Município: SANTA MARIA

CEP: 97.110-767

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@ffarroupilha.edu.br

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário encaminhado para validação



Instituto Politécnico do Porto
Escola Superior de Educação
Mestrado em Educação
Administração de Organizações Educativas



Caro (a) participante,

Este questionário constitui um instrumento importante para o desenvolvimento da pesquisa que objetiva conhecer a opinião dos diferentes segmentos da comunidade educacional do Instituto Federal Farroupilha - IFFar sobre os mecanismos de operacionalização da gestão democrática na instituição e sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

A pesquisa se utiliza da técnica de observação direta extensiva, por meio da aplicação de questionário aos membros do Conselho Superior – CONSUP do IFFar, com vista ao recolhimento de dados para a elaboração da dissertação intitulada **Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional** a ser submetida ao curso de Mestrado em Educação: Administração de Organizações Educativas da Escola Superior de Educação-ESE, do Instituto Politécnico do Porto-IPP, por meio do Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais – PIIQPPE do IFFar.

O acompanhamento dos procedimentos será realizado pela estudante de mestrado, Sirlei Lopes Vidal, sob a orientação da Professora Doutora Paula Romão, vinculada à ESE-IPP. O tempo médio para preencher o questionário é de 30 minutos. Não há respostas certas ou erradas. Não é obrigatório responder a todas as perguntas, inclusive, sua participação nesta pesquisa é voluntária e espontânea. Você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, as informações fornecidas por você serão analisadas de forma global e terão privacidade garantida pela pesquisadora responsável. Você não terá despesas e nem será remunerado pela participação na pesquisa. O preenchimento deste questionário não lhe representará qualquer risco ou possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, bem como participar desta pesquisa não lhe trará benefícios e ou vantagens diretas. Os benefícios indiretos de sua participação são relativos à ampliação do conhecimento sobre o tema abordado e os resultados poderão contribuir para reformular práticas de organização e gestão da instituição, com vista a assegurar condições e meios para realização de uma educação emancipadora.

A técnica de recolhimento de dados – questionário - foi escolhida devido à economia de tempo e viagens, e por possibilitar grande número de dados, com maior número de pessoas simultaneamente, em uma área geográfica mais ampla, com maior liberdade nas respostas devido ao anonimato.

O universo da pesquisa será delimitado aos membros do CONSUP, devido à impossibilidade de aplicação de questionário a toda comunidade educacional por questões logísticas e temporais, a amostra será limitada aos membros do CONSUP, que em sua constituição possui representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar, do tipo probabilística estratificada, cujos resultados obtidos poderão representar, com certo grau de certeza, toda a população.

Sua contribuição é extremamente relevante para o desenvolvimento desse estudo. Por favor, responda com sinceridade, baseando-se em sua experiência.

Pesquisa sobre Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS REPRESENTANTES ELEITOS - DISCENTES

I - Caracterização do respondente.

A. Faixa etária:

- 16 a 25 anos 26 a 35 anos 36 a 45 anos 46 a 55 anos Acima de 55 anos

B. Gênero:

- Feminino Masculino

C. Qual é a sua cor ou raça?

- Amarela Afrodescendente Branca Indígena Parda Preta Não quero declarar

D. Seu nível de escolaridade?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Fundamental | <input type="checkbox"/> Médio (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Médio | <input type="checkbox"/> Técnico (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Técnico | <input type="checkbox"/> Tecnólogo (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Tecnólogo | <input type="checkbox"/> Licenciatura (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Licenciatura | <input type="checkbox"/> Bacharelado (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Bacharelado | <input type="checkbox"/> Especialização (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Especialização | <input type="checkbox"/> Mestrado (incompleto) |

E. Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Não estudou | <input type="checkbox"/> Não sei |
| <input type="checkbox"/> Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental | <input type="checkbox"/> Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio | <input type="checkbox"/> Ensino Técnico |
| <input type="checkbox"/> Ensino Superior | <input type="checkbox"/> Especialização |
| <input type="checkbox"/> Mestrado | <input type="checkbox"/> Doutorado |

F. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Não estudou | <input type="checkbox"/> Não sei |
| <input type="checkbox"/> Da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental | <input type="checkbox"/> Da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio | <input type="checkbox"/> Ensino Técnico |
| <input type="checkbox"/> Ensino Superior | <input type="checkbox"/> Especialização |
| <input type="checkbox"/> Mestrado | <input type="checkbox"/> Doutorado |

G. Qual a sua renda mensal familiar *per capita*, aproximadamente?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Nenhuma renda. | <input type="checkbox"/> De R\$ 500,00 a R\$1.000,00. |
| <input type="checkbox"/> De R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00. | <input type="checkbox"/> De R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00. |
| <input type="checkbox"/> De R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00. | <input type="checkbox"/> Mais de R\$ 4.000,00. |

H. Há quantos anos você estuda no IFFar:

- 1 a 2 anos 3 a 4 anos 5 a 6 anos 7 a 8 anos há 9 anos ou mais

I. Quantos anos de experiência você possui como conselheiro no IFFar?

- Este é meu primeiro ano 1-2 anos
 2-3 anos 3-4 anos
 Mais de 4 anos

Pesquisa sobre Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

II - Responda baseando-se em sua experiência e de acordo com as opções abaixo:						
		1 – Discordo	2 - Discordo parcialmente	3 – Indiferente	4 - Concordo parcialmente	5 – Concordo
Nº	Questão	1	2	3	4	5
Aspectos organizacionais, planejamento e administrativos						
1	Conheço o Organograma e o Regimento Institucional.					
2	Tenho clareza sobre principais atribuições de cada setor e sobre as responsabilidades e competências dos membros da equipe gestora.					
3	O planejamento é elaborado com a participação efetiva da comunidade educacional.					
4	Tenho conhecimento sobre montante de verbas e a forma de efetivação das despesas.					
5	A instituição desenvolve de forma sistemática a difusão de informações para a comunidade educacional.					
Direção e gestão da instituição						
6	A hierarquia é rígida.					
7	Os pais/responsáveis e alunos têm a possibilidade de discutir as dificuldades e de participar das iniciativas para a solução dos problemas.					
8	A sistemática de tomada de decisão ocorre por meio de práticas autoritárias.					
9	A sistemática de tomada de decisão ocorre de forma pré-definida pelos dirigentes e legitimada nas instâncias colegiadas.					
10	O modelo de gestão desenvolvido na instituição é democrático.					
Conselho Superior - CONSUP						
11	O modo de composição do Conselho Superior atende satisfatoriamente aos diversos segmentos da instituição.					
12	O Conselho Superior é importante para a democratização das decisões.					
13	O perfil democrático da instituição me motivou a ser membro do conselho.					
14	O perfil autoritário da instituição me motivou a ser membro do conselho.					
15	A possibilidade de influenciar nos processos de tomada de decisões me motivou a ser membro do conselho.					
16	Fui motivado por meus colegas a ser membro do conselho.					
17	Fui convidado/motivado por servidor/gestor da unidade a ser membro do conselho.					
18	Fui pressionado por servidor/gestor da unidade a ser membro do conselho.					
19	Domino o disposto no Regulamento do CONSUP e no Regimento Institucional.					
20	Tenho consciência do meu papel enquanto conselheiro e da responsabilidade que isso representa.					
21	Busco tomar conhecimento das principais normativas e documentos institucionais para atuar efetivamente.					
22	As informações apresentadas nas proposições são suficientes para participar efetivamente nas votações do conselho.					
23	Sinto-me motivado a participar das reuniões.					
24	Estudo com antecedência as matérias em pauta.					
25	Compartilho sistematicamente as questões em discussão no Conselho com minha categoria (meus colegas).					
26	O gestor de minha unidade realiza reunião prévia com os representantes no conselho para orientar o encaminhamento da pauta.					
27	Sinto-me comprometido com minha categoria e responsável pelo desenvolvimento da instituição.					

28	Vou para a reunião sem ter revisado as matérias em pauta.								
29	Acho confusa a forma de condução das reuniões.								
30	Tenho liberdade para expor minhas ideias em plenário.								
31	Sinto-me confortável para manifestar discordância e apontar inadequações nas proposições apresentadas.								
32	Tenho medo de me manifestar e ser repreendido por pessoas de grau hierárquico superior.								
33	Sou atuante e influencio nas decisões tomadas.								
34	Sinto-me pressionado a aprovar proposições.								
35	Às vezes, voto sem ter clareza do que estou aprovando.								
36	Minha participação se caracteriza pela não manifestação, apenas voto.								
37	Minha participação se caracteriza pela expressão verbal e discussão de ideias.								
38	Minha participação se caracteriza pela oferta de ideias, análise das situações e comprometimento com as ações necessárias.								
39	Sinto-me em formação para ser cidadão autônomo.								
40	Os conselheiros são atuantes e participam ativamente nas decisões tomadas.								
41	Para você, como deve ser uma instituição democrática?								
<p>Utilize o espaço abaixo para comentários que julgar necessários:</p>									

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS REPRESENTANTES ELEITOS - SERVIDORES**I - Caracterização do respondente:**

A. Representante de qual segmento institucional:

 Técnico-administrativo Docente

B. Faixa etária:

 18 a 25 anos 26 a 35 anos 36 a 45 anos 46 a 55 anos Acima de 55 anos

C. Gênero:

 Feminino Masculino

D. Qual é a sua cor ou raça?

 Amarela Afrodescendente Branca Indígena Parda Preta Não quero declarar

E. Seu nível de escolaridade?

<input type="checkbox"/> Fundamental	
<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Médio (incompleto)
<input type="checkbox"/> Técnico	<input type="checkbox"/> Técnico (incompleto)
<input type="checkbox"/> Tecnólogo	<input type="checkbox"/> Tecnólogo (incompleto)
<input type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Licenciatura (incompleto)
<input type="checkbox"/> Bacharelado	<input type="checkbox"/> Bacharelado (incompleto)
<input type="checkbox"/> Especialização em Gestão Educacional	<input type="checkbox"/> Especialização em Gestão Educacional (incompleto)
<input type="checkbox"/> Especialização em outras áreas	<input type="checkbox"/> Especialização em outras áreas (incompleto)
<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Mestrado (incompleto)
<input type="checkbox"/> Doutorado	<input type="checkbox"/> Doutorado (incompleto)

F. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

<input type="checkbox"/> De R\$ 1.500,00 a R\$ 2.500,00.	<input type="checkbox"/> De R\$ 2.500,00 a R\$ 3.500,00.
<input type="checkbox"/> De R\$ 3.500,00 a R\$ 4.500,00.	<input type="checkbox"/> De R\$ 4.500,00 a R\$ 5.500,00.
<input type="checkbox"/> De R\$ 5.500,00 a R\$ 6.500,00.	<input type="checkbox"/> De R\$ 6.500,00 a R\$ 7.500,00.
<input type="checkbox"/> De R\$ 7.500,00 a R\$ 8.500,00.	<input type="checkbox"/> Mais de R\$ 8.500,00.

G. Há quantos anos você é servidor efetivo no IFFar?

 1 a 3 anos 4 a 6 anos 7 a 10 anos 11 a 14 anos há 15 anos ou mais

H. Quantos anos de experiência você possui como conselheiro no IFFar?

<input type="checkbox"/> Este é meu primeiro ano	<input type="checkbox"/> 1-2 anos
<input type="checkbox"/> 2-3 anos	<input type="checkbox"/> 3-4 anos
<input type="checkbox"/> Mais de 4 anos	

II - Responda baseando-se em sua experiência e de acordo com as opções abaixo:									
	1 – Discordo	2 - Discordo parcialmente	3 – Indiferente	4 - Concordo parcialmente	5 – Concordo				
Nº	Questão				1	2	3	4	5
Aspectos organizacionais, planejamento e administrativos									
1	Conheço o Organograma e o Regimento Institucional.								
2	Tenho clareza sobre principais atribuições de cada setor e sobre as responsabilidades e competências dos membros da equipe gestora.								
3	O planejamento é elaborado com a participação efetiva da comunidade educacional.								
4	Tenho conhecimento sobre montante de verbas e a forma de efetivação das despesas.								
5	Tenho conhecimento sobre os trâmites e procedimentos administrativos/normativos para a execução das atividades.								
6	Os trâmites e procedimentos administrativos/normativos para a execução das atividades são confusos ou omissos.								
7	O trabalho dos membros da equipe gestora ocorre de forma integrada.								
8	Há conflito/sobreposição/omissão de competência entre as dimensões da equipe gestora.								
9	A instituição desenvolve de forma sistemática a difusão de informações para a comunidade educacional.								
10	Há uma relação assimétrica de poder entre os servidores docentes e técnico-administrativos.								
Direção e gestão da instituição									
11	Os dirigentes possuem liderança efetiva na condução dos assuntos e atividades institucionais.								
12	A hierarquia é rígida.								
13	A descentralização do poder só serve para que ninguém seja responsável por nada.								
14	Há um ambiente que estimula e incentiva a autonomia e participação da comunidade educacional.								
15	Tenho autonomia para tomar decisões nas questões institucionais de minha competência.								
16	Tenho respaldo da gestão para a resolução de problemas de minha competência.								
17	Os diferentes segmentos da comunidade escolar são ouvidos e levados em consideração pela gestão.								
18	A sistemática de tomada de decisão ocorre por meio de práticas autoritárias.								
19	A sistemática de tomada de decisão ocorre de forma pré-definida pelos dirigentes e legitimada nas instâncias colegiadas.								
20	O modelo de gestão desenvolvido na instituição é democrático.								
Conselho Superior - CONSUP									
21	O modo de composição do Conselho Superior atende satisfatoriamente aos diversos segmentos da instituição.								
22	O Conselho Superior é importante para a democratização das decisões.								
23	O perfil democrático da instituição me motivou a ser membro do conselho.								
24	O perfil autoritário da instituição me motivou a ser membro do conselho.								
25	A possibilidade de influenciar nos processos de tomada de decisões me motivou a ser membro do conselho.								
26	Fui motivado por colegas de categoria a ser membro do conselho.								
27	Fui convidado/motivado por minha chefia/gestor da unidade a ser membro do conselho.								

28	Fui pressionado por minha chefia/gestor da unidade a ser membro do conselho.								
29	Domino o disposto no Regulamento do CONSUP e no Regimento Institucional.								
30	Tenho consciência do meu papel enquanto conselheiro e da responsabilidade que isso representa.								
31	Busco tomar conhecimento das principais normativas e documentos institucionais para atuar efetivamente.								
32	As informações apresentadas nas proposições são suficientes para participar efetivamente nas votações do conselho.								
33	Sinto-me motivado a participar das reuniões.								
34	Estudo com antecedência as matérias em pauta.								
35	Compartilho sistematicamente as questões em discussão no Conselho com minha categoria.								
36	Realizo reunião com minha categoria para pautar minha atuação em plenário.								
37	Sinto-me comprometido com minha categoria e responsável pelo desenvolvimento da instituição.								
38	Vou para a reunião sem ter revisado as matérias em pauta.								
39	Acho confusa a forma de condução das reuniões.								
40	Tenho liberdade para expor minhas ideias em plenário.								
41	Sinto-me confortável para manifestar discordância e apontar inadequações nas proposições apresentadas.								
42	Tenho medo de me manifestar e ser repreendido por pessoas de grau hierárquico superior.								
43	Sou atuante e influencio nas decisões tomadas.								
44	Sinto-me pressionado a aprovar proposições.								
45	Às vezes, voto sem ter clareza do que estou aprovando.								
46	Minha participação se caracteriza pela não manifestação, apenas voto.								
47	Minha participação se caracteriza pela expressão verbal e discussão de ideias.								
48	Minha participação se caracteriza pela oferta de ideias, análise das situações e comprometimento com as ações necessárias.								
49	Os conselheiros são atuantes e participam ativamente nas decisões tomadas.								
50	Os conselheiros apenas referendam e legitimam decisões pré-determinadas.								
Utilize o espaço abaixo para comentários que julgar necessários:									

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS MEMBROS DIRIGENTES**I - Caracterização do respondente:**

A. Representante de qual segmento institucional:

- Diretor(a) Geral Reitora Ex-reitor

B. Faixa etária:

- 20 a 25 anos 26 a 35 anos 36 a 45 anos 46 a 55 anos 56 a 65 anos Acima de 65 anos

C. Gênero:

- Feminino Masculino

D. Qual é a sua cor ou raça?

- Amarela Afrodescendente Branca Indígena Parda Preta Não quero declarar

E. Qual o nível mais elevado de educação formal que você concluiu?

- Graduação – Tecnólogo
 Graduação – Licenciatura
 Graduação – Bacharelado
 Especialização em Gestão Educacional
 Especialização em outras áreas
 Mestrado
 Doutorado

F. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

- De R\$ 7.500,00 a R\$ 9.000,00. De R\$ 9.000,00 a R\$ 11.500,00.
 De R\$ 11.500,00 a R\$ 13.000,00. De R\$ 13.500,00 a R\$ 15.000,00.
 De R\$ 15.500,00 a R\$ 17.000,00. De R\$ 17.000,00 a R\$ 18.500,00.
 De R\$ 18.500,00 a R\$ 20.000,00. Mais de R\$ 20.000,00.

G. Há quantos anos você é servidor efetivo no IFFar:

- 5 a 8 anos 9 a 12 anos 13 a 16 anos há 16 anos ou mais

H. Quantos anos de experiência você possui trabalhando como dirigente no IFFar?

- Este é meu primeiro ano 1-2 anos
 3-5 anos 6-10 anos
 Mais de 10 anos

I. Quantos anos de experiência você possui como dirigente no cargo atual?

- Este é meu primeiro ano 1-2 anos
 3-5 anos 6-10 anos
 Mais de 10 anos

J. Quantos anos de experiência você possui como dirigente?

- Este é meu primeiro ano 1-2 anos
 3-5 anos 6-10 anos
 11-15 anos Mais de 16 anos

Pesquisa sobre Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

II - Responda baseando-se em sua experiência e de acordo com as opções abaixo:						
		1 – Discordo	2 - Discordo parcialmente	3 – Indiferente	4 - Concordo parcialmente	5 – Concordo
Nº	Questão	1	2	3	4	5
Aspectos organizacionais, planejamento e administrativos						
1	Conheço o Organograma e o Regimento Institucional.					
2	Tenho clareza sobre principais atribuições de cada setor e sobre as responsabilidades e competências dos membros da equipe gestora.					
3	O planejamento é elaborado com a participação efetiva da comunidade educacional.					
4	Tenho conhecimento sobre montante de verbas e a forma de efetivação das despesas.					
5	Tenho conhecimento sobre os trâmites e procedimentos administrativos/normativos para a execução das atividades.					
6	Os trâmites e procedimentos administrativos/normativos para a execução das atividades são confusos ou omissos.					
7	O trabalho dos gestores das unidades ocorre de forma integrada.					
8	Há conflito/sobreposição/omissão de competência entre as dimensões da instituição.					
9	A instituição desenvolve de forma sistemática a difusão de informações para a comunidade educacional.					
10	Os pais são participativos na instituição.					
Direção e gestão da instituição						
11	A hierarquia é rígida.					
12	A descentralização do poder é importante para democratizar o processo de tomada de decisão.					
13	A descentralização do poder só serve para que ninguém seja responsável por nada.					
14	Há um ambiente de trabalho positivo, que estimula e incentiva a autonomia e participação da comunidade educacional.					
15	Os diferentes segmentos da comunidade escolar são ouvidos e levados em consideração pela gestão.					
16	A instituição utiliza estratégia para aumentar a participação da comunidade					
17	A sistemática de tomada de decisão ocorre por meio de práticas autoritárias.					
18	O modelo de gestão desenvolvido na instituição é democrático.					
Conselho Superior – CONSUP						
19	O modo de composição do Conselho Superior atende satisfatoriamente aos diversos segmentos da instituição.					
20	O Conselho Superior é importante para a democratização das decisões.					
21	Domino o disposto no Regulamento do CONSUP e no Regimento Institucional.					
22	Tenho consciência do meu papel enquanto conselheiro e da responsabilidade que isso representa.					
23	Busco tomar conhecimento das principais normativas e documentos institucionais para atuar efetivamente.					
24	As informações apresentadas nas proposições são suficientes para participar efetivamente nas votações do conselho.					
25	Estudo com antecedência as matérias em pauta.					
26	Realizo reunião com os representantes de minha unidade no conselho para orientar o encaminhamento da pauta.					
27	Vou para a reunião sem ter revisado integralmente as matérias em pauta.					

28	Acho confusa a forma de condução das reuniões.								
29	Sinto-me confortável para manifestar discordância e apontar inadequações nas proposições apresentadas.								
30	Tenho medo de me manifestar e ser repreendido por pessoas de grau hierárquico superior.								
31	Sou atuante e influencio nas decisões tomadas.								
32	Sinto-me pressionado a aprovar proposições.								
33	Às vezes, voto sem ter clareza do que estou aprovando.								
34	Minha participação se caracteriza pela não manifestação, apenas voto.								
35	Minha participação se caracteriza pela expressão verbal e discussão de ideias.								
36	Minha participação se caracteriza pela oferta de ideias, análise das situações e comprometimento com as ações necessárias.								
37	Os conselheiros são atuantes e participam ativamente nas decisões tomadas.								
38	Os conselheiros apenas referendam e legitimam decisões pré-determinadas.								
39	Para você, como deve ser uma instituição democrática?								
40	Quais instrumentos são/poderiam ser utilizados para estimular a participação da comunidade escolar?								
Utilize o espaço abaixo para comentários que julgar necessários:									

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS REPRESENTANTES INDICADOS**I - Caracterização do respondente:**

A. Representante de qual segmento:

- Egresso Sociedade civil organizada Representante do MEC

B. Faixa etária:

- 18 a 25 anos 26 a 35 anos 36 a 45 anos 46 a 55 anos 56 a 65 anos Acima de 65 anos

C. Gênero:

- Feminino Masculino

D. Qual é a sua cor ou raça?

- Amarela Afrodescendente Branca Indígena Parda Preta Não quero declarar

E. Qual o nível mais elevado de educação formal que você concluiu?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Fundamental | |
| <input type="checkbox"/> Médio | <input type="checkbox"/> Médio (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Técnico | <input type="checkbox"/> Técnico (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Tecnólogo | <input type="checkbox"/> Tecnólogo (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Licenciatura | <input type="checkbox"/> Licenciatura (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Bacharelado | <input type="checkbox"/> Bacharelado (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Especialização em Gestão Educacional | <input type="checkbox"/> Especialização em Gestão Educacional (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Especialização em outras áreas | <input type="checkbox"/> Especialização em outras áreas (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Mestrado | <input type="checkbox"/> Mestrado (incompleto) |
| <input type="checkbox"/> Doutorado | <input type="checkbox"/> Doutorado (incompleto) |

F. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> De R\$ 1.500,00 a R\$ 2.500,00. | <input type="checkbox"/> De R\$ 2.500,00 a R\$ 3.500,00. |
| <input type="checkbox"/> De R\$ 3.500,00 a R\$ 4.500,00. | <input type="checkbox"/> De R\$ 4.500,00 a R\$ 5.500,00. |
| <input type="checkbox"/> De R\$ 5.500,00 a R\$ 6.500,00. | <input type="checkbox"/> De R\$ 6.500,00 a R\$ 7.500,00. |
| <input type="checkbox"/> De R\$ 7.500,00 a R\$ 8.500,00. | <input type="checkbox"/> Mais de R\$ 8.500,00. |

H. Quantos anos de experiência você possui como conselheiro no IFFar?

- | | |
|--|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Este é meu primeiro ano | <input type="checkbox"/> 1-2 anos |
| <input type="checkbox"/> 2-3 anos | <input type="checkbox"/> 3-4 anos |
| <input type="checkbox"/> Mais de 4 anos | |

I. Quantos anos de experiência você possui como conselheiro em organizações?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Este é meu primeiro ano | <input type="checkbox"/> 1-2 anos |
| <input type="checkbox"/> 2-3 anos | <input type="checkbox"/> 3-4 anos |
| <input type="checkbox"/> 4-5 anos | <input type="checkbox"/> Mais de 5 anos |

II - Responda baseando-se em sua experiência e de acordo com as opções abaixo:						
		1 – Discordo	2 - Discordo parcialmente	3 – Indiferente	4 - Concordo parcialmente	5 – Concordo
Nº	Questão	1	2	3	4	5
Aspectos organizacionais, planejamento e administrativos						
1	Conheço o Organograma e o Regimento Institucional.					
2	Tenho clareza sobre principais atribuições de cada setor e sobre as responsabilidades e competências dos membros da equipe gestora.					
3	O planejamento é elaborado com a participação efetiva da comunidade educacional.					
4	Tenho conhecimento sobre montante de verbas e a forma de efetivação das despesas.					
5	A instituição desenvolve de forma sistemática a difusão de informações para a comunidade educacional.					
Direção e gestão da instituição						
6	A hierarquia é rígida.					
7	A descentralização do poder é importante para democratizar o processo de tomada de decisão.					
8	A descentralização do poder só serve para que ninguém seja responsável por nada.					
9	Há um ambiente de trabalho positivo, que estimula e incentiva a autonomia e participação da comunidade educacional.					
10	O modelo de gestão desenvolvido na instituição é democrático.					
Conselho Superior – CONSUP						
11	O modo de composição do Conselho Superior atende satisfatoriamente aos diversos segmentos da comunidade educacional.					
12	O Conselho Superior é importante para a democratização das decisões.					
13	Domino o disposto no Regulamento do CONSUP e no Regimento Institucional.					
14	Tenho consciência do meu papel enquanto conselheiro e da responsabilidade que isso representa.					
15	Busco tomar conhecimento das principais normativas e documentos institucionais para atuar efetivamente.					
16	As informações apresentadas nas proposições são suficientes para participar efetivamente nas votações do conselho.					
17	Estudo com antecedência as matérias em pauta.					
18	Sinto-me motivado a participar das reuniões.					
19	Vou para a reunião sem ter revisado integralmente as matérias em pauta.					
20	Acho confusa a forma de condução das reuniões.					
21	Sinto-me confortável para manifestar discordância e apontar inadequações nas proposições apresentadas.					
22	Tenho medo de me manifestar e ser repreendido por pessoas de grau hierárquico superior.					
23	Sou atuante e influencio nas decisões tomadas.					
24	Sinto-me pressionado a aprovar proposições.					
25	Às vezes, voto sem ter clareza do que estou aprovando.					
26	Minha participação se caracteriza pela não manifestação, apenas voto.					

Pesquisa sobre Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

27	Minha participação se caracteriza pela expressão verbal e discussão de ideias.						
28	Minha participação se caracteriza pela oferta de ideias, análise das situações e comprometimento com as ações necessárias.						
29	Os conselheiros são atuantes e participam ativamente nas decisões tomadas.						
30	Os conselheiros apenas referendam e legitimam decisões pré-determinadas.						
31	Quais instrumentos são/poderiam ser utilizados para estimular a participação da comunidade escolar?						
<p>Utilize o espaço abaixo para comentários que julgar necessários:</p>							

Apêndice B – Convite para validação do questionário



Instituto Politécnico do Porto
Escola Superior de Educação
Mestrado em Educação
Administração de Organizações Educativas



VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Prezado(a),

Agradeço a sua disponibilidade em participar no processo de validação deste questionário, etapa fundamental para garantir a validade dos dados a serem obtidos por este instrumento de coleta de dados para a pesquisa vinculada ao curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Administração de Organizações Educativas do Instituto Politécnico do Porto, que resultará na elaboração da dissertação *Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional*, sob a orientação da Professora Paula Romão da Escola Superior de Educação do IPP.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os mecanismos de operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar as concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão. Espera-se, por meio dos resultados obtidos, contribuir para reformular práticas de organização e gestão, com vista a assegurar condições e meios para realização de uma educação emancipadora. O estudo centra-se na temática da gestão educacional, gestão democrática, participação e processos democráticos.

O questionário está direcionado a quatro segmentos: discentes, servidores (técnicos e docentes), dirigentes e representantes indicados. Os itens devem ser analisados e os avaliados observando os seguintes indicadores:

- a) A relevância da proposição aos objetivos do estudo;
- b) A coerência das alternativas para o que se pergunta;
- c) Redação clara e inteligível.

Estou a sua disposição caso tenha qualquer dúvida ou consideração.

Sirlei Lopes Vidal
Mestranda

Apêndice C – Termo De Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de mestrado vinculada ao curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Administração de Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, intitulada **Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional**, tendo como objetivo compreender os mecanismos de operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar as concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

O acompanhamento dos procedimentos será realizado pela pesquisadora estudante de mestrado, Sirlei Lopes Vidal. As informações fornecidas por você terão privacidade garantida pela pesquisadora responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

O período para responder a pesquisa será previamente informado. O questionário será disponibilizado por meio de formulário eletrônico encaminhado via e-mail. O tempo médio para preencher o questionário é de 30 minutos.

Não há respostas certas ou erradas. Não é obrigatório responder a todas as perguntas, inclusive, sua participação nesta pesquisa é voluntária e espontânea. Você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Você não terá despesas e nem será remunerado (a) pela participação na pesquisa. Os riscos ou possibilidade de danos (à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual) ao preencher este questionário são mínimos e em caso de desconforto você pode se retirar da pesquisa.

Participar desta pesquisa não lhe trará benefícios e ou vantagens diretas. Os benefícios indiretos de sua participação são relativos à ampliação do conhecimento sobre o tema abordado e os resultados poderão contribuir para reformular práticas de organização e gestão da instituição, com vista a assegurar condições e meios para realização de uma educação emancipadora.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos, bem como da dissertação de mestrado resultante desta pesquisa.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o participante da pesquisa.

Pesquisadora: Sirlei Lopes Vidal

sirlei.vidal@iffarroupilha.edu.br

055 99620 4046

055 32192307

Rua Esmeralda, 430 - Faixa Nova - Camobi - CEP 97110-767 - Santa Maria - RS

Orientadora: Professora Doutora Paula Romão - ESE - Instituto Politécnico do Porto

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Rua Esmeralda, 430, Bairro Camobi, Santa Maria – RS

Fone/Fax: (55)3218 9850

e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521

Fone: (61)3315-5878/ 5879

e-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____

Apêndice D – Questionário aplicado_Servidores



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

* Questionário disponível para respostas no período de 29 de outubro a 05 de novembro de 2018.

Convite para participar de pesquisa

Caro (a) participante,

Este questionário constitui um instrumento importante para o desenvolvimento da pesquisa que objetiva conhecer a percepção dos diferentes segmentos da comunidade educacional do Instituto Federal Farroupilha - IFFar sobre os mecanismos de operacionalização da gestão democrática na instituição e sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

Conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, as informações fornecidas por você serão analisadas de forma global e terão privacidade garantida pela pesquisadora responsável.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFFar pelo Parecer nº 2.971.164.

Sua colaboração é muito importante!

PRÓXIMA  Página 1 de 4



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

*Obrigatório

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de mestrado vinculada ao curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Administração de Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, intitulada Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional, tendo como objetivo compreender os mecanismos de operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar as concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

O acompanhamento dos procedimentos será realizado pela pesquisadora estudante de mestrado, Sirlei Lopes Vidal. As informações fornecidas por você terão privacidade garantida pela pesquisadora responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. O período para responder a pesquisa será previamente informado. O questionário será disponibilizado por meio de formulário eletrônico encaminhado via e-mail. O tempo médio para preencher o questionário é de 30 minutos.

Não há respostas certas ou erradas. Não é obrigatório responder a todas as perguntas, inclusive, sua participação nesta pesquisa é voluntária e espontânea. Você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Você não terá despesas e nem será remunerado (a) pela participação na pesquisa. Os riscos ou possibilidade de danos (à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual) ao preencher este questionário são mínimos e em caso de desconforto você pode se retirar da pesquisa.

Participar desta pesquisa não lhe trará benefícios e ou vantagens diretas. Os benefícios indiretos de sua participação são relativos à ampliação do conhecimento sobre o tema abordado e os resultados poderão contribuir para reformular práticas de organização e gestão da instituição, com vista a assegurar condições e meios para realização de uma educação emancipadora.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos, bem como da dissertação de mestrado resultante desta pesquisa.

Contato

Pesquisadora: Sirlei Lopes Vidal
sirlei.vidal@iffarroupilha.edu.br 055 99620 4046 055 32192307
Rua Esmeralda, 430 - Faixa Nova - Camobi - CEP 97110-767 - Santa Maria - RS
Orientadora: Professora Doutora Paula Romão - ESE - Instituto Politécnico do Porto

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha
Rua Esmeralda, 430, Bairro Camobi, Santa Maria – RS
Fone/Fax: (55)3218 9850 e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br
CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521
Fone: (61)3315-5878/ 5879 e-mail: conep@saude.gov.br

Termo de Consentimento

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

*Deseja responder este questionário? **

Ao clicar RESPONDER você concorda com o termo. Obs.: Após marcar a opção NÃO RESPONDER e enviar não será mais possível alterar essa opção.

- Responder
- Não Responder

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 2 de 4



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

*Obrigatório

Caracterização do respondente

*Representante de qual categoria: **

- Técnico-Administrativo em Educação
- Docente

*Faixa etária: **

- 18 a 21 anos
- 22 a 25 anos
- 26 a 35 anos
- 36 a 45 anos
- 46 a 55 anos
- Acima de 55 anos

*Gênero: **

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não declarar
- Outro: _____

*Em relação à cor da pele, você se considera: **

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena
- Prefiro não declarar
- Outro: _____

*Qual seu nível de escolaridade? **

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Técnico
- Ensino Superior - Tecnólogo
- Ensino Superior - Bacharelado
- Ensino Superior - Licenciatura
- Especialização em Gestão Educacional
- Especialização em outras áreas
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

*Indique sua área de conhecimento. **

- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Biológicas
- Engenharia / Tecnologia
- Ciências da Saúde
- Ciências Agrárias
- Ciências Sociais
- Ciências Humanas
- Linguística, Letras e Artes
- Outro: _____

*Qual a sua renda mensal familiar per capita, aproximadamente? **

- De R\$ 1.500,00 a R\$ 2.500,00
- De R\$ 2.500,00 a R\$ 3.500,00
- De R\$ 3.500,00 a R\$ 4.500,00
- De R\$ 4.500,00 a R\$ 5.500,00
- De R\$ 5.500,00 a R\$ 7.000,00
- De R\$ 7.000,00 a R\$ 9.000,00
- Mais de R\$ 9000,00

Quando você ingressou no IEFar? *

- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
- 2016
- 2017
- 2018
- Outro: _____

Indique sua unidade de vinculação ao IEFar. *

- Campus Alegrete
- Campus Frederico Westphalen
- Campus Jaguari
- Campus Julio de Castilhos
- Campus Panambi
- Campus Santa Rosa
- Campus Santo Ângelo
- Campus Santo Augusto
- Campus São Borja
- Campus São Vicente do Sul
- Campus Avançado Uruguiana
- Reitoria

Quantos anos de experiência você possui como conselheiro no IEFar? *

- Este é meu primeiro ano
- 1 - 2 anos
- 2 - 3 anos
- 3 - 4 anos
- Mais de 4 anos

Participou/participa como conselheiro em outra organização ou possui atividade sindical? *

- Sim
- Não

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 3 de 4

Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

Questionário

Por favor, responda com sinceridade, baseando-se em sua experiência e considerando a seguinte escala:

- 1 - Concordo
- 2 - Concordo parcialmente
- 3 - Indiferente
- 4 - Discordo parcialmente
- 5 - Discordo

O modo de composição do Conselho Superior atende satisfatoriamente a representação dos diversos segmentos da instituição.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O Conselho Superior é importante para a democratização das decisões.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O perfil democrático da instituição me motivou a ser membro do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O perfil autoritário da instituição me motivou a ser membro do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A possibilidade de influenciar nos processos de tomada de decisões me motivou a ser membro do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fui motivado por colegas de categoria a ser membro do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fui convidado/motivado por minha chefia/gestor da unidade a ser membro do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fui pressionado por servidor/gestor da unidade a ser membro do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Conheço e disposto no Regulamento do CONSUPE e no Regimento Institucional.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Tenho consciência do meu papel enquanto conselheiro e da responsabilidade que isso representa.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Busco tomar conhecimento das principais normativas e documentos institucionais para atuar efetivamente.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As informações apresentadas nas proposições (projetos/matérias) são suficientes para participar efetivamente nas votações do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me motivado a participar das reuniões.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Estudo com antecedência as matérias em pauta.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Compartilho sistematicamente as questões em discussão no Conselho com minha categoria.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Realizo reunião com minha categoria para pautar minha atuação em plenário.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me comprometido com minha categoria e responsável pelo desenvolvimento da instituição.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Vou para a reunião sem ter revisado as matérias em pauta.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Acho confusa a forma de condução das reuniões.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Tenho liberdade para expor minhas ideias em plenário.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me confortável para manifestar discordância e apontar inadequações nas proposições apresentadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Tenho medo de me manifestar e ser repreendido por pessoas de grau hierárquico superior.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fui atuante e influencio nas decisões tomadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me pressionado a aprovar proposições.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Às vezes, voto sem ter clareza do que estou aprovando.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Minha participação se caracteriza pela não manifestação, apenas voto.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Minha participação se caracteriza pela expressão verbal e discussão de ideias.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Minha participação se caracteriza pela oferta de ideias, análise das situações e comprometimento com as ações necessárias.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os conselheiros são atuantes e participam ativamente nas decisões tomadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os conselheiros apenas referendam e legitimam decisões pré-determinadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Quais são os indicadores (sinais) que permitem afirmar que no IFFar são praticados os princípios de gestão democrática?

Sua resposta

Para você, como deve ser uma instituição democrática?

Sua resposta

Quais instrumentos são/poderiam ser utilizados para estimular a participação da comunidade institucional?

Sua resposta

Utilize o espaço abaixo para realizar comentários que julgar necessários.


Sua resposta

VOLTAR

ENVIAR

 Página 4 de 4

Apêndice E – Questionário aplicado_Discentes



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

* Questionário disponível para respostas no período de 29 de outubro a 05 de novembro de 2018.

Convide para participar de pesquisa

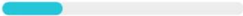
Caro (a) participante,

Este questionário constitui um instrumento importante para o desenvolvimento da pesquisa que objetiva conhecer a percepção dos diferentes segmentos da comunidade educacional do Instituto Federal Farroupilha - IFFar sobre os mecanismos de operacionalização da gestão democrática na instituição e sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

Conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, as informações fornecidas por você serão analisadas de forma global e terão privacidade garantida pela pesquisadora responsável.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFFar pelo Parecer nº 2.971.164.

Sua colaboração é muito importante!

PRÓXIMA  Página 1 de 4



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

*Obrigatório

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de mestrado vinculada ao curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Administração de Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, intitulada Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional, tendo como objetivo compreender os mecanismos de operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar as concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

O acompanhamento dos procedimentos será realizado pela pesquisadora estudante de mestrado, Sirlei Lopes Vidal. As informações fornecidas por você terão privacidade garantida pela pesquisadora responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. O período para responder a pesquisa será previamente informado. O questionário será disponibilizado por meio de formulário eletrônico encaminhado via e-mail. O tempo médio para preencher o questionário é de 30 minutos.

Não há respostas certas ou erradas. Não é obrigatório responder a todas as perguntas, inclusive, sua participação nesta pesquisa é voluntária e espontânea. Você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Você não terá despesas e nem será remunerado (a) pela participação na pesquisa. Os riscos ou possibilidade de danos (a dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual) ao preencher este questionário são mínimos e em caso de desconforto você pode se retirar da pesquisa.

Participar desta pesquisa não lhe trará benefícios e ou vantagens diretas. Os benefícios indiretos de sua participação são relativos à ampliação do conhecimento sobre o tema abordado e os resultados poderão contribuir para reformular práticas de organização e gestão da instituição, com vista a assegurar condições e meios para realização de uma educação emancipadora.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos, bem como da dissertação de mestrado resultante desta pesquisa.

Contato

Pesquisadora: Sirlei Lopes Vidal
sirlei.vidal@iffarroupilha.edu.br 055 99620 4046 055 32192307
Rua Esmeralda, 430 - Faixa Nova - Camobi - CEP 97110-767 - Santa Maria - RS
Orientadora: Professora Doutora Paula Romão - ESE - Instituto Politécnico do Porto

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha
Rua Esmeralda, 430, Bairro Camobi, Santa Maria – RS
Fone/Fax: (55)3218 9850 e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br
CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521
Fone: (61)3315-5878/ 5879 e-mail: conep@saude.gov.br

Termo de Consentimento

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

*Deseja responder este questionário? **

Ao clicar RESPONDER você concorda com o termo. Obs.: Após marcar a opção NÃO RESPONDER e enviar não será mais possível alterar essa opção.

- Responder
- Não responder

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 2 de 4



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

*Obrigatório

Caracterização do respondente

*Faixa etária: **

- 16 a 17 anos
- 18 a 21 anos
- 22 a 25 anos
- 26 a 35 anos
- 36 a 45 anos
- 46 a 55 anos
- Acima de 55 anos

*Gênero: **

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não declarar
- Outro: _____

*Em relação à cor da pele, você se considera: **

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena
- Prefiro não declarar
- Outro: _____

*Qual modalidade de ensino você está cursando? **

- Ensino Médio - Técnico Integrado
- Ensino Técnico Concomitante
- Ensino Técnico Subsequente
- Ensino Superior - Tecnologia
- Ensino Superior - Bacharelado
- Ensino Superior - Licenciatura
- Curso de pós-graduação lato sensu
- Curso de pós-graduação stricto sensu
- Outro: _____

*Indique sua área de conhecimento (para graduação ou pós-graduação). * Para o nível técnico, indique o eixo tecnológico ou curso no espaço "outro". **

- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Biológicas
- Engenharia / Tecnologia
- Ciências da Saúde
- Ciências Agrárias
- Ciências Sociais
- Ciências Humanas
- Linguística, Letras e Artes
- Outro: _____

*Qual a sua renda mensal familiar per capita, aproximadamente? **

- Nenhuma renda
- De R\$ 500,00 a R\$1.000,00
- De R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00
- De R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00
- De R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00
- Mais de R\$ 4.000,00
- Outro: _____

*Quando você ingressou no IFFar? **

- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
- 2016
- 2017
- 2018
- Outro: _____

*Indique sua unidade de vinculação ao IFFar. **

- Campus Alegrete
- Campus Frederico Westphalen
- Campus Jaguari
- Campus Julio de Castilhos
- Campus Panambi
- Campus Santa Rosa
- Campus Santo Ângelo
- Campus Santo Augusto
- Campus São Borja
- Campus São Vicente do Sul
- Campus Avançado Uruguaiana

*Quantos anos de experiência você possui como conselheiro no IFFar? **

- Este é meu primeiro ano
- 1 - 2 anos
- 2 - 3 anos
- 3 - 4 anos
- Mais de 4 anos

*Participou/participa como conselheiro em outra organização? **

- Sim
- Não

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 3 de 4



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

Questionário

Por favor, responda com sinceridade, baseando-se em sua experiência e considerando a seguinte escala:

- 1 - Concordo
- 2 - Concordo parcialmente
- 3 - Indiferente
- 4 - Discordo parcialmente
- 5 - Discordo

○ modo de composição do Conselho Superior atende satisfatoriamente a representação dos diversos segmentos da instituição.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

○ Conselho Superior é importante para a democratização das decisões.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

○ perfil democrático da instituição me motivou a ser membro do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

○ perfil autoritário da instituição me motivou a ser membro do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

○ A possibilidade de influenciar nos processos de tomada de decisões me motivou a ser membro do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

○ Fui motivado por meus colegas a ser membro do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fui convidado/motivado por servidor/gestor da unidade a ser membro do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fui pressionado por servidor/gestor da unidade a ser membro do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Conheço o disposto no Regulamento do CCNSFUP e no Regimento Institucional.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Tenho consciência do meu papel enquanto conselheiro e da responsabilidade que isso representa.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Busco tomar conhecimento das principais normativas e documentos institucionais para atuar efetivamente.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As informações apresentadas nas proposições são suficientes para participar efetivamente nas votações do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Finto-me motivado a participar das reuniões.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Estudo com antecedência as matérias em pauta.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Compartilho sistematicamente as questões (pauta) em discussão no Conselho com minha categoria (meus colegas).

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O gestor de minha unidade realiza reunião prévia com os representantes no conselho para orientar o encaminhamento da pauta.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me comprometido com minha categoria e responsável pelo desenvolvimento da instituição.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Vou para a reunião sem ter revisado as matérias em pauta.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Acho confusa a forma de condução das reuniões.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Tenho liberdade para expor minhas ideias em plenário.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me confortável para manifestar discordância e apontar inadequações nas proposições apresentadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Tenho medo de me manifestar e ser repreendido por pessoas de grau hierárquico superior.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sou atuante e influencio nas decisões tomadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me pressionado a aprovar as proposições (projetos/matérias).

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Às vezes, voto sem ter clareza do que estou aprovando.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Minha participação se caracteriza pela não manifestação, apenas voto.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Minha participação se caracteriza pela expressão verbal e discussão de ideias, além do voto.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Minha participação se caracteriza pela oferta de ideias, análise das situações e comprometimento com as ações necessárias.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me em formação para ser um cidadão autônomo.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os conselheiros são atuantes e participam ativamente nas decisões tomadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Quais são os indicadores (sinais) que permitem afirmar que no IFFar são praticados os princípios de gestão democrática?

Sua resposta

Para você, como deve ser uma instituição democrática?

Sua resposta

Quais instrumentos são/poderiam ser utilizados para estimular a participação da comunidade institucional?

Sua resposta

Utilize o espaço abaixo para realizar comentários que julgar necessários.


Sua resposta

VOLTAR

ENVIAR

Página 4 de 4

Apêndice F – Questionário aplicado_Dirigentes



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

* Questionário disponível para respostas no período de 29 de outubro a 05 de novembro de 2018.

Convite para participar de pesquisa

Caro (a) participante,

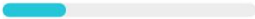
Este questionário constitui um instrumento importante para o desenvolvimento da pesquisa que objetiva conhecer a percepção dos diferentes segmentos da comunidade educacional do Instituto Federal Farroupilha - IFFar sobre os mecanismos de operacionalização da gestão democrática na instituição e sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

Conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, as informações fornecidas por você serão analisadas de forma global e terão privacidade garantida pela pesquisadora responsável.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFFar pelo Parecer nº 2.971.164.

Sua colaboração é muito importante!

PRÓXIMA

 Página 1 de 4



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

*Obrigatório

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de mestrado vinculada ao curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Administração de Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, intitulada Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional, tendo como objetivo compreender os mecanismos de operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar as concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

O acompanhamento dos procedimentos será realizado pela pesquisadora estudante de mestrado, Sirlei Lopes Vidal. As informações fornecidas por você terão privacidade garantida pela pesquisadora responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. O período para responder a pesquisa será previamente informado. O questionário será disponibilizado por meio de formulário eletrônico encaminhado via e-mail. O tempo médio para preencher o questionário é de 30 minutos.

Não há respostas certas ou erradas. Não é obrigatório responder a todas as perguntas, inclusive, sua participação nesta pesquisa é voluntária e espontânea. Você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Você não terá despesas e nem será remunerado (a) pela participação na pesquisa. Os riscos ou possibilidade de danos (à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual) ao preencher este questionário são mínimos e em caso de desconforto você pode se retirar da pesquisa.

Participar desta pesquisa não lhe trará benefícios e ou vantagens diretas. Os benefícios indiretos de sua participação são relativos à ampliação do conhecimento sobre o tema abordado e os resultados poderão contribuir para reformular práticas de organização e gestão da instituição, com vista a assegurar condições e meios para realização de uma educação emancipadora.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos, bem como da dissertação de mestrado resultante desta pesquisa.

Contato

Pesquisadora: Sirlei Lopes Vidal
sirlei.vidal@iffarroupilha.edu.br 055 99620 4046 055 32192307
Rua Esmeralda, 430 - Faixa Nova - Camobi - CEP 97110-767 - Santa Maria - RS
Orientadora: Professora Doutora Paula Romão - ESE - Instituto Politécnico do Porto

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha
Rua Esmeralda, 430, Bairro Camobi, Santa Maria – RS
Fone/Fax: (55)3218 9850 e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br
CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521
Fone: (61)3315-5878/ 5879 e-mail: conep@saude.gov.br

Termo de Consentimento

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

*Deseja responder este questionário? **

Ao clicar RESPONDER você concorda com o termo. Obs.: Após marcar a opção NÃO RESPONDER e enviar não será mais possível alterar essa opção.

- Responder
- Não Responder

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 2 de 4



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

*Obrigatório

Caracterização do respondente

*Representante de qual categoria: **

- Diretor(a) Geral
- Reitora
- Ex-reitor

*Faixa etária: **

- 18 a 21 anos
- 22 a 25 anos
- 26 a 35 anos
- 36 a 45 anos
- 46 a 55 anos
- Acima de 55 anos

*Gênero: **

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não declarar
- Outro: _____

*Em relação à cor da pele, você se considera: **

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena
- Prefiro não declarar
- Outro: _____

*Qual seu nível de escolaridade? **

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Técnico
- Ensino Superior - Tecnólogo
- Ensino Superior - Bacharelado
- Ensino Superior - Licenciatura
- Especialização em Gestão Educacional
- Especialização em outras áreas
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

*Indique sua área de conhecimento. **

- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Biológicas
- Engenharia / Tecnologia
- Ciências da Saúde
- Ciências Agrárias
- Ciências Sociais
- Ciências Humanas
- Linguística, Letras e Artes
- Outro: _____

*Qual a sua renda mensal familiar per capita, aproximadamente? **

- De R\$ 5.500,00 a R\$ 7.500,00
- De R\$ 7.500,00 a R\$ 10.000,00
- De R\$ 10.000,00 a R\$ 12.500,00
- De R\$ 12.500,00 a R\$ 15.000,00
- De R\$ 15.000,00 a R\$ 17.500,00
- Mais de R\$ 17.500,00

*Quando você ingressou no IFEF? **

- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
- 2016
- 2017
- 2018
- Outro: _____

*Indique sua unidade de vinculação ao IFFar. **

- Campus Alegrete
- Campus Frederico Westphalen
- Campus Jaguari
- Campus Julio de Castilhos
- Campus Panambi
- Campus Santa Rosa
- Campus Santo Ângelo
- Campus Santo Augusto
- Campus São Borja
- Campus São Vicente do Sul
- Campus Avançado Uruguaiana
- Reitoria

*Quantos anos de experiência você possui como dirigente no IFFar? **

- Este é meu primeiro ano
- 1 - 2 anos
- 2 - 3 anos
- 3 - 5 anos
- Mais de 5 anos

*Quantos anos de experiência você possui como dirigente no cargo atual? **

- Este é meu primeiro ano
- 1 - 2 anos
- 2 - 4 anos
- 4 - 6 anos
- Mais de 6 anos

*Quantos anos de experiência você possui como dirigente (fora do IFFar)? **

- 1 - 2 anos
- 2 - 5 anos
- 5 - 8 anos
- Mais de 8 anos

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 3 de 4

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

Questionário

Por favor, responda com sinceridade, baseando-se em sua experiência e considerando a seguinte escala:

- 1 - Concordo
- 2 - Concordo parcialmente
- 3 - Indiferente
- 4 - Discordo parcialmente
- 5 - Discordo

O modo de composição do Conselho Superior atende satisfatoriamente a representação dos diversos segmentos da instituição.

1 2 3 4 5

O Conselho Superior é importante para a democratização das decisões.

1 2 3 4 5

Conheço o disposto no Regulamento do COA/SE/UP e no Regimento Institucional.

1 2 3 4 5

Tenho consciência do meu papel enquanto conselheiro e da responsabilidade que isso representa.

1 2 3 4 5

Busco tomar conhecimento das principais normativas e documentos institucionais para atuar efetivamente.

1 2 3 4 5

As informações apresentadas nas proposições (projetos/matérias) são suficientes para participar efetivamente nas votações do conselho.

1 2 3 4 5

Estudo com antecedência as matérias em pauta.

1 2 3 4 5

Realizo reunião com os representantes de minha unidade no conselho para orientar o encaminhamento da pauta.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Vou para a reunião sem ter revisado as matérias em pauta.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Acho confusa a forma de condução das reuniões.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me confortável para manifestar discordância e apontar inadequações nas proposições apresentadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Terho medo de me manifestar e ser repreendido por pessoas de grau hierárquico superior.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sou atuante e influencio nas decisões tomadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me pressionado a aprovar proposições.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Às vezes, voto sem ter clareza do que estou aprovando.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Minha participação se caracteriza pela não manifestação, apenas voto.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Minha participação se caracteriza pela expressão verbal e discussão de ideias.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Minha participação se caracteriza pela oferta de ideias, análise das situações e comprometimento com as ações necessárias.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os conselheiros são atuantes e participam ativamente nas decisões tomadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os conselheiros apenas referendam e legitimam decisões pré-determinadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Quais são os indicadores (sinais) que permitem afirmar que no IFFar são praticados os princípios de gestão democrática?

Sua resposta

Para você, como deve ser uma instituição democrática?

Sua resposta

Quais instrumentos são/poderiam ser utilizados para estimular a participação da comunidade institucional?

Sua resposta

Utilize o espaço abaixo para realizar comentários que julgar necessários.

Sua resposta

VOLTAR

ENVIAR

Página 4 de 4

Apêndice G – Questionário aplicado_Externos



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

* Questionário disponível para respostas no período de 29 de outubro a 05 de novembro de 2018.

Convite para participar de pesquisa

Caro (a) participante,

Este questionário constitui um instrumento importante para o desenvolvimento da pesquisa que objetiva conhecer a percepção dos diferentes segmentos da comunidade educacional do Instituto Federal Farroupilha - IFFar sobre os mecanismos de operacionalização da gestão democrática na instituição e sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

Conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, as informações fornecidas por você serão analisadas de forma global e terão privacidade garantida pela pesquisadora responsável.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFFar pelo Parecer nº 2.971.164.

Sua colaboração é muito importante!

PRÓXIMA

Página 1 de 4



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

*Obrigatório

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de mestrado vinculada ao curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Administração de Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, intitulada Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional, tendo como objetivo compreender os mecanismos de operacionalização da gestão democrática no IFFar e identificar as concepções da comunidade educacional sobre a dinâmica dos processos e instâncias de tomada de decisão.

O acompanhamento dos procedimentos será realizado pela pesquisadora estudante de mestrado, Sirlei Lopes Vidal. As informações fornecidas por você terão privacidade garantida pela pesquisadora responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. O período para responder a pesquisa será previamente informado. O questionário será disponibilizado por meio de formulário eletrônico encaminhado via e-mail. O tempo médio para preencher o questionário é de 30 minutos.

Não há respostas certas ou erradas. Não é obrigatório responder a todas as perguntas, inclusive, sua participação nesta pesquisa é voluntária e espontânea. Você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Você não terá despesas e nem será remunerado (a) pela participação na pesquisa. Os riscos ou possibilidade de danos (à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual) ao preencher este questionário são mínimos e em caso de desconforto você pode se retirar da pesquisa.

Participar desta pesquisa não lhe trará benefícios e ou vantagens diretas. Os benefícios indiretos de sua participação são relativos à ampliação do conhecimento sobre o tema abordado e os resultados poderão contribuir para reformular práticas de organização e gestão da instituição, com vista a assegurar condições e meios para realização de uma educação emancipadora.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos, bem como da dissertação de mestrado resultante desta pesquisa.

Contato

Pesquisadora: Sirlei Lopes Vidal
sirlei_vidal@iffarroupilha.edu.br 055 99620 4046 055 32192307
Rua Esmeralda, 430 - Faixa Nova - Camobi - CEP 97110-767 - Santa Maria - RS
Orientadora: Professora Doutora Paula Romão - ESE - Instituto Politécnico do Porto

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha
Rua Esmeralda, 430, Bairro Camobi, Santa Maria – RS
Fone/Fax: (55)3218 9850 e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br
CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521
Fone: (61)3315-5878/ 5879 e-mail: conep@saude.gov.br

Termo de Consentimento

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

*Desja responder este questionário? **

Ao clicar RESPONDER você concorda com o termo. Obs.: Após marcar a opção NÃO RESPONDER e enviar não será mais possível alterar essa opção.

- Responder
- Não Responder

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 2 de 4



*Gestão Democrática: Concepções e processos
no cotidiano da organização educacional*

*Obrigatório

Caracterização do respondente

*Representante de qual categoria: **

- Egresso
- Sociedade civil organizada
- Representante do MEC

*Faixa etária: **

- 18 a 21 anos
- 22 a 25 anos
- 26 a 35 anos
- 36 a 45 anos
- 46 a 55 anos
- Acima de 55 anos

*Gênero: **

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não declarar
- Outro: _____

*Em relação à cor da pele, você se considera: **

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena
- Prefiro não declarar
- Outro: _____

*Qual seu nível de escolaridade? **

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Técnico
- Ensino Superior - Tecnólogo
- Ensino Superior - Bacharelado
- Ensino Superior - Licenciatura
- Especialização em Gestão Educacional
- Especialização em outras áreas
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

*Indique sua área de conhecimento. **

- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Biológicas
- Engenharia / Tecnologia
- Ciências da Saúde
- Ciências Agrárias
- Ciências Sociais
- Ciências Humanas
- Linguística, Letras e Artes
- Outro: _____

*Qual a sua renda mensal familiar per capita, aproximadamente? **

- Até R\$ 1.500,00
- De R\$ 1.500,00 a R\$ 2.500,00
- De R\$ 2.500,00 a R\$ 3.500,00
- De R\$ 3.500,00 a R\$ 4.500,00
- De R\$ 4.500,00 a R\$ 6.000,00
- De R\$ 6.000,00 a R\$ 7.500,00
- Mais de R\$ 7.500,00

*Quantos anos de experiência você possui como conselheiro no IEFar? **

- Este é meu primeiro ano
- 1 - 2 anos
- 2 - 3 anos
- 3 - 4 anos
- Mais de 4 anos

*Quantos anos de experiência você possui como conselheiro em organizações? **

- Este é meu primeiro ano
- 1 - 2 anos
- 2 - 4 anos
- 4 - 6 anos
- Mais de 6 anos

*Quantos anos de experiência você possui como dirigente (fora do IEFar)? **

- 1 - 2 anos
- 2 - 5 anos
- 5 - 8 anos
- Mais de 8 anos

VOLTAR

PRÓXIMA



Página 3 de 4



Gestão Democrática: Concepções e processos no cotidiano da organização educacional

Questionário

Por favor, responda com sinceridade, baseando-se em sua experiência e considerando a seguinte escala:

- 1 - Concordo
- 2 - Concordo parcialmente
- 3 - Indiferente
- 4 - Discordo parcialmente
- 5 - Discordo

O modo de composição do Conselho Superior atende satisfatoriamente a representação dos diversos segmentos da instituição.

1 2 3 4 5

O Conselho Superior é importante para a democratização das decisões.

1 2 3 4 5

Conheço o disposto no Regulamento do CCNE/UP e no Regimento Institucional.

1 2 3 4 5

Tenho consciência do meu papel enquanto conselheiro e da responsabilidade que isso representa.

1 2 3 4 5

Busco tomar conhecimento das principais normativas e documentos institucionais para atuar efetivamente.

1 2 3 4 5

As informações apresentadas nas proposições (projetos/matérias) são suficientes para participar efetivamente nas votações do conselho.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Estudo com antecedência as matérias em pauta.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me motivado a participar das reuniões.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Vou para a reunião sem ter revisado as matérias em pauta.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Encho confusa a forma de condução das reuniões.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me confortável para manifestar discordância e apontar inadequações nas proposições apresentadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Tenho medo de me manifestar e ser repreendido por pessoas de grau hierárquico superior.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sou atuante e influencio nas decisões tomadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me pressionado a aprovar proposições.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Às vezes, voto sem ter clareza do que estou aprovando.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Minha participação se caracteriza pela não manifestação, apenas voto.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Minha participação se caracteriza pela expressão verbal e discussão de ideias, além do voto.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Minha participação se caracteriza pela oferta de ideias, análise das situações e comprometimento com as ações necessárias.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os conselheiros são atuantes e participam ativamente nas decisões tomadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os conselheiros apenas referendam e legitimam decisões pré-determinadas.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Quais são os indicadores (sinais) que permitem afirmar que no DEFEF são praticados os princípios de gestão democrática?

Sua resposta

Para você, como deve ser uma instituição democrática?

Sua resposta

Quais instrumentos são/poderiam ser utilizados para estimular a participação da comunidade institucional?

Sua resposta

Utilize o espaço abaixo para realizar comentários que julgar necessários:

Sua resposta

VOLTAR

ENVIAR

Página 4 de 4

Apêndice H – Presença, Manifestação, Intervenção e Proposições da 3ª/2017 a 3ª/2018 Reunião Ordinária do CONSUP

Tabela H1			Presença por segmento									
Ano	Reunião Ordinária	Data	Reitora	Ex-Reitores	Diretores Gerais	Docentes	TAEs	Discentes	MEC	Egressos	Sociedade Civil	Total
2017	3ª	22/08	1/1	0/2	10/10	9/10	10/11	7/10	0/1	2/2	3/11	42/58
	4ª	30/10	1/1	0/2	10/10	6/10	8/11	6/10	0/1	2/2	4/11	37/58
	5ª	13/12	1/1	0/2	10/10	8/10	7/11	4/10	0/1	1/2	4/11	35/58
2018	1ª	27/03	1/1	0/2	10/10	7/10	11/11	5/10	0/1	1/2	1/11	36/58
	2ª	25/06	1/1	0/2	10/10	8/10	8/11	2/10	0/1	0/2	4/11	34/58
	3ª	08/08	1/1	0/2	10/10	5/10	10/11	1/10	0/1	1/2	0/11	28/58
Percentual de presença			100%	0%	100%	71%	81%	41%	0%	58%	24%	60%

Tabela H2		Presença por unidade institucional										
Ano	Reunião Ordinária	AL	FW	JA	JC	PB	SR	SAN	SA	SB/URU	SVS	RT
2017	3ª	3/5	4/5	5/5	4/5	4/5	4/5	3/5	3/5	4/5	4/5	1/2
	4ª	5/5	3/5	3/5	4/5	3/5	2/5	4/5	2/5	3/5	4/5	1/2
	5ª	3/5	3/5	2/5	4/5	3/5	2/5	3/5	5/5	3/5	4/5	1/2
2018	1ª	4/5	4/5	3/5	3/5	4/5	3/5	3/5	3/5	3/5	3/5	1/2
	2ª	4/5	2/5	2/5	3/5	4/5	4/5	4/5	3/5	3/5	4/5	0/2
	3ª	2/5	3/5	1/5	3/5	3/5	4/5	2/5	2/5	3/5	2/5	1/2
Percentual de presença		70%	63%	53%	70%	70%	63%	63%	60%	63%	70%	41%

Tabela H3		Representação em reuniões ordinárias por unidade institucional									
Segmento	AL	FW	JÁ	JC	PB	SR	SAN	SA	SB/URU	SVS	RT
Diretores Gerais	6/6	6/6	6/6	6/6	6/6	6/6	6/6	6/6	6/6	6/6	-
Docentes	4/6	4/6	1/6	6/6	5/6	4/6	5/6	4/6	6/6	4/6	-
TAEs	6/6	5/6	5/6	5/6	6/6	4/6	5/6	3/6	4/6	6/6	5/6
Discentes	3/6	3/6	3/6	3/6	0/6	5/6	3/6	1/6	2/6	2/6	-
Sociedade Civil	2/6	1/6	1/6	1/6	4/6	0/6	0/6	4/6	1/6	2/6	0/6

Tabela H4		Manifestação por segmento									
Ano	Reunião Ordinária	Reitora	Ex-Reitores	Diretores Gerais	Docentes	TAEs	Discentes	MEC	Egressos	Sociedade Civil	Total
2017	3ª	1/1	0/0	6/10	6/9	5/10	3/7	0/0	1/2	0/3	22/42
	4ª	1/1	0/0	7/10	3/6	4/8	1/6	0/0	0/2	1/4	17/37
	5ª	1/1	0/0	8/10	3/8	1/7	0/4	0/0	0/1	0/4	13/35
2018	1ª	1/1	0/0	7/10	3/7	3/11	0/5	0/0	0/1	0/1	14/36
	2ª	1/1	0/0	10/10	3/8	1/8	0/2	0/0	0/0	2/4	17/34
	3ª	1/1	0/0	7/10	3/5	2/10	1/1	0/0	0/1	0/0	14/28
Manifestação		100%	0%	75%	49%	29%	20%	0%	14%	25%	46%

Tabela H5		Manifestação por unidade institucional										
Ano	Reunião Ordinária	AL	FW	JA	JC	PB	SR	SAN	SA	SB/URU	SVS	RT
2017	3ª	2/3	1/4	2/5	3/4	0/4	2/4	1/3	2/3	3/4	3/4	1/1
	4ª	3/5	0/3	1/3	1/4	2/3	1/2	1/4	2/2	1/3	2/4	1/1
	5ª	2/3	2/3	0/2	1/4	2/3	1/2	1/3	1/5	1/3	1/4	1/1
2018	1ª	1/4	2/4	1/3	0/4	2/4	0/3	2/3	1/3	2/3	1/3	1/1
	2ª	3/4	1/2	1/2	1/3	3/4	2/4	1/4	1/3	1/3	2/4	0/0
	3ª	1/2	0/3	1/1	2/3	1/3	3/4	1/2	1/2	1/3	1/2	1/1
Manifestação/presentes		57%	31%	37%	36%	47%	47%	37%	39%	42%	47%	100%
Manifestação/representantes		40%	20%	20%	26%	30%	30%	23%	23%	26%	33%	41%

Tabela H6		Manifestação em reuniões ordinárias por unidade e segmento										
Segmento	AL	FW	JÁ	JC	PB	SR	SAN	SA	SB/URU	SVS	RT	
Diretores Gerais	5/6	3/6	4/6	4/6	5/6	4/6	6/6	6/6	3/6	5/6	-	
Docentes	4/6	2/6	1/6	2/6	1/6	3/6	0/6	2/6	4/6	2/6	-	
TAEs	1/6	0/6	1/6	2/6	3/6	0/6	1/6	0/6	0/6	2/6	5/6	
Discentes	0/6	0/6	0/6	0/6	0/6	2/6	0/6	0/6	2/6	1/6	-	
Sociedade Civil	2/6	1/6	0/6	0/6	1/6	0/6	0/6	0/6	0/6	0/6	0/6	

Tabela H7		Intervenções por segmento									
Ano	Reunião Ordinária	Reitora	Ex-Reitores	Diretores Gerais	Docentes	TAEs	Discentes	MEC	Egressos	Sociedade Civil	Total
2017	3ª	24	0	15	10	9	5	0	1	0	64
	4ª	31	0	18	11	11	1	0	0	1	73
	5ª	24	0	16	5	4	0	0	0	0	49
2018	1ª	33	0	39	7	3	0	0	0	0	82
	2ª	26	0	35	3	5	0	0	0	2	71
	3ª	24	0	27	8	14	1	0	0	0	74
Total		162	0	150	44	46	7	0	1	3	413
Média		27	0	25	7,3	7,6	1	0	0	0,5	68,8

Tabela H8		Intervenções por unidade institucional										
Ano	Reunião Ordinária	AL	FW	JA	JC	PB	SR	SAN	SA	SB/URU	SVS	RT
2017	3ª	6	1	2	7	0	2	2	2	9	7	1
	4ª	7	0	1	3	6	2	2	6	1	9	5
	5ª	2	3	0	2	3	2	3	2	3	2	4
2018	1ª	1	6	3	0	4	0	17	13	4	1	1
	2ª	3	2	7	1	9	5	7	5	3	5	0
	3ª	2	0	4	3	3	8	4	7	1	2	13
Total		21	12	17	16	25	20	35	35	21	26	24
Média		3,5	2	2,8	2,6	4	3,3	5,8	5,8	3,5	4,3	4

Tabela H9	Intervenções em reuniões ordinárias por unidade e segmento										
Segmento	AL	FW	JA	JC	PB	SR	SAN	SA	SB/URU	SVS	RT
Diretores Gerais	8	7	15	11	14	11	34	33	5	12	-
Docentes	8	4	1	3	1	7	0	2	12	6	-
TAEs	3	0	1	2	8	0	1	0	0	7	24
Discentes	0	0	0	0	0	2	0	0	4	1	-
Sociedade Civil	2	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0

Tabela H10	Manifestações por segmento - 3ª Reunião Ordinária 2017										
Tipo de manifestação	Reitora	Ex-Reitores	Diretores Gerais	Docentes	TAEs	Discentes	MEC	Egressos	Sociedade Civil	Total	
Encaminha/Apresenta	8	0	7	0	0	0	0	0	0	15	
Questiona/Consulta/Dúvida	3	0	1	5	0	1	0	1	0	11	
Sugere/Recomenda/Solicita	3	0	1	2	4	2	0	0	0	12	
Ratifica/Apoia/Corrobora	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	
Retifica/Adverte/Critica	0	0	0	1	4	2	0	0	0	7	
Esclarece/Observa/Justifica	10	0	6	2	0	0	0	0	0	18	

Tabela H11	Manifestações por segmento - 4ª Reunião Ordinária 2017									
Tipo de manifestação	Reitora	Ex-Reitores	Diretores Gerais	Docentes	TAEs	Discentes	MEC	Egressos	Sociedade Civil	Total
Encaminha/Apresenta	9	0	5	0	0	0	0	0	0	14
Questiona/Consulta/Dúvida	1	0	4	3	0	0	0	0	0	8
Sugere/Recomenda/Solicita	8	0	1	2	9	0	0	0	1	21
Ratifica/Apoia/Corrobora	1	0	0	2	1	0	0	0	0	4
Retifica/Adverte/Critica	0	0	4	1	0	0	0	0	0	5
Esclarece/Observa/Justifica	12	0	4	3	1	1	0	0	0	21

Tabela H12	Manifestações por segmento - 5ª Reunião Ordinária 2017									
Tipo de manifestação	Reitora	Ex-Reitores	Diretores Gerais	Docentes	TAEs	Discentes	MEC	Egressos	Sociedade Civil	Total
Encaminha/Apresenta	5	0	4	0	1	0	0	0	0	10
Questiona/Consulta/Dúvida	1	0	0	3	0	0	0	0	0	4
Sugere/Recomenda/Solicita	2	0	4	0	3	0	0	0	0	9
Ratifica/Apoia/Corrobora	1	0	2	0	0	0	0	0	0	3
Retifica/Adverte/Critica	2	0	1	1	0	0	0	0	0	4
Esclarece/Observa/Justifica	13	0	5	1	0	0	0	0	0	19

Tabela H13	Manifestações por segmento - 1ª Reunião Ordinária 2018									
Tipo de manifestação	Reitora	Ex-Reitores	Diretores Gerais	Docentes	TAEs	Discentes	MEC	Egressos	Sociedade Civil	Total
Encaminha/Apresenta	12	0	24	0	0	0	0	0	0	36
Questiona/Consulta/Dúvida	1	0	0	3	1	0	0	0	0	5
Sugere/Recomenda/Solicita	2	0	3	0	1	0	0	0	0	6
Ratifica/Apoia/Corrobora	1	0	3	1	1	0	0	0	0	6
Retifica/Adverte/Critica	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Esclarece/Observa/Justifica	16	0	9	2	0	0	0	0	0	27

Tabela H14	Manifestações por segmento - 2ª Reunião Ordinária 2018									
Tipo de manifestação	Reitora	Ex-Reitores	Diretores Gerais	Docentes	TAEs	Discentes	MEC	Egressos	Sociedade Civil	Total
Encaminha/Apresenta	5	0	6	0	0	0	0	0	1	12
Questiona/Consulta/Dúvida	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Sugere/Recomenda/Solicita	9	0	4	1	3	0	0	0	0	17
Ratifica/Apoia/Corrobora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Retifica/Adverte/Critica	2	0	9	1	1	0	0	0	1	14
Esclarece/Observa/Justifica	10	0	16	0	1	0	0	0	0	27

Tabela H15		Manifestações por segmento - 3ª Reunião Ordinária 2018								
Tipo de manifestação	Reitora	Ex-Reitores	Diretores Gerais	Docentes	TAEs	Discentes	MEC	Egressos	Sociedade Civil	Total
Encaminha/Apresenta	7	0	4	2	0	0	0	0	0	13
Questiona/Consulta/Dúvida	2	0	3	0	2	0	0	0	0	7
Sugere/Recomenda/Solicita	3	0	2	1	3	1	0	0	0	10
Ratifica/Apoia/Corrobora	1	0	2	0	1	0	0	0	0	4
Retifica/Adverte/Critica	1	0	0	2	6	0	0	0	0	9
Esclarece/Observa/Justifica	10	0	16	3	2	0	0	0	0	31

Tabela H16		Manifestações por segmento									
Tipo de manifestação	Reitora	Ex-Reitores	Diretores Gerais	Docentes	TAEs	Discentes	MEC	Egressos	Sociedade Civil	Total	%
Encaminha/Apresenta	46	0	50	2	1	0	0	0	1	100	24,2%
Questiona/Consulta/Dúvida	8	0	8	15	3	1	0	1	0	36	8,7%
Sugere/Recomenda/Solicita	27	0	15	6	23	3	0	0	1	75	18,1%
Ratifica/Apoia/Corrobora	4	0	7	3	4	0	0	0	0	18	4,3%
Retifica/Adverte/Critica	6	0	14	7	11	2	0	0	1	41	9,9%
Esclarece/Observa/Justifica	71	0	56	11	4	1	0	0	0	143	34,6%
Total	162	0	150	44	46	7	0	1	3	413	
%	39,2%	0%	36,3%	10,6%	11,1%	1,6%	0%	0,2%	0,7%		

Tabela H17		Proposições por unidade institucional											
Ano	Reunião Ordinária	AL	FW	JA	JC	PB	SR	SAN	SA	SB/URU	SVS	RT	Total
2017	3ª	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7
	4ª	1	0	2	0	0	1	0	0	1	0	8	13
	5ª	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	6	9
2018	1ª	0	3	4	0	1	3	3	0	3	1	6	24
	2ª	1	5	4	0	2	4	3	0	3	3	8	33
	3ª	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	4	10
Total		3	8	11	1	4	8	7	2	8	5	39	96

Tabela H18			Ordem do Dia						
Ano	Reunião Ordinária	Membros Presentes	Votação						
			Proposições	Discussão	Aprovada por unanimidade	Aprovada por maioria	Alterada/Emendada	Rejeitada	Adiada
2017	3ª	42/55	7	3	4	3	3	0	0
	4ª	37/55	13	3	10	2	1	0	1
	5ª	35/55	9	4	8	1	2	0	0
2018	1ª	36/55	24*	10	21	3	3	0	0
	2ª	34/55	33**	5	30	3	6	0	0
	3ª	28/55	10	7	9	1	3	0	0
Total			96	32	82	13	18	0	1

* 16PCC ** 19PPC

Apêndice I – Respostas às questões abertas do questionário

Questão 1 - *Quais são os indicadores (sinais) que permitem afirmar que no IFFar são praticados os princípios de gestão democrática?*

Respostas grupo Discentes:

1 - *“A capacidade da instituição ouvir os docentes e discentes e propor um caminho a ser seguido de forma que todos os membros do Conselho participem democraticamente, além de docentes de campus diferentes busquem compartilhar suas experiências para que a soma de todas as fontes resulte no melhor para cada instituição”.*

Respostas grupo Dirigentes:

2 - *“A participação aberta proporcionada”.*

3 - *“Eleição pra reitor e diretores gerais; Eleição para colegiados de campus; Eleição para o CONSUP; Transparência na gestão (Ex. reuniões do CODIR e CONSUP são transmitidas para toda a comunidade) Avaliação de planos de ação e RAR nos colegiados de campus e no CONSUP; CPA atuante”.*

Respostas grupo Servidores:

4 - *“Ambiente Institucional”.*

5 - *“Os documentos e regramentos estão disponíveis nos espaços institucionais”.*

6 - *“Participação no processo de tomada de decisão, discussão com os pares, participação de membros da comunidade externa no processo de discussão e decisão”.*

7 - *“pluralidade”.*

8 - *“A transparência das ações”.*

9 - *“Tudo que é proposto na sua maioria é acordado/aprovado por meio do voto”.*

10 - *“discussão pelos pares/categorias”*

Respostas grupo Externos:

11 - *“Os objetivos são discutidos analisados e qualquer representante pode opinar”.*

12 - *“Atuação dos colegiados; comunicação prévia e ampla de pautas e ações; consultas à comunidade; PDI elaborado com participação dos segmentos; dados no portal da transparência; eleição de reitor e diretores; gestão dos recursos financeiros nos campi (autonomia financeira ainda que parcial); autonomia pedagógica, administrativa e para elaboração de normas e códigos de conduta”.*

13 - *“Atuação ativa de grande parte dos Conselheiros vinculados a Instituição”.*

14 - *“Os encontros, seminários, reuniões, com objetivos claros e definidos ajudam no processo de gestão”.*

Questão 2: *Para você, como deve ser uma instituição democrática?*

Resposta grupo Discentes:

15 - *“Exatamente como o IFFar é”.*

Respostas grupo Dirigentes:

16 - *“Acredito que temos uma gestão democrática”.*

17 - *“Entendo que o IFFar é um exemplo de uma instituição democrática, os indicadores destacados na questão anterior me levam a crer que sim”.*

Respostas grupo Servidores:

18 - *“Com instâncias abertas a receberem sugestões”.*

19 - *“Transparência na gestão e no processo de tomada de decisão”.*

20 - *“Com discussões e ouvindo o ponto de vista de todos”.*

21 - *“Atenda a necessidade da grande maioria!!!!”.*

22 - *“com participação ativa de todos”.*

Respostas grupo Externos:

23 - *“Extremamente participativa”.*

24 - *“Deve ter uma gestão transparente e articuladora dos diversos segmentos; precisa atender aos anseios e propor alternativas de desenvolvimento para a comunidade em que se insere; deve ser autônoma; ser acolhedora e ao mesmo tempo promotora de reflexão em torno de ideias e conceitos; precisa promover diálogo; deve ser acessível”.*

25 - *“Aberta e atenta ao clamor das ruas e reais necessidades da comunidade do entorno procurando, embora isto seja difícil, atentar mais para as propostas e princípios que geraram a Instituição do que para o corporativismo”.*

26 - *“Prezar sempre pela qualidade em todos os seus processos e serviços, precisamos lembrar sempre que a Instituição existe para servir a comunidade, oferecendo educação isenta de vícios sejam políticos ou religiosos, buscando a integração da teoria com a pratica no mercado de trabalho”.*

Questão 3: *Quais instrumentos são/poderiam ser utilizados para estimular a participação da comunidade institucional?*

Resposta grupo Discentes:

27 - *“Conscientizar a comunidade institucional sobre a importância de sua participação”.*

Respostas grupo Dirigentes:

28 - *“dificílima”.*

29 - *“a que tipo de participação? Nas atividade propostas pela gestão, nos GTs, ações de extensão, reuniões, formações , atividades de confraternização? Não entendi”.*

Respostas grupo Servidores:

30 - *“Promover formação política dos quadros e contextualização da região de inserção de cada campus”.*

31 - *“Reuniões, utilização de e-mail institucional para divulgação, mobilização local”.*

32 - *“No repasse das matérias deveriam ser mais simples e básicas”.*

33 - *“Apresentação das propostas para todos os segmentos representados”.*

34 - *“devolutiva sobre as pautas aprovadas a cada reunião”.*

Respostas grupo Externos:

35 - *“Acredito que um material auxiliar jantes das reuniões, objetivos e motivadores”.*

36 - *“Comunicados através das redes sociais. Os meios de comunicação locais. Reuniões por vídeo conferência, sem deslocamento de cidade facilitariam muito”.*

37 - *“Mais pesquisa de campo junto a sociedade do entorno para ver se realmente há necessidade de abertura de novos cursos e/ou manutenção de alguns com baixíssima demanda”.*

38 - *“Fragmentar reuniões com públicos das mais diversas áreas, mesmo isto já ocorrendo, notamos uma baixa adesão principalmente da comunidade externa, pois o IFFAR ainda possui pouco tempo de atuação na região, necessitando de posicionar se mais próximo do seu publico alvo, no caso a comunidade regional”.*

Questão 4: *Utilize o espaço abaixo para realizar comentários que julgar necessários:*

Grupos Discentes e Dirigentes não se manifestaram.

Respostas grupo Servidores:

39 - *“A letra cursiva utilizada no questionário por vezes prejudica a leitura”.*

Respostas grupo Externos:

40 - *“parabenizar a pesquisa. informações para tomadas de decisão eficazes”.*

41 - *“Segundo os princípios que geraram a Instituição verifica-se que ainda peca no quesito extensão e pesquisa, isto a deixa desconectada da sociedade. Há uma preocupação maior da docência com o avanço pessoal do que a democratização deste conhecimento, ou seja, o investimento é maior que a entrega”.*

42 - *“Gostaríamos de registrar aqui a seguinte situação, que apesar da Instituição possuir vinculados a seu quadro profissionais de alta formação com capacidade comprovada, nota se que apenas um pequeno grupo de pessoas(aproximadamente 30%) tem a preocupação de trabalhar ações de pesquisa e extensão, voltadas a dar e apresentar resultados para a comunidade. Uma Instituição forte se faz com proatividade, aplicada comprovadamente junto das pessoas, não somente com artigos científicos publicados”.*

NM